



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO - PPGNEIM**

VANESSA OLIVEIRA CORDEIRO SILVA

**NA CONTRAMÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES: CONSTRUÇÃO
EDUCATIVO-PREVENTIVA A PARTIR DAS CAMPANHAS DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DA BAHIA**

SALVADOR

2023

VANESSA OLIVEIRA CORDEIRO SILVA

**NA CONTRAMÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES: CONSTRUÇÃO
EDUCATIVO-PREVENTIVA A PARTIR DAS CAMPANHAS DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Linha de pesquisa: Gênero, Poder e Políticas Públicas

SALVADOR

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Vanessa Oliveira Cordeiro

S586 Na contramão das violências contra mulheres: construção educativo-preventiva a partir das campanhas de políticas públicas da Bahia / Vanessa Oliveira Cordeiro Silva, 2023.
142 f.: il.

Orientadora: Pr^a. Dr^a. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Salvador, 2023.

1. Mulheres. 2. Identidade de gênero. 3. Violência contra mulheres – Bahia.
4. Poder (Ciências sociais) .4. Política pública – Bahia. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

CDD: 305.42



Universidade Federal da Bahia
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO
(PPGNEIM)**

ATA Nº 211

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO (PPGNEIM), realizada em 10/03/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO no. 211, área de concentração Mulheres, Gênero e Feminismo, do(a) candidato(a) VANESSA OLIVEIRA CORDEIRO SILVA, de matrícula 2020112723, intitulada Na contramão das violências contra mulheres: construção educativo-preventiva a partir das campanhas de políticas públicas da Bahia. Às 10:00 do citado dia, PPGNEIM, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof^ª. VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI que apresentou os outros membros da banca: Prof^ª. Dra. MARCIA SANTANA TAVARES e Prof^ª. Dra. RÉGIA MABEL DA SILVA FREITAS. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado e recomendando continuidade de estudos em nível doutoral e publicação dos resultados finais, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. RÉGIA MABEL DA SILVA FREITAS, UFABC

Examinadora Externa à Instituição

Dra. MARCIA SANTANA TAVARES, UFBA

Examinadora Interna

Dra. VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI, UFBA

Presidente

VANESSA OLIVEIRA CORDEIRO SILVA

Mestranda



Universidade Federal da Bahia
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO
(PPGNEIM) FOLHA DE CORREÇÕES**

ATA Nº 211

Autor(a): VANESSA OLIVEIRA CORDEIRO SILVA
Título: Na contramão das violências contra mulheres: construção educativo-preventiva a partir das campanhas de políticas públicas da Bahia

Banca Examinadora:

Prof(a). RÉGIA MABEL DA SILVA FREITAS Examinadora Externa à Instituição

RMS Freitas

Prof(a). MARCIA SANTANA TAVARES Examinadora Interna

Marcia Santana Tavares

Prof(a). VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI Presidente

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3. METODOLOGIA

4. RESULTADOS OBTIDOS

5. CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

A banca teceu comentários e sinalizou pontos de continuidade em nível de formação avançada. As arguições e comentários foram respondidos, atendendo às exigências e às formalidades de apresentação pública de dissertação de mestrado. Pequenas sugestões relativas ao ordenamento da Introdução, transferindo conteúdo para outros capítulos e uma revisão para incorporar, nas Conclusões, as recomendações proferidas. Mérito e reconhecimento de projeto e desenvolvimento feitos totalmente em período pandêmico de crise sanitária e recomendações de distanciamento.//

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.//

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Prof(a). VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Como diz a letra da música do Titãs “A sós ninguém está sozinho. É caminhando que se faz o caminho”. Agradecer é um verbo que nos convoca a rever de onde saímos e para onde estamos indo. Reconhecendo as pessoas que encontramos e nos encontraram no meio das travessias. Sou grata pela fé, coragem e persistência que me fizeram chegar até aqui, por Deus ampliar os horizontes e fazer com que eu acreditasse que era possível.

Um percurso de desafios intensos e inesperados que nos fez entender que viver é fazer aquilo que é possível, de acordo com a sua realidade. E que saúde, é um bem inegociável. Encarei minhas fragilidades, angústia e medos na escrita da dissertação e agradeço aos meus pais por de algum modo, permitirem que essa etapa se fechasse.

A presença física ou espiritual se fez força motriz para concluir o objetivo e seguir defendendo aquilo que acredito. Ao meu pai, Beto, que antes de poder realizar os seus sonhos, lutou para que eu realizasse os meus e garantiu que o futuro seria diferente. À minha mãe, Lêda, minha fonte inesgotável de inspiração e exemplo de resistência. Foi feminista sem nem saber da existência do movimento e me mostrou que a educação é a ferramenta mais potente para nossa emancipação.

À minha irmã, Ana Bárbara, por todo apoio nos mais diversos momentos. Pelo seu amor e cuidado discreto, por acreditar nesse sonho e me lembrar que eu não estou sozinha. Ao meu companheiro de vida, Diego, pela construção de uma masculinidade afetuosa e com respeito. Por ser meu suporte nos últimos anos e me incentivar a seguir, pelas formas de amar que extrapolam distâncias.

Às minhas avós, Terezinha e Zete, por acompanharem de perto ou de longe as minhas conquistas. Pelo afeto incondicional, cuidado e admiração recíproca. Honrar a memória e existência de vocês é reverenciar às mulheres que vieram antes. Aos homens que não foram citados (irmãos/sobrinhos) que essa pesquisa reverbere na formação de novas maneiras de ser/existir em sociedade.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Vanessa Cavalcanti pelos ensinamentos recheados de afeto e empatia. Obrigada pelo acolhimento, sensibilidade e apoio durante a escrita dessa dissertação. Sua validação no percurso fez toda diferença e a parceria de nomes iguais me fez florescer para além da academia. Aproveito para agradecer à toda equipe do PPGNEIM e professoras que transformam realidades com resistências essenciais em nosso país/estado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de pesquisa que foi fundamental na concretização dessa dissertação em tempos de tamanha aridez.

Às mulheres entrevistadas durante a pesquisa, por colaborarem com a produção científica feminista e por atuarem na rede de enfrentamento às violências, mesmo com as dificuldades acentuadas nos últimos governos. Agradeço por aceitarem participar da banca de defesa pública, às professoras Dra. Márcia Tavares e Dra. Régia Mabel Freitas, pelas orientações e recomendações sempre muito gentis.

À Ana Doroteia, pela partilha generosa que fizemos nessa caminhada, por todas as parcerias realizadas no mestrado – mesmo virtualmente. Você é um exemplo de dedicação e acredito que estamos somente no começo. À Dailza Araújo, outra amiga que o PPGNEIM trouxe e que Serrinha estreitou os laços. Obrigada por ser essa mulher que levanta outras e não quer deixar ninguém para trás.

Não posso deixar de agradecer aquelas que foram fundamentais para entrada no mestrado, à Joana Azevêdo por me auxiliar nos caminhos até aqui e à Suzana Costa sempre muito solícita e parceira. Além de tudo me levou até o Grupo de Trabalho em Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP-CRP/03), onde construímos a Psicologia que queremos e acreditamos.

Ao coletivo de psicólogas feministas Escuta Ética, por me permitir atuar como psicóloga voluntária, promovendo saúde para mulheres em situação de violências.

Às pessoas que sempre me incentivaram no percurso, de forma direta ou indireta. Agradeço por todas as mulheres e coletivos que nos antecederam e que construíram bases fundamentais para que estivesse hoje escrevendo sobre um assunto tão complexo e ainda tão atual.

Dedico este trabalho à minha mãe - como canta Gal Costa e Maria Bethânia “me deu a vida e sempre ela me dará a vida”.

“A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. (...) que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir”

bell hooks

RESUMO

Os últimos cinquenta anos foram intensos na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas específicas para meninas e mulheres. No cenário brasileiro, as duas primeiras décadas do século XXI simbolizaram fortes avanços com as importantes agendas políticas e conexões entre movimentos sociais e governamentais. O surgimento dos Planos Nacionais e Estaduais seguidos da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres possibilitou a organização da rede de proteção e combate às violências de gênero e legislações específicas, as quais foram matizadas e promoveram ações educativas, combativas e punitivas. A compressão da pluralidade que compõe as mulheres e as violências torna-se fundamental para o enfrentamento do fenômeno. Portanto, a não naturalização dessas dinâmicas se constitui como passo essencial para oportunizar um olhar mais amplo e engajado para esse grave problema de saúde pública. A intenção geral do meu trabalho é analisar como as ações educativas e preventivas se matizam a partir das campanhas publicitário-midiáticas em relação as políticas públicas voltadas para as mulheres na Bahia. Em termos metodológicos, realizou-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa documental a partir dos materiais disponibilizados no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia e análise de conteúdo de campanhas educativas vinculadas. Além das entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais, da rede e de comunicação sobre o decênio (2011 a 2021) marcador da criação e desenvolvimento de ações e agendas especializadas. Tem sido uma temática regularmente analisada no Tempo Presente em decorrência da visibilidade mais abrangente, através da massiva divulgação e distribuição pela mídia e pela internet. Os resultados encontrados sugerem a importância de mais contribuições interdisciplinares e feministas na construção das campanhas de políticas para as mulheres sobre a temática investigada, com uso da interseccionalidade como ferramenta analítica. Levando em conta a ampliação dessas ações nos veículos de comunicação nas cidades do interior do estado, para além das épocas festivas.

Palavras-chave: mulheres; educação; políticas públicas; Bahia

ABSTRACT

The last fifty years have been intense in the formulation, implementation and evaluation of specific public policies for girls and women. In the Brazilian scenario, the first two decades of the 21st century symbolized strong advances with important political agendas and connections between social and governmental movements. The emergence of National and State Plans followed by the Special Secretariat for Policies for Women made it possible to organize a network to protect and combat gender violence and specific legislation, which were nuanced and promoted educational, combative and punitive actions. Compression of the plurality that composes women and violence is fundamental for confronting the phenomenon. Therefore, the non-naturalization of these dynamics constitutes an essential step to provide a broader and more engaged look at this serious public health problem. The general intention of my work is to analyze how educational and preventive actions are based on advertising-media campaigns in relation to public policies aimed at women in Bahia. In methodological terms, a bibliographical research was initially carried out, followed by documentary research based on the materials available on the website of the Secretariat of Policies for Women of Bahia and analysis of the content of linked educational campaigns. In addition to semi-structured interviews with institutional, network and communication agents about the decade (2011 to 2021), a marker for the creation and development of specialized actions and agendas. It has been a theme regularly analyzed in the Present Time due to its broader visibility, through massive dissemination and distribution through the media and the internet. The results found suggest the importance of more interdisciplinary and feminist contributions in the construction of political campaigns for women on the investigated topic, using intersectionality as an analytical tool. Taking into account the expansion of these actions in the communication vehicles in the cities of the interior of the state, beyond the festive seasons.

Key words: women; education; public policies; Bahia

LISTA DE SIGLAS

ABIH - Associação Baiana da Indústria de Hotéis

CDDM - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

COMREG – Comissão de Mulheres e Relações de Gênero

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CPDD-LGBT - Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT

CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher

CRP-03 – Conselho Regional de Psicologia da Bahia

DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GGIPM – Grupo de Gestão Intersetorial

GTRGP - Grupo de Trabalho em Relações de Gênero e Psicologia

IBICT/BDTD - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

IPEA - Instituto de Economia Aplicada

LOA - Lei Orçamentária Anual

MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PPGNEIM - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

RPM - Ronda Maria da Penha

SECOM – Secretaria de Comunicação Social

SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia

SPM-BA – Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia

TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação

UFBA – Universidade Federal da Bahia

VCM – Violências Contra as Mulheres

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Femicídios no Brasil 2019-2020.....	19
Figura 2 - Campanha Respeita As Mina no Carnaval	27
Figura 3 - Campanha com foco na Masculinidade Tóxica.....	28
Figura 4 - Logomarca Respeita as Mina.....	80
Figura 5 - Ação Respeita as Mina	81
Figura 6 - Campanha aborda diferenças entre paquera e assédio.....	82
Figura 7 - Campanha aborda diferenças entre paquera e assédio (parte 2)	83
Figura 8 - Zap Respeita as Mina.....	86
Figura 9 - Logomarca da Campanha em 2017	88
Figura 10 - Julho Respeita as Pretas	89
Figura 11 - Campanha com foco na masculinidade tóxica.....	99
Figura 12 - Mídia exterior da Campanha.....	100
Figura 13 - Antes do grito, o machismo	103
Figura 14 - Antes do tapa, o machismo	103
Figura 15 - Antes do controle, o machismo.....	105
Figura 16 - São João da Bahia, Respeita as Mina	106
Figura 17 - Unidades Móveis da SPM-BA oferecem orientação às mulheres no São João....	107
Figura 18 - Material da SPM-BA no CRAM (interior).....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição das participantes da pesquisa.....	30
Quadro 2 - Tipos de violência e suas expressões	60
Quadro 3 - Composição das Entrevistadas	69
Quadro 4 - Categorização	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. DE AGENDAS HISTÓRICAS: DIREITOS, POLÍTICAS E AGENTES	33
1.1 A reivindicação das lutas feministas e dos movimentos de mulheres	34
1.2 Das nossas garantias e ameaças nos caminhos das políticas para mulheres.....	38
2. A INVISIBILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS COMO ARMADILHA	48
2.1. A universalização das mulheres como projeto político e o cruzamento das violências	50
2.2 Entre o visível e o invisível: O que as violências contra as mulheres comunicam?.....	54
2.3 As subjetividades silenciadas: a escuta dos silêncios	61
3. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCATIVAS NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS: QUANDO ELAS CONSTROEM PARA ELAS	67
3.1 A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia e o trabalho em rede	71
3.2 A comunicação das campanhas publicitário-midiáticas como denúncia.....	77
3.3 “Mas é preciso prevenir, prevenir é enfrentar a cultura machista”: repercussão da campanha de Masculinidade Tóxica.....	97
3.3 “A Secretaria é muito solícita, mas dentro da realidade dela”: atuação numa cidade do interior.....	106
3.5 “Não tem como você se acostumar, não acostuma nunca com isso”: experiências além da técnica	114
4. NA CONTRAMÃO DAS VIOLÊNCIAS: QUANDO A ESPERANÇA VIRA VERBO.	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE	131
a. Declaração de compromisso anti-plágio	131
b. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	132
c. Roteiro de Entrevistas.....	135
d. Créditos da autora.....	137

*O modo como você sente,
o modo como você vive,
o modo como você compartilha seus sentimentos,
é assim que você ensina.*

Audre Lorde, 2020

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto de pesquisa realizada ao longo de 36 meses junto ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), parte desse período foi financiada com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Durante esse período em que vivenciávamos¹ uma crise sanitária sem precedentes. Uma experiência inédita de várias formas que exigiu muito desejo e coragem para persistir no caminho.

A minha trajetória no campo dos estudos feministas começou a acontecer quando ainda nem sabia o que era feminismo. Costumo dizer que recebi uma educação feminista sem minha mãe saber o que era isso, sendo incentivadora de sonhos, mas antes sonhando com uma carreira possível. Sou filha de uma mulher negra que entrou na faculdade aos 40 anos e transformou-se com/pela educação. Foi aluna e professora, aprendeu e possibilitou aprendizados. É minha inspiração diária e combustível quando já não tinha certeza se daria conta de escrever uma dissertação.

A bagagem de vivências e experiências que tive antes de chegar no mestrado já revelavam que o ponto de chegada não poderia ser outro. Durante a trajetória acadêmica na graduação de Psicologia busquei caminhos que proporcionassem uma discussão ampliada sobre a realidade brasileira, com atenção em temas como gênero e sexualidade. Assim, no Centro Universitário UniRuy estive como integrante da Liga Acadêmica de Estudos de Gêneros, estagiária na Ronda Maria da Penha (RPM) e extensionista no Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT (CPDD-LGBT).

Além disso, fui bolsista no programa de iniciação científica da instituição que me permitiu um maior contato com a pesquisa de campo. O interesse pelos estudos feministas e violências deram origem ao objetivo de analisar as vivências subjetivas das mulheres

¹ A escrita na primeira pessoa do singular foi uma escolha para me apresentar como parte desse processo de construção, de acordo com as epistemologias feministas e posição política – de quem afeta e é afetada.

relacionadas à violência de gênero em suas experiências nos transportes públicos de Salvador. Portanto, entrevistando mulheres na Estação Nova Lapa tive como desdobramento o impacto educacional que as mídias promovem diante das campanhas sobre violências contra as mulheres.

Tendo em vista os dados crescentes de violências nas ruas e assédio sexual, tornou-se imperativo investigar sobre esse contexto. Como também priorizar o foco nas mulheres que diariamente precisam utilizar os transportes públicos e estão vulneráveis no seu direito de ir e vir (Caldeira, 2000; Bianchini, 2002; Santos, 2016). Nota-se como em casos de violências no transporte público a preocupação é sobre os homens que assediou, violentou ou agrediu, não em como as mulheres nessa situação foram impactadas – sobretudo, psicologicamente.

Por conseguinte, o tema da dissertação foi fruto dos resultados empíricos obtidos através dessa pesquisa de campo que evidenciaram a importância dos meios de comunicação e suas informações sobre as concepções de violências elaboradas pelas mulheres. Conquanto, tendo em vista os valores construídos e internalizados, buscou-se aproximação com as campanhas publicitário-midiáticas sobre a política pública para uma análise mais consistente.

Isto posto, tentarei defender a relevância da participação da Psicologia nesse campo, politicamente engajada e preocupada com questões sociais urgentes a partir dos trabalhos de Darlane Silva Vieira Andrade, Helena Miranda do Santos e Marta Campos (2013). Além de chamar atenção para a composição da categoria que é exercida proeminentemente por mulheres - na Bahia e no Brasil. Portanto, considerando os cenários de constantes violações dos Direitos Humanos, requer de nós psicólogas uma reinvenção de nossas práticas e reflexões sobre as realidades que estamos inseridas (Azevedo, 2020; Cannone, 2020, Zanello, 2020).

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA) por ser interdisciplinar e estrutura-se através dos feminismos, possibilita condições teóricas e metodológicas expressivas para o desenvolvimento desta pesquisa. Ademais, tendo o aporte de diferentes áreas, pois entendo que a construção histórica da Psicologia, contribuiu por bastante tempo, omissa em discutir e propor práticas comprometidas ética-politicamente com as mulheres – em suas pluralidades de vivências e experiências (Andrade; Santos; Campos, 2013).

Levando em consideração que estava no último semestre da graduação e o interesse pela carreira acadêmica era uma realidade, participei da seleção regular do PPGNEIM tendo sido aprovada no mestrado acadêmico. Tive a experiência do ensino remoto durante todo o curso que foi desafiador e realizado dentro do que era possível naquele período. Os componentes

auxiliaram para o desenvolvimento da pesquisa, com Estudos Feministas: Políticas Públicas em Debate tive contato com profissionais atuantes e melhor entendimento do campo.

Em Tópicos Especiais de Gênero – Feminismos Negros e Decoloniais pude me aproximar mais das intelectuais que são situadas à margem e valorizar a importância de suas (re)existências. Já na disciplina de Gênero e Comunicação, tive a chance de, como psicóloga, entender com outras lentes as relações de gênero e outros marcadores sociais. O curso de extensão Saúde Mental, Família e Gerações também favoreceu aprendizados relevantes para a pluralidade dentro dos estudos feministas.

As disciplinas obrigatórias são essenciais para o melhor desenvolvimento da dissertação com referências importantes e epistemologias necessárias para a transformação social a partir da pesquisa. Não posso deixar de salientar a experiência do Tirocínio Docente no componente de Gênero e Políticas Públicas I que além da oportunidade de vivenciar a sala de aula (virtual), trouxe diversos aprendizados sobre o campo de estudo que mergulhei nos últimos anos.

No âmbito profissional, as inquietações me levaram a fazer parte de um coletivo de psicólogas feministas chamado Escuta Ética que oferta atendimento voluntário para mulheres em situação de violências. Entrei para o Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq) e Grupo de Trabalho em Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP/CRP-03) por valorizar uma prática com compromisso ético-político. Represento o Conselho Regional de Psicologia no Grupo de Trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de Salvador e estive como Suplente na Coordenação da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (COMREG/CRP-03).

Ano após ano estamos vivenciando a dimensão complexa que as violências contra as mulheres promovem no Brasil e no mundo. Portanto, além de uma triste realidade, é um fenômeno que precisa ser explorado por diversos ângulos e áreas do conhecimento. A cotidianidade dessas violências favorece um ofuscar de sua visibilidade, como também descriminalizá-la no imaginário da sociedade, inclusive, estritamente, no imaginário das mulheres (Barsted, 2016).

Tendo em vista os resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica, segundo Heleieth Saffioti (1987, p. 18) “(...) para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta ser usada enquanto objeto”. Logo, as mulheres são consideradas como não sujeitas quando estão em situação de violências. Então, para dialogar com a comunicação através de campanhas de políticas públicas, pretendo através da interdisciplinaridade oportunizar um novo olhar através do compromisso ético-político.

Valorizando a delimitação recente e a produção sobre estudos de gênero e mais especificamente sobre as campanhas publicitário-midiáticas de violências contra as mulheres, realizei levantamento e mapeamento da produção de pós-graduação, com delimitação entre 2011 e 2021. Também após verificar o Banco de Teses e Dissertações (IBICT/BDTD) e a plataforma Scielo, foram encontrados trabalhos sobre o tema explorando o universo das Ciências Humanas, Sociais e de Saúde em destaque, tendo as categorias violências contra as mulheres, políticas públicas e educação como critérios de busca.

Algumas pesquisas trazem a discussão sobre a educação como prioridade nas políticas para prevenir as violências contra as mulheres e instrumento de promoção da cidadania. Outras abordaram sobre análise do atendimento nesses casos e a qualificação das/dos profissionais que atuam na rede. Encontrei também trabalhos que apresentam estudos de caso em cidades/estados específicos do Brasil, apontando olhares mais atentos para lugares mais distantes das capitais. As avaliações de desafios e obstáculos ainda presentes no enfrentamento às violências foi presente na maioria das buscas.

Ademais, é imprescindível participar das discussões de gênero, contribuindo para compreender as construções estabelecidas sob as regras de uma sociedade patriarcal, heteronormativa e que implica diretamente na constituição das subjetividades. Então, a Psicologia como uma ciência e profissão atenta à promoção dos Direitos Humanos, precisa se posicionar no enfrentamento às violências contra as mulheres. Logo, identificando e desconstruindo estruturas práticas que sustentam opressões e funcionam como instrumentos de controle social (Santos, 2013).

Observa-se que tanto a segregação como a dominação de uns em relação a outras/os transformaram-se através dos ciclos temporais em permanências. Conforme Vanessa Cavalcanti e Antonio Silva (2018, p. 115) “(...) as violências são cotidianas, brutais e compactuadas por alguns setores da sociedade, dentro de um cenário permeado de preconceitos e intransigências, banalizando e espetacularizando o que há de mais humano: direito à vida, à dignidade e à igualdade”.

As vivências dos retrocessos são resultadas de violações dos Direitos Humanos, por conseguinte, as políticas sociais são as mais afetadas nesse cenário. A educação foi atingida e está sendo, de forma que se faz necessário modificar rotas e destinos. Se o que desejarmos para o futuro, devemos começar agora, sigamos em construção coletiva. Para a superação de injustiças por mediação da multiplicação dos conhecimentos, criação de redes e ampla educação (Cavalcanti; Silva, 2018).

As práticas masculinas injustas são reflexo de que todos os juristas, juízes e legisladores são homens (Facio, 2006). Portanto, é preciso reverter a exclusão das mulheres dos espaços de poder, o que denuncia a contribuição decisiva do direito para as opressões. Contudo, a autora afirma que a integração das mulheres não assegura a eliminação de todas as discriminações que sofrem as diferentes mulheres.

As mulheres, contrariamente, tendem a adotar uma atitude menos dogmática e a procurar soluções conformes com a sua concepção de justiça, enquadrada no respeito pelos direitos humanos. Deixando de lado a discussão de se homens e mulheres são moralmente diferentes por natureza, por socialização ou pela sua condição de existência, o certo é que, geralmente, as mulheres têm uma concepção de justiça distinta da dos homens (Facio, 2006, p. 2).

Os avanços obtidos advindos de lutas dos movimentos feministas - articulados internacionalmente – impulsionou a visibilidade social. Consequentemente, cooperou na construção de uma agenda política que foi efetiva para a construção legislativa e doutrinária internacional, contudo ainda com lacunas importantes (Barsted, 2016). Um dos recursos utilizados para isso foram as campanhas publicitário-midiáticas versando sobre o tema.

As violências tem sido um tema regularmente analisado no Tempo Presente em decorrência da visibilidade mais abrangente, através da massiva divulgação e distribuição pela mídia e pela internet, sem contar com as campanhas, ações governamentais e de instituições civis que colocam a problemática em foco (Oliveira; Cavalcanti, 2007). Estritamente as violências contra as mulheres, as quais surgem e se mantêm como resultado das relações desiguais e discriminatórias.

A publicidade pode promover causas sociais, além de transmitir informações para o combate de dilemas sociais através de campanhas específicas de comunicação pública (Nogueira; Simões; Sani, 2022). Diante do crescimento dos recursos midiáticos torna-se imprescindível um estudo sobre a temática, levando em consideração que a mídia tem o poder de ressignificar uma mensagem, influenciando na forma como as pessoas a apreendem. Por conseguinte, nota-se que não é uma mensagem neutra ou transparente - possui cargas ideológicas, visões de mundo de um determinado grupo (Moraes; Ramonet; Serrano, 2013).

Indicadores de transformação sociocultural, os textos da mídia são afetados pela história, pelos estereótipos e por fatores sociais. São as manchetes de jornais e telejornais, capas de revistas e, mais recentemente, as postagens nas redes sociais, que muitas vezes pautam o cotidiano contemporâneo. Tendo em vista que a mídia constrói e reconstrói discursos sobre a realidade – entre eles os discursos identitários, consideramos os meios de comunicação, em particular a imprensa, um campo privilegiado para o estudo das identidades (Carneiro, 2014, p. 24).

A representação da mulher nos meios de comunicação determina identidades² individuais e coletivas. Sendo assim, pode propiciar possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (*op. cit.*). Segundo bell hooks³ (1995, p. 469) “(...) As representações globais das negras nos meios de comunicação de massa contemporâneos continuam a nos identificar como mais sexuais, como aberrações primitivas descontroladas”. Assim sendo, trago mulheres negras como referência, pois transformam o conhecimento e poder através dos movimentos entre limites opressivos, entre a margem e o centro (Kiloma, 2019; Carneiro, 2003; hooks, 1995, Gonzalez, 1984).

Dentro do mundo conceitual branco as pessoas negras são caracterizadas como ameaçadoras, violentas, excitantes e também sujas, contudo desejáveis. Tais aspectos autoriza à branquitude se ver como moralmente ideal, civilizada, decente além de generosa, ou seja, estão livres do que sua história provocou e provoca para grupos em situações vulneráveis. Portanto, existe o medo branco daquilo que pode ser revelado pelas negras/os e a manutenção do silenciamento se mantém (Kilomba, 2019).

Isto posto, “(...) o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (Gonzalez, 1984, p. 224). Conforme Sueli Carneiro (2003), as vivências das mulheres negras promovem o engajamento delas nas lutas gerais dos movimentos populares - nos âmbitos nacional e internacional.

A diversificação das concepções e práticas políticas que as óticas das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (Carneiro, 2003, p. 119).

Através do potencial atrelado a publicidade, torna-se possível conscientizar as vítimas, bem como os agressores, a respeito de suas práticas que atingem a dignidade das mulheres enquanto pessoa humana. Ou seja, fundamental para contribuir na redução dos dados de

² Compreendo identidade a partir de Stuart Hall (2000, p.111-112) “(...) o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’”.

³ bell hooks é o pseudônimo da aclamada escritora, educadora, feminista e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins, nascida em 1952 e falecimento em dezembro de 2021. Em suas obras investiga de uma perspectiva pós-modernas questões relativas a raça, classe e gênero na pedagogia, na história da sexualidade e do feminismo e na cultura em geral (Boitempo, s.d.).

violência contra as mulheres, mediante a exposição da gravidade do ato criminoso recorrente no cotidiano (Deboni; Silva, 2018).

Contudo, ainda existe um número expressivo de mulheres que não denunciam por dependência afetiva e econômica ou pela integridade da família. Existem muitas idealizações que circundam um modelo de família, contudo, as estruturas reais trazem a percepção de versar sobre famílias - no plural - pois há diversidade. Por conseguinte, o reconhecimento que existe ainda hierarquia é fundamental para a compreensão ampla dos conflitos e violências intrafamiliares. Ademais, as fronteiras entre o público e o privado, e a família, estão sendo ultrapassadas e tornando-se objeto das políticas públicas (Macedo, 2008).

Dada a valorização da mãe nas culturas cristãs, estas críticas infundem muita culpa na acusada. Aliás, as mulheres são culpabilizadas por quase tudo que não dá certo. Se ela é estuprada, a culpa é dela, porque sua saia era muito curta ou seu decote, ousado. Embora isto não se sustente, uma vez que bebês e outras crianças ainda pequenas sofrem abusos sexuais que podem dilacerá-las, a vítima adulta sente-se culpada (Saffioti, 2015, p. 67).

Portanto, nas famílias coexistem ainda novas e velhas relações, as quais devem ser (re)construídas para se tornarem democráticas, igualitárias mesmo que na presença contida e autorreprimida das gerações anteriores. De acordo com Heleieth Saffioti (2015, p. 71) “(...) As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima”. Contudo, as mulheres ainda enfrentam diversos obstáculos nos seus caminhos de assistência.

A visão equivocada que romantiza o crime, a qual é efetivada pelas instituições encarregadas de defender os direitos das mulheres, acaba sendo um fator de constrangimento e insegurança da vítima para querer denunciar. Além do padrão geral do ciclo da violência que se manifesta de modo distinto em cada caso, no qual na fase três (lua de mel) pensa que o companheiro irá mudar ou que a violência é fruto de suas próprias ações (Jong; Sadala; Tanaka, 2008). Como também a falta de apoio familiar, reafirmando a perspectiva patriarcal.

À medida que o movimento feminista colocou as concepções sobre os sexos fora do âmbito biológico e rompeu com a ideia inerente à natureza, as violências contra as mulheres ganharam pontos de vistas mais amplos. Ou seja, esse fenômeno não estava mais ligado, de forma essencializada, à masculinidade e à feminilidade. Tal violência acontece impulsionada pelas expressões de desigualdades sociais evidenciadas na cultura (Bandeira, 2014).

Conforme Teresa de Lauretis (1994) a crítica dos discursos dominantes sobre feminino estar restrito à fragilidade do corpo da mulher, e o masculino à força do homem, se torna

urgente. Levando em consideração que fazem parte das tecnologias de gênero e normatizam nossas condutas. Ou seja, impede a multiplicidade de diferenças que nos compõem e não autoriza cruzar os limites da diferença sexual. Conseqüentemente, mesmo sendo de longa duração, a batalha é irreversível para a emancipação das mulheres.

Diante da pandemia de COVID-19 os números dos registros de casos de agressões e violências contra as mulheres é alarmante. Além dos feminicídios apresentarem crescimento considerável em todo o país, todavia, sabe-se que não é circunscrita ao momento que vivemos. Enquanto outra consequência que chamou atenção, foi a redução das denúncias, já que uma das medidas seguras e eficazes é o isolamento social (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

No primeiro trimestre de 2020, ainda sem medidas de contenção e *lockdown*, o planejamento para o sistema de justiça e ampliação de atendimento especializado, como por exemplo delegacias digitais e atendimento remotos/telepresenciais pelo Ministério Público e Defensoria Pública, já se delineavam, o que em certa medida demonstra o encolhimento de alguns ganhos institucionais para o enfrentamento as violências fora da crise sanitária (Teixeira; Cavalcanti, 2021, p. 2).

Os dados apresentados no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)⁴ registraram mais de 105 mil denúncias de violências contra as mulheres em 2020 - através das plataformas de acesso Ligue 180 e do Disque 100. O monitoramento da série Um vírus e duas guerras⁵ - através de mídias independentes - revela que ao menos três mulheres, por dia, foram vítimas de feminicídio no Brasil. De acordo com a Figura 1 (Feminicídios no Brasil 2019-2020), de março a dezembro de 2020, 14 estados denunciam aumento no número de feminicídios. Os estados de Mato Grosso e Pernambuco demonstram a maior elevação 22 (73%) e 16 (36%).

⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020>>. Acesso em 08 jan. 2023.

⁵ Disponível em: <<https://projeto.colabora.com.br/ods5/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-femicidio-por-dia/>>. Acesso em 08 jan. 2023.

Os problemas que aparecem nesse momento apenas escancaram e aprofundam as desigualdades sociais que já existiam no nosso país. O vírus é invisível, mas suas consequências são explícitas e numerosas. Conforme Silva et al. (2021), são as mulheres que ocupam predominantemente as funções de cuidados das pessoas, trazendo maior sobrecarga para a saúde delas. Em decorrência das medidas adotadas de mitigação, as mulheres vêm passando por maiores dificuldades no acesso aos equipamentos da rede de atendimento (Vieira; Garcia; Maciel, 2020).

Assim, construir essa pesquisa durante essa crise sanitária é uma oportunidade de contribuição para a rede e promover reflexões também sobre a mídia e publicidade nesse contexto. Portanto, transpor a aridez que é vivenciada no Brasil para transformar o luto em luta e nos convocar para a ação. A partir da experiência de um mestrado online e virtual, alcancei os objetivos com aquilo que foi possível na dissertação e no campo.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como as ações educativas e preventivas se matizam a partir das campanhas publicitário-midiáticas em relação às políticas públicas voltadas para as mulheres na Bahia. Esse propósito se divide nos seguintes objetivos específicos: Descrever as agendas no Tempo Presente, com destaque aos últimos cinquenta anos, instituições, das ações educativas e preventivas em relação às políticas públicas voltadas para as mulheres. Em seguida, averiguar as atuações institucionais e sociais da promoção de direitos das mulheres.

Por fim, identificar estratégias para o enfrentamento às violências contra as mulheres no âmbito federal e estadual e mapear as campanhas publicitário-midiáticas da SPM veiculadas na Bahia que versaram sobre as violências contra as mulheres, com recorte temporal do decênio de atuação.

Caminhos epistêmicos e desenho metodológico

A partir do movimento das mulheres entre as décadas de 70 e 80, os feminismos são considerados um movimento político. Portanto, “(...) tinha como objetivo mudar as condições das mulheres, reconhecendo que para isso precisaria mudar o mundo” (Fox Keller, 2006, p. 15). Então surge um projeto intelectual dentro do ambiente acadêmico nomeado teorias feministas como uma política por outros meios.

Pretendia facilitar a mudança no mundo da vida cotidiana analisando – e expondo – o papel que as ideologias de gênero desempenham (e têm desempenhado) no esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização. Isso significava reexaminar nossas suposições básicas em todos os campos tradicionais do trabalho acadêmico – história, literatura, ciência política, antropologia, sociologia, etc (*Ibidem*, p. 15).

Levando em consideração que o discurso dominante há muitas gerações coloca a objetividade, razão e mente como “masculinas” e subjetividade, sentimento e coração como “femininos” logo, subentendido à exclusão das mulheres do campo científico (Fox Keller, 2006). Conforme Margareth Rago (2004), há na atualidade um reconhecimento social, de que nossas lutas feministas afetaram de forma positiva como se deu a inserção das mulheres nos espaços.

Por conseguinte, “(...) a mudança social que o feminismo produziu forneceu novos ângulos, novas maneiras de ver o mundo, de ver mesmo as coisas comuns; abriu novos espaços cognitivos” (Fox Keller, 2006, p. 30). Contudo, a apresentação de acadêmicas feministas foi precedida pelos movimentos políticos e sociais, sendo imprescindível como agentes de mudança no Brasil e no mundo.

O projeto feminista nas ciências e na academia traz a comprovação de que a conhecida Ciência Moderna objetificou as mulheres, negando a capacidade e autoridade do saber. Consequentemente, resultando na produção de conhecimentos que não atendem aos nossos interesses emancipatórios. Provocar questionamentos dos pressupostos básicos causa um impacto, o qual evidencia que ela não é nem nunca foi neutra (Sardenberg, 2002).

No livro “O Feminismo mudou a ciência?” apresenta-se uma discussão sobre o feminismo de diferença, o qual refuta a ideia de que a ciência é de gênero neutro. Então, evidencia que valores designados às mulheres foram excluídos da ciência como também as desigualdades de gênero foram compostas na produção e estrutura do conhecimento (Schiebinger, 2001). Contudo, as pós-modernistas⁶ chamam atenção para esse feminismo que facilmente pleiteia uma mulher universal.

As mulheres nunca constituíram um grupo cerrado com interesses, antecedentes, valores, comportamentos e maneirismos comuns, mas sim vieram sempre de diferentes classes, raças, orientações sexuais, gerações e países; as mulheres têm diferentes histórias, necessidades e aspirações (*Ibidem*, p. 26).

Essa discussão traz à tona uma abordagem crítica às formas analíticas tradicionais de produção de conhecimentos, além de se enunciar ao mesmo tempo como emancipação política – a interseccionalidade, a qual aprofundi durante a escrita (Rios; Sotero, 2019). Ademais, uma

⁶ Pós-modernistas desde Donna Haraway a Judith Butler – ver obras, respectivamente: *Antropologia do ciborgue - As vertigens do pós-humano* (2009) e *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2003).

das intenções presentes nessa dissertação é promover reflexões das distintas inferências da crítica à ciência para nossa prática político-científica (Sardenberg, 2002).

Conforme Londa Schiebinger (2001, p. 29) existem outros métodos de conduzir pesquisa “(...) mas eles não estão diretamente relacionados a sexo ou a traços supostamente femininos. Em muitas instâncias os feminismos avançaram através do uso de métodos-padrão de estudo.

É tempo de afastar-se de concepções de ciência feminista como empática, não-dominadora, ambientalista, ou "favorável às pessoas". É tempo de voltar-se, ao invés disso, para instrumentos de análise pelos quais a pesquisa científica possa ser desenvolvida, bem como criticada em linhas feministas. Eu não proponho esses instrumentos para criar alguma ciência "feminista" especial, esotérica, mas sim para incorporar uma consciência crítica de gênero na formação básica de jovens cientistas e no mundo rotineiro da ciência (Schiebinger, 2001, p. 31).

Apesar das conquistas proporcionadas pelos movimentos feminista, “O feminismo é ainda para muitos um palavrão, mesmo entre aqueles que apoiam o progresso de carreiras profissionais para mulheres” (Schiebinger, 2001, p. 33). Particularmente quando adentramos nas ciências observa-se uma preferência sobre discutir mulheres ao invés de feminismo. O nome do programa de pós-graduação sobre Mulheres, Gênero e Feminismo traz essa constatação que pluraliza a mulher, mas não fala em feminismos.

O histórico de mulheres brancas burguesas que defendiam o repúdio do papel de servente de outras pessoas, contudo não estavam implicadas em convencer homens ou outras mulheres de que o movimento era importante para todos. Logo, tecer essa crítica é contrapor que se mantenham a primazia do feminismo, de forma narcisista, universalizando as próprias experiências (hooks, 2019). Precisamos fomentar através do pioneirismo do programa, a construção de movimentos que estão baseados nas massas e podem ocupar espaços como a universidade pública.

No campo dos Estudos Feministas, ainda enfrentamos uma luta substancial pela legitimidade nos ambientes de trabalho e, de modo mais intenso, nos organismos de fomento à pesquisa, incluindo nas Ciências Humanas. Deve-se pluralizar o singular que já não faz sentido na concepção feminista elaborada pelo PPGNEIM, reconhecendo as dificuldades enfrentadas dentro do campo científico. Consequentemente, exerce impacto relevante, ainda não devidamente avaliado, nas representações sociais sobre Ciência e sobre mulheres cientistas (Lima; Souza, 2011).

Não obstante, a ação e revisão constantes são necessárias, incorporando criticidade, escuta ativa de movimentos e novas abordagens e interpretações, bem como constituição de epistemologias que assegurem promoção de igualdade e justiça social. Logo, o compromisso que precisa ser firmado diariamente é desarticular as barreiras que ainda impedem a participação das mulheres nesses lugares. A proporção na ciência deve se igualar com a da população mais ampla, sendo maioria nas universidades de acordo com os marcadores sociais.

As mulheres, independente de cor ou credo, devem ser representadas igualmente em todos aspectos da vida. Sua plena representação em todas as ciências proporcionará às mulheres as mesmas liberdades que os homens há muito têm de manter diferentes perspectivas e opiniões e não serem consideradas *en bloc* como "as mulheres" num departamento ou grupo (Schiebinger, 2001, p. 35).

Partindo do pressuposto que a ciência moderna é resultado das centenas de anos de exclusão das mulheres “(...) o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência” (*Ibidem*, p. 37). No entanto, devemos compreender que para alcançar esse êxito não será um processo impassível, tendo em vista que suas origens foram estruturadas para apagá-las.

Os avanços obtidos com a entrada de mulheres e suas pluralidades na ciência não implica que as políticas sejam abandonadas, afinal é um processo extenso de mudança. “O objetivo de revelar a estrutura de gênero e a política na ciência estende o processo de crítica contínua que é parte dos trabalhos comuns e notáveis da ciência” (Schiebinger, 2001, p. 48-19). Tal assertiva traz o conceito de gênero para argumentar e fundamentar um sistema de signo e símbolos que denotam relações de poder/hierarquia entre os sexos.

A partir da crítica contundente que o feminismo tem produzido ao modo dominante de produção do conhecimento científico, propõe-se alternativas para articulação. Porém, consoante Margareth Rago (1998, p. 2) “(...) ao menos no Brasil, é visível que não há nem clarezas, nem certezas em relação a uma teoria feminista do conhecimento”. Mesmo sendo uma construção em curso, inevitavelmente entendemos a partir de um conceito universal de homem (branco-heterossexual) que deixa de lado quem escapa desse modelo.

Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (*Ibidem*, p. 3).

As teóricas feministas defendem que as mulheres não sejam pensadas a partir da essência biológica, com determinismos, mas como “(...) uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes” (*op. cit.*, p. 6). Logo, o gênero surge como forma de desnaturalizar as identidades sexuais e empreende a dimensão relacional que constituem as diferenças sexuais.

Conforme Margareth Rago (1998) o discurso é visto como prática, a qual não cria o mundo, mas apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados. Então, o modo feminista de pensar promove o rompimento das concepções totalizadoras/absolutizadoras. Desse modo, transpõe com os modelos hierárquicos da ciência e seus pressupostos. Nossa entrada nos espaços do saber recoloca e coloca novas questões, além de questionando e transformando estes campos imperativamente.

A partir da experiência⁷ como origem do conhecimento, a visão do sujeito transforma-se em base da evidência sobre a explicação que foi concebida. Consequentemente, a visibilidade é considerada como evidência para o fato da diferença ao invés de um jeito de constituir como se estabelece a diferença. Ademais, “(...) reproduz mais que contesta, sistemas ideológicos dados” (Scott, 1998, p. 302). Conforme Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 287), “a fragmentação de uma ideia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista”.

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam (Soihet; Pedro, 2007, p. 287).

Isto posto, de uma perspectiva onde era possível identidade única entre as mulheres, deslocou-se a outra, em que se configurou a existência de múltiplas identidades. Diante do antagonismo “homem versus mulher” que favoreceu mobilizações políticas essenciais, além das tensões que provocaram a viabilidade da categoria “mulheres” (Soihet; Pedro, 2007). Ademais, incorporou a diferença como um problema a ser analisado e foram diversas contradições que apareceram, apresentando a inviabilidade de aspirar uma identidade comum.

⁷ A autora enfatiza a relevância do papel da história na construção da experiência, definindo que apenas quando se entende genuinamente a história é que se pode compreender a experiência. Levando em conta, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo (Scott, 1998).

É superada a noção do conhecimento como processo unicamente racional, a dimensão subjetiva, emotiva e intuitiva ganha espaço com a chegada das mulheres e questiona divisões como corpo/mente, razão/sentimento, por exemplo. “Sem dúvida alguma, há um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo. Talvez daí mesmo a dificuldade de nomear o campo da epistemologia feminista” (Rago, 1998, p. 10).

Se, no campo dos Estudos Feministas, estamos, pelo menos no Brasil, ainda em uma luta significativa pelo reconhecimento da legitimidade no próprio ambiente de trabalho e, de forma mais aguda, nos organismos de fomento à investigação científica e tecnológica, é no campo das Ciências Naturais e, até mesmo, em alguns segmentos das Ciências Humanas que a luta parece ser mais dura (Lima e Souza, 2011, p. 17).

Estamos acostumadas a viver num mundo masculino, o qual é possuído por outros, não possuindo a linguagem e se encaixando nas generalizações do homem. Portanto, nós lutamos para criar ou ampliar a linguagem existente: “(...) aqui se encontra a principal fonte do aporte feminista à produção do conhecimento, à construção de novos significados na interpretação do mundo” (Rago, 1998, p. 11). Por conseguinte, ao invés de produzir um conhecimento neutro e livre de subjetividades, convocamos o envolvimento do sujeito com seu “objeto”.

Ademais, os referidos estudos de mulheres citados anteriormente apresentam superficialmente as experiências das que são submetidas a diferentes formas de opressão – de gênero, raça, classe, dentre outras (Sardenberg, 2002). Portanto, entendo a importância das dimensões interseccionais e oriento-me também a partir de autoras negras como referência nesta pesquisa. “(...) o tema das desigualdades de raça, gênero e classe passaram a ser articulados de forma intercambiáveis pelas feministas negras no contexto da redemocratização do Brasil” (Rios; Sotero, 2019, p. 5).

A produção de Lélia Gonzalez (1984)⁸ propõe discussões que colocam a abordagem interseccional no centro do debate, com as múltiplas formas de opressão e dominação articuladas ao processo colonial. A autora é considerada uma das precursoras da perspectiva interseccional, juntamente com o discurso de Sojourner Truth (1851)⁹ e clássicas como Angela Davis (1981) e bell hooks (1981)¹⁰. Conquanto o debate tenha sido iniciado há mais de três décadas, foi na última década que se estendeu o uso e recepção do termo (Rios; Sotero, 2019).

⁸ Texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (Gonzalez, 1984).

⁹ O seu discurso mais conhecido proferido na Convenção dos Direitos da Mulher, em Ohio (1851).

¹⁰ Os livros das autoras que se aprofundam na interseccionalidade, respectivamente, “Mulheres, Raça e Classe” (publicado no Brasil em 2016) e “E eu não sou uma mulher?” (publicado no Brasil em 2019).

Isto posto, a investigação interseccional no seu começo era substancialmente crítica porque desafiava corpos de conhecimento, teorias, epistemologias, metodologias e pedagogias presentes, sobretudo no que era relacionado à desigualdade social. Conquanto, como forma de investigação crítica ela seja capaz de acontecer em qualquer local, foi nas universidades que se tornaram importantes para difundi-la por meio de estudos, conferências, relatórios de políticas, trabalhos literários e criativos (Collins; Bilge, 2020).

As mulheres negras precisam absorver um ponto de vista que é muito distinto do seu próprio. Os homens brancos têm sido o grupo dominante há bastante tempo, portanto, sua visão de mundo reflete as preocupações deste grupo (Collins, 2016). “Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem a diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (Crenshaw, 2002, p. 173).

A metodologia qualitativa com natureza dedutiva, cruzando intersecções e categorias analíticas como mulheres, políticas públicas, violências, agendas educativas e campanhas publicitário-midiáticas. Valorizando a produção existente e interfaces de áreas do conhecimento científico, a aproximação com viés interdisciplinar se faz presente, ampliando visões e leituras para compor escopo, contexto e análise crítica pretendidos para o desenvolvimento da dissertação.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa (...) com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p. 21).

Em termos metodológicos, realizou-se, num primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em pauta. Em seguida, passou-se ao trabalho de pesquisa documental a partir dos materiais disponibilizados no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres da

Bahia (<http://www.mulheres.ba.gov.br/>) acessíveis entre março de 2020 e fevereiro de 2023. Finalizando na pesquisa empírica e de composição dos documentos audiovisuais e textuais que perfazem o período de 2011 a 2021, decênio marcador da criação e desenvolvimento de ações e agendas especializadas dentro de uma instituição governamental especializada e responsável por “Prevenir, Punir e Erradicar” (diretrizes constantes desde a Convenção de Belém, de 1994).

Em relação às campanhas que serão analisadas, na Figura 1 (Campanha Respeita as Mina no Carnaval) expõe uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM-BA) com o objetivo de estimular o respeito, incentivar o Carnaval alegre e chamar atenção dos homens com comportamentos naturalizados de assédio. Enquanto na Figura 2 (Campanha com foco na Masculinidade Tóxica)¹¹ com objetivo sensibilizar a população para o combate à cultura machista e marca também os oito anos da Secretaria. Essas são algumas ações incluídas no desenvolvimento da dissertação para atingir os objetivos da pesquisa.

Figura 2 - Campanha Respeita As Mina no Carnaval



Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (2019)¹²

¹¹ Foi uma campanha de grande repercussão que contou com outdoors, mídia eletrônica e digital, entre outras peças (SPM-BA, 2019) e sua análise é desenvolvida no capítulo 3.

¹²Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/02/2293/Respeita-as-Mina-no-Carnaval-acoes-de-combate-ao-assedio-e-trio-com-Larissa-Luz-Luedji-Luna-e-Xenia-Franca.html>>. Acesso em 07 jan. 2023.

Figura 3 - Campanha com foco na Masculinidade Tóxica



Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (2019)¹³

No desenho da pesquisa decidimos que um caminho possível para atingir os objetivos propostos é obter respostas de agentes institucionais, da rede e de comunicação das campanhas publicitário-midiáticas, veiculadas no Estado da Bahia e compreendendo as secretárias Vera Lúcia Barbosa, Olívia Santana e Julieta Palmeira titulares da SPM-BA. Logo, utilizou-se das entrevistas semiestruturadas, as quais inicialmente seriam virtuais, tendo em vista a pandemia de Corona vírus, instaurada no Brasil desde março de 2020 e avançando no ano de 2021, impactando nas políticas, nas agendas e na coleta de dados presenciais¹⁴. Contudo, com avanço da vacinação em 2022, após aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 57513922.0.0000.5531), optei por realizá-las pessoalmente em Salvador e no interior¹⁵, respectivamente.

A coleta de dados teve como técnica entrevistas semiestruturadas e realizadas individualmente, cujo instrumento foi um roteiro (ver APÊNDICE c) que versa sobre os temas: políticas públicas, violências, campanhas publicitário-midiáticas e resultados das ações. Segundo Cecília Minayo (2009) a entrevista serve como forma de obter informação dos fatos relatados pelas pessoas, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma realidade que está sendo focalizada.

“(...) é uma possibilidade de técnica interativa que oportuniza ao pesquisador captar os sentidos construídos pelos entrevistados, registrando em sua pesquisa os valores atribuídos por

¹³ Disponível em: < <http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/06/2420/Campanha-com-foco-na-masculinidade-toxica-estimula-debate-nas-redes-sociais.html>>. Acesso em 08 jan. 2023.

¹⁴ O percurso metodológico do projeto de pesquisa foi delineado a partir de influências de uma situação mundial enfrentada a partir de crise sanitária (Covid-19), alterando, sobremaneira, a dinâmica global, as relações interpessoais, de trabalho e de políticas sociais.

¹⁵ Optei por não mencionar a cidade, para garantir a privacidade da entrevistada que coordena o CRAM.

eles ao aspecto ou contexto social em questão” (Cabral; Vieira, 2014, p. 121). Consequentemente, na técnica escolhida, quem está na posição de entrevistar pode ressaltar o que for mais importante, com as palavras e ordem que considerar pertinente. Isto posto, as captações das informações pretendidas são imediatas e correntes durante o levantamento de dados (Amado; Ferreira, 2014).

No processo de pesquisa qualitativa, a produção dos dados contém características específicas, em que o pesquisador se destaca como principal instrumento. Então, a investigadora pode construir e reelaborar conceitos e percepções durante o seu estudo. Conquanto, a manifestação de um novo paradigma não deve prever o abandono das estratégias desenvolvidas anteriormente (Vieira, 1999).

(...) também não existem as técnicas ideais para produção de dados, tratando dos estudos dos fenômenos sociais e humanos, pois a escolha apropriada depende das opções e/ou condições do investigador à atender as características idiossincráticas de cada estudo particular e dos objetivos que nortearam os trilhos da sua pesquisa (Cabral; Vieira, 2014, p. 121).

A técnica de entrevista pode ser classificada a depender de sua função e sua estrutura. Para o objetivo planejado, optei na etapa empírica pela semiestruturada ou semi-diretiva na qual não existe inflexibilidade no roteiro. As questões são construídas antecedentemente e reorganizadas de acordo com as respostas da entrevistada. Normalmente são apresentadas numa ordem lógica para quem está entrevistando e as respostas são incentivadas a serem fornecidas de maneira livre e espontânea (Amado; Ferreira, 2014). Garantindo recorte sobre a experiência coletiva e individual à frente do gerenciamento de campanhas e diretrizes de políticas públicas traduzidas a partir de conceitos imagéticos educativos constantes no material de ampla divulgação.

Concomitantemente, a entrevistadora fez poucas perguntas diretas, preservando a espontaneidade do processo, captando memórias e recursos sem indução, mas mantendo objetividade e recorte categorial (educação, promoção e enfrentamento, políticas públicas, violências de gênero). Desse modo, corroborou com o objetivo específico sobre as representações institucionais e sociais das violências, extraídas de experiências de sujeitos implicados com a agenda e ações públicas direcionadas no campo de políticas para mulheres e meninas.

Conforme o avanço da vacinação contra o Covid-19 e redução no número de casos ativos no segundo semestre de 2022, as entrevistas aconteceram presencialmente. A entrevistadora seguiu os protocolos de saúde recomendados visando o cuidado e proteção de todas as pessoas envolvidas no processo de coleta de dados. Além de ter garantido a privacidade e sigilo no local de realização das entrevistas.

Com o escopo da aproximação com sujeitos integrados à Secretaria Estadual de Política para Mulheres (SPM), elegemos agrupamentos de responsabilidade, decisão e elaboração das campanhas, considerando técnicas e lideranças ao longo de todo o processo de desenvolvimento (desde a elaboração até a divulgação para público aberto). Deste modo, o quadro a seguir indica cargos/funções.

Quadro 1 - Composição das participantes da pesquisa

Procedimento 1		
Entrevistas: agentes institucionais e de comunicação	Secretária de Políticas para as Mulheres	1
	Setor de Comunicação e Elaboração das Campanhas	1
	Agente da Rede (CRAM)	1

Fonte: Adaptação da autora para procedimentos metodológicos e composição de quadro de participantes alcançadas pela pesquisa empírica realizada em 2022.

Consoante com o quadro acima que caracteriza as participantes dessa pesquisa (critérios de inclusão sinalizados para composição de parte empírica), compreende-se que os grupos são definidos de acordo com as necessidades no transcorrer da pesquisa. Logo, “(...) a primeira atitude a ser tomada antes de selecionar alguém é envolver-se no campo para observar, conversar e conhecer, de forma geral, as peculiaridades do contexto em que a pesquisa será desenvolvida” (Rey, 2005, p. 110). A aproximação se deu de forma presencial, dentro das possibilidades através do uso de máscara e distanciamento, além de confirmando livre consentimento através de TCLE (ver APÊNDICE b).

Partindo do pressuposto que o estudo da singularidade permite chegar em conclusões que estão além do individual e que são irrealizáveis sem o estudo das diferenças, busca-se a diversidade das participantes da pesquisa. “O sujeito é uma unidade essencial para os processos de construção na pesquisa qualitativa, pois a singularidade é a única via que estimula os

processos de construção teórica portadores de um valor de generalização perante o estudo da subjetividade” (Rey, 2005, p. 113).

Com o intuito de escuta ativa das agentes de comunicação e da rede de enfrentamento, a etapa empírica teve o projeto de pesquisa submetido à apreciação ética através da Plataforma Brasil e foi aprovado em novembro de 2022 (CAAE 57513922.0.0000.5531). A organização dos instrumentos de pesquisa sofreu alterações pela situação enfrentada diante da pandemia, como também pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFBA. Todavia, para coleta foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) contendo as exigências das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A primeira aborda sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Enquanto a segunda, são normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida.

Através do termo as participantes tiveram conhecimento dos objetivos da pesquisa, a metodologia adotada, os riscos e o compromisso com o sigilo das informações fornecidas e de suas identidades. Um roteiro de entrevista foi elaborado e apresentado e, para obtenção das informações, as entrevistas foram gravadas sob autorização prévia das participantes com intenção de autenticidade dos dados e maior agilidade nos registros.

Para analisar os dados optei pela Análise de Conteúdo de Bardin que, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos ordenados e objetivos de explicação do conteúdo das narrativas. Ou seja, é uma leitura com profundidade, determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. Sendo assim, irá permitir a compreensão, a utilização e a aplicação do conteúdo definido nos objetivos (Bardin, 2011).

Depois de realizadas as três entrevistas foram transcritas de forma literal e analisadas na integralidade através de uma leitura flutuante para conhecer o conteúdo. Em seguida, os dados foram divididos em unidades temáticas que foram bases para simplificar a representação e obter a categorização. Por fim, os dados serão descritos e analisados com os fundamentos teóricos indicados com a interpretação pretendida para atingir os objetivos da dissertação. A escolha da técnica dialoga com sua função primordial que é o desvendar crítico (Bardin, 2011).

Tendo em vista o desenho metodológico elaborado, o capítulo inicial busca situar as políticas públicas destinadas às mulheres e agendas nacionais/internacionais – com destaque

aos últimos cinquenta anos – das ações educativas e preventivas. Entendendo como o combate às violências impactaram os movimentos de mulheres e feministas, virando reivindicação constante para atuações institucionais e sociais almejando a promoção de direitos. Neste capítulo apresento avanços obtidos e ameaças para nossos direitos, a partir de documentos e das autoras Cecília Sardenberg e Márcia Tavares (2016), Lourdes Bandeira (2014) e Heleieth Saffioti (2001, 2015).

O segundo capítulo amplia a discussão sobre a invisibilidade dentro das políticas públicas no tocante às violências contra as mulheres. Amplia a noção de universalização e embranquecimento da categoria mulher, denunciando como é um projeto político que entrecruza opressões basilares no nosso país e no estado. Para isso, utilizei autoras como Françoise Vèrges (2021), bell hooks (1995, 2015), Avtar Brah (2006) e Sueli Carneiro (2002). Explorando os diferentes tipos de violência e como a identificação é fundamental para elaboração de estratégias de combate/prevenção, a partir de Eva Blay (2003), Cecília Sardenberg (2013) e Heleieth Saffioti (1995, 2015).

Levando em conta minha área de atuação, trago a reflexão sobre a área da saúde e escuta das mulheres vitimadas, como também construção da categoria profissional da Psicologia. De acordo com Telia Negrão (2016), Luciane Silva, Elza Coelho e Sandra Caponi (2007) e Valeska Zanello (2020). Em seguida, o terceiro capítulo apresenta a parte empírica com descrição da metodologia utilizada para a coleta dos dados e trago as falas das mulheres entrevistadas. Realizo a identificação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia e estratégias para o enfrentamento.

Desenvolvo uma análise sobre as ações desenvolvidas diante do mapeamento das campanhas da SPM veiculadas na Bahia. Utilizo de referências como Heleieth Saffioti (1987), Lourdes Bandeira e Tânia Almeida (2004, 2013), Teresa Lisboa e Daniele Manfrini (2005), Sabrina Cruz (2008) e Claudio Penteadó e Ivan Fortunato (2015). Diante das entrevistas, focalizo a ação da Masculinidade Tóxica como destaque no alcance midiático e proponho olhares para o interior do Estado que fica mais desassistido nas ações. Finalizo o capítulo com o aspecto subjetivo das mulheres que atuam diariamente em instituições da rede de acolhimento/enfrentamento, precisando encarar violências pessoais e coletivas.

*Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180
 Vou entregar teu nome e explicar meu endereço
 Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço (...)
 Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim*

Elza Soares – Maria da Vila Matilde

1. DE AGENDAS HISTÓRICAS: DIREITOS, POLÍTICAS E AGENTES

Ao acompanhar os trabalhos dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil nota-se como proporcionaram o redesenho dos espaços institucionais das políticas públicas a partir de uma numerosa agenda de gênero, a qual foi motivada por organizações e/ou coletivos cujas metodologias de participação e ações de resistência política permitem trocas elementares para construção do que temos hoje. Conquanto, as arenas políticas são demasiadamente masculinizadas e não podemos ignorar como o poder se sedimenta em instituições e agentes sociais (Oliveira, 2017).

Um destes caminhos refere-se às formas de intervenção estatal e o controle social exercido pelas mulheres. A inserção das mulheres nos espaços políticos institucionais, sobretudo na elaboração e participação no ciclo das políticas públicas, é resultado, em parte, das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na América Latina desde o final da década de 1970 que gerou novas institucionalidades na relação das mulheres com o Estado (*ibid.*, p. 42).

Todavia, elas representavam também a pressão por respostas estatais aos efeitos perversos da globalização na América Latina. Sendo necessária uma nova institucionalidade governamental direcionada à inclusão de gênero no desenho de políticas públicas. Com a sub-representação de mulheres nos distintos escalões do poder político ainda no século XXI, percebemos que as faces da cultura ainda sustentam um modelo masculino de democracia (Oliveira, 2017). Portanto, saliento no capítulo olhares que “reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres” (Farah, 2004, p. 51).

Quando presenciamos tentativas de apagar ou marginalizar os movimentos feministas, recordo-me da resposta de Ana Alice Costa (2005, p. 1) “(...) eu sempre respondo: o feminismo enquanto movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio”. Inegavelmente, as mudanças vão acontecendo naturalmente, a cada passo, conquista, nova demanda. Rotineiramente as vivências das mulheres são perpassadas pela subalternidade e protagonizam cenas de violação dos Direitos Humanos.

O feminismo brasileiro, longe de ser unívoco ou unitário, contribuiu muito para o desenvolvimento de políticas de igualdade em todos os âmbitos da Federação, sobretudo pela participação expressiva da sociedade civil organizada e de grupos de mulheres em todas as conferências nacionais e internacionais (...) (Oliveira, 2017, p. 45).

Não obstante, importante ressaltar que retrocessos aconteceram nos últimos anos, sobretudo no contexto pós-impeachment, o qual despertou mais vigilância e resistência em relação aos direitos das mulheres e de outros grupos oprimidos. As políticas públicas de gênero que já estavam consolidadas historicamente, pareceram frágeis diante de governos que nos violentaram em múltiplas instâncias (*ibid.*). Durante a escrita da dissertação, acontece a transição no governo federal e atualmente, Luis Inácio Lula da Silva é presidente, o qual deverá recompor os desmontes operados pela extrema direita.

Tendo em vista que para construir novos caminhos precisamos retornar ao passado, pretendo trazer lições e contribuições das nossas antecessoras neste capítulo. Através dos espaços ocupados, foi possível elaborar, mas também executar políticas. Conseguiu entrar no Estado, interligar-se e simultaneamente persistir como movimentos autônomos. A reflexão sobre as lutas, novas dinâmicas e desafios encarados pelos movimentos precisam estar sempre no horizonte das nossas agendas – seja no estado ou no país. “No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz” (Costa, 2005, p. 1).

1.1 A reivindicação das lutas feministas e dos movimentos de mulheres

As políticas públicas podem ser apreendidas como as respostas do Estado às demandas sociais que são de interesse da coletividade. Então, implementa-se através de projetos e ações do governo destinadas para setores específicos da população. Contudo, é essencial que haja parcerias entre o Estado e sociedade civil, pois, não devem ser reduzidas a políticas estatais (Oliveira; Cavalcanti, 2007). Podem refletir na esfera privada – família, mercado, religião – mas não são privadas, ou seja, estão sustentadas em decisões públicas (Rua, 2009).

A luta feminista, em todo o mundo, e também no Brasil, produziu muitas alterações no Estado, suas leis e instituições, na orientação das políticas públicas e no modo de atuar dos governos. Mas nem sempre as mulheres colocaram-se da mesma maneira frente o Estado, e o Estado, ao longo da história, tratou a nós mulheres de forma muito variada (Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009, p. 9).

Anteriormente, a tradição da cultura política em nosso país situou mulheres na condição de beneficiárias passivas de políticas assistenciais, as quais estavam destinadas prioritariamente aos tópicos de maternidade, amparo à infância e à velhice. Tendo em vista a lógica do cuidado como única maneira de ser e estar no mundo, as lutas por políticas públicas não eram uma realidade possível. Diferente das últimas décadas que além de pontuar outras questões, amplia mesmo que de forma ainda limitada, a nossa participação (Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009).

Tendo em vista que todas as mulheres são demandantes das mesmas políticas públicas, é preciso destacar que apesar de questões semelhantes, não somos todas iguais. Logo, a depender do lugar onde nascemos, da orientação sexual, da idade (criança, adolescente, adulta ou idosa), da raça ou etnia, as necessidades específicas irão demandar políticas específicas. Ademais, adotar medidas acertadamente para o enfrentamento das explorações e/ou discriminações é parte fundamental (Pernambuco, 2008).

As convenções internacionais tiveram impacto inegável no contexto das políticas públicas para as mulheres, trazendo marcos para o enfrentamento às violências. Em 1948 aconteceu a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher em Bogotá na Colômbia. O objetivo era outorgar os mesmos direitos civis para homens e mulheres. No Brasil, a Convenção dos Direitos Políticos da Mulher foi aprovada em 1955 e promulgada depois de oito anos, em 1963 (Santos, 2013).

O desejo de colocar em prática o princípio dos direitos políticos foi fundamental para ampliar a noção de justiça social em nosso país. Logo, as convenções que versavam sobre formas de discriminação e violências compõem marco histórico para entender o presente. O primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher foi através da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, sigla em inglês) de 1979. Considerado o documento de maior relevância de defesa dos direitos das mulheres. Possui força de lei, no Brasil, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 5º da Constituição Federal¹⁶ vigente.

¹⁶ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...) § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (Brasil, 2016).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – popularmente conhecida como Convenção de Belém do Pará - é considerada como o acordo mais importante sobre o tema. Acontece em 1994, porém é ratificada no Brasil no ano seguinte. Define a violência contra a mulher, declara os direitos protegidos e menciona os deveres dos Estados-parte, além de organizar mecanismos interamericanos de proteção. Como a Convenção CEDAW, tem força de lei de acordo com o artigo e parágrafo citado anteriormente.

A criação dos espaços de diálogos ampliou a visibilidade do tema nesse período, logo a conscientização sobre a condição de discriminação e inferioridade em que localizavam as mulheres em múltiplas esferas da vida social, em quase todos os países. Em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher compôs o diagnóstico internacional mais completo sobre o tema e avanços conceituais. A Declaração de Pequim é o documento político que os governos se comprometem a implementar a Plataforma de Ação¹⁷, a qual inclui o princípio da igualdade para todas as pessoas. Enquanto a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - conhecida como Conferência do Cairo (1994) - adotou um Programa de Ação marcando uma mudança paradigmática.

Conseqüentemente, os marcos históricos expostos anteriormente, além dos instrumentos citados, ilustram a luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como Direitos Humanos. Portanto, revelam as conquistas que obtivemos e que devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade de modo cotidiano. Portanto, a compreensão da violência de gênero é de fundamental importância para o enfrentamento como política.

Segundo Cecília Sardenberg e Márcia Tavares (2016) refere-se a quaisquer tipos de violência – seja, física, psicológica, social ou simbólica. Tendo por base a organização social dos sexos e cometida contra indivíduos estritamente em decorrência do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual. Incompativelmente, não tivemos alterações relevantes nas razões que justificam a persistência das formas de violência contra nós, as quais se centram no não cumprimento de seus papéis, como por exemplo de mãe, dona de casa e/ou esposa (Bandeira, 2014).

¹⁷ A Plataforma reconhece o papel e incidência das mulheres sobre a economia e o seu empenho para combater a pobreza, com o trabalho remunerado ou com as diversas contribuições não remuneradas e realizadas no espaço doméstico (Brasil, 2006).

Entretanto, histórica e numericamente, é a violência masculina contra mulheres e, em especial, a violência doméstica, que tem se constituído como fenômeno de maior destaque, vez que não se manifesta apenas como fenômeno estruturado pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como fator estruturante dessas sociedades (Sardenberg; Tavares, 2016, p. 8).

É válido lembrar que no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde em 1996, a Quadragésima Nona Assembleia Mundial de Saúde adotou a Resolução WHA49.25, declarando a violência como um problema importante, e crescente, de saúde pública no mundo. Enquanto no Brasil, foi institucionalizada em 2001 a partir da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (OMS, 2002).

No ano de 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (hoje SPM), como órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Foi desenvolvida “(...) para a prevenção, combate e enfrentamento à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres em situação de violência” (Brasil, 2011). Além de tudo, tem como missão promover a igualdade entre homens e mulheres, além do combate às todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.

Isto posto, outro entendimento possível para o fenômeno é como ações que tratam os seres humanos não como sujeitos, mas como uma coisa ou objeto. “(...) esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência” (Chauí, 1985, p. 35). Conseqüentemente, as violências aspiram a manter relações que as pessoas envolvidas estão presentes umas para as outras, contudo, uma delas está suprimida em sua distinção e submetida à vontade e à ação da outra.

Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se percebe como tal. Em outros termos a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e ação contrária que a dominam (Chauí, 1985, p. 35).

“A correlação da violência com a condição de gênero originou-se sob a inspiração das questões e das reivindicações do movimento feminista, a partir de evidências empíricas contundentes” (Bandeira, 2014, p. 450). Diante da pluralidade dos referidos movimentos, os quais têm lutado não somente pela eliminação das discriminações sociais/legislativas e por ampliação de direitos, bem como pela indispensabilidade das mulheres serem protagonistas dos seus direitos formais conquistados. Logo, esse processo promove aumento das potencialidades para enfrentamento e superação (Barsted, 2016).

1.2 Das nossas garantias e ameaças nos caminhos das políticas para mulheres

Alguns mecanismos existem para controle da política pública, assim sendo, o Controle Social funciona através da participação das organizações de mulheres na proposição, no acompanhamento e na avaliação das ações. Desse modo, transmitindo os seus objetivos, processos e resultados. Pode ser realizado em variados espaços, sendo os predominantes: Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher, Fóruns de Mulheres e Conferências de Políticas para as Mulheres – tem três etapas: municipal, estadual e nacional (Pernambuco, 2008).

As Conferências constituem um momento de concentração política das proposições, análises e avaliações das políticas públicas. Diferentemente dos conselhos e dos fóruns, as conferências reúnem um número muito grande de pessoas, representantes governamentais e da sociedade civil, que durante três ou quatro dias discutem intensamente as questões (Pernambuco, 2008, p. 72).

Na realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM)¹⁸ em julho de 2004, o Governo Federal deu um grande passo para promoção dessas mudanças. Considerou-se como marco na afirmação dos nossos direitos, mobilizando cerca de 120 mil mulheres de todo Brasil a participarem e apresentarem as propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)¹⁹ - agora, sendo colocado em prática pela SPM (Brasil, 2005).

(...) para que ele se torne realidade e mude, de fato, a vida de todas as mulheres, é necessário que os Governos Federal, Estaduais e Municipais trabalhem em conjunto e, também, que a sociedade seja parceira em sua execução. Para tanto, é preciso que mecanismos institucionais de defesa dos direitos da mulher sejam criados ou fortalecidos em todo o país. E mais: que todas estejam representadas - mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras – e participem, ativamente, em suas localidades (Brasil, 2005, p. 9).

Em agosto de 2007, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM)²⁰, com a participação de 200 mil mulheres, tendo sistematização de um conjunto de propostas e demandas ao Estado brasileiro. De acordo com as resoluções, foi elaborado o II PNPM. O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em

¹⁸ Disponível em: < <https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anais1cnpm.pdf>>. Acesso em 14 fev. 2023.

¹⁹ O Plano traduz em ações o compromisso assumido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando de sua eleição em 2002, de enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens em nosso país e reconhece o papel fundamental do Estado, através de ações e políticas públicas, no combate a estas e outras desigualdades sociais (Brasil, 2005).

²⁰ Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-2a-conferencia>>. Acesso em 14 fev. 2023.

agosto de 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal. Configurou-se como um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que estabilizassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres através da implementação de políticas públicas integradas em todo Brasil (Brasil, 2011).

Assim, no sentido de garantir a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres, o pacto foi consolidado. Todavia, foi preciso uma releitura e avaliação com atenção para as 27 Unidades da Federação pactuadas, passados quatro anos de implementação (Brasil, 2011). No mesmo ano, aconteceu a 3ª CNPM²¹ ocorreu em dezembro de 2011. Com número de participantes similar a anterior, resultou no PNPM 2013-2015 com inserção maior dos temas sobre gênero em várias frentes do governo. Cabe salientar que no mandato de Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do nosso país, o Plano torna-se instrumento ainda mais relevante (Governo da Bahia, 2014).

Durante seu governo – 2011 a 2016²² - a Secretaria de Políticas para as Mulheres recebeu maior protagonismo e liderança, recebendo um terreno fértil de discussões e ações para o enfrentamento às violências contra as mulheres. Em maio de 2011, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/BA), através da Lei nº. 12.212. Indiscutivelmente, resultado das lutas feministas e dos movimentos de mulheres da Bahia. Uma vitória que reafirma esse grande passo na consolidação da democracia. Duas áreas que são prioridade desde a sua fundação, são: a prevenção e enfrentamento das violências contra as mulheres; e a promoção da autonomia das mulheres²³ (Governo da Bahia, 2014).

A 3ª CNPM ratificou o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da autonomia e igualdade das mulheres (Brasil, 2013). Essa demanda faz parte também dos compromissos adotados pelos países-membros das Nações Unidas na Declaração do Milênio, levando em consideração melhorar a vida de todos/as habitantes do planeta até o ano de 2015. A ausência de autonomia das mulheres resulta de planos políticos excludentes e autoritários.

A autonomia significa a capacidade de gerenciar e conduzir a própria vida, de ter a liberdade e a possibilidade de fazer suas escolhas. Para a conquista dessa

²¹ Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-3a-conferencia>>. Acesso em 19 jan. 2023.

²² Seu mandato era até 2018 e foi destituída em 31/08/16 pelo Senado Federal. O processo de impeachment teve início nas acirradas eleições de 2014 entre PT e PSDB que disputaram projetos políticos, índices de desenvolvimento e acusações de corrupção (Becker; Cesar, *et al.*, 2017).

²³ A partir da articulação de iniciativas voltadas ao estímulo da igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher, seja nos campos político, do corpo, da economia, entre outros (Governo da Bahia, 2014).

autonomia, são necessárias determinadas condições econômicas, sociais, políticas e até mesmo simbólicas, que possam garantir às mulheres participar, atuar e vivenciar plenamente sua condição de cidadã (Governo da Bahia, 2014, p. 22).

Com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, aconteceu a 4ª CNPM em 2016. Nesta edição houveram consultas nacionais com grupos colocados às margens da sociedade brasileira²⁴, além de ser a primeira vez que jovens puderam apresentar demandas em conferência específica. Logo, a pluralidade que compõe a cultura do nosso país teve vez e voz depois de anos de pautas/projetos elaborados diante das desigualdades prevaletentes em nosso território. A referida conferência foi a única em que não encontrei os anais/relatório disponível na internet.

Em 2021, aconteceu a 5ª CNPM²⁵ com o tema “Garantias e Avanços de Direitos das Mulheres: Democracia, Respeito, Diversidade e Autonomia”. Contudo, faz-se necessário explanar acontecimentos anteriores. Em 2015, as secretarias de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial foram unificadas pela presidenta Dilma Rousseff. Conseqüentemente, forma-se o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Após o impeachment, foi extinto e recriado com o nome de Ministério dos Direitos Humanos²⁶.

Entretanto, no atual governo, a pasta foi transformada em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos²⁷. Assim sendo, a última Conferência se deu nesse cenário político que ainda inclui o vírus Sars-CoV-2, causador da COVID-19 em todo o mundo. Ademais, umas das medidas adotadas pelo Governo Federal para acolhimento das mulheres vítimas de violência foi a disponibilização de um aplicativo.

(...) Direitos Humanos BR, no qual as vítimas podem enviar relatos das condições opressivas em que se encontram. Mas qual camada de mulheres, no Brasil, possui um smartphone ou um computador com acesso à internet que viabilize o download de um aplicativo? E mais: onde as informações sobre esse canal estão circulando? Estão de fato circulando (Lobo, 2020).

²⁴ Mulheres transexuais, ciganas, mulheres com deficiência, indígenas, quilombolas e de religião de matriz africana (IPEA, 2015).

²⁵ No site do governo encontra-se apenas o texto base da Conferência. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>>. Acesso em 15 jan. 2023.

²⁶ Ver dissertação de Flávia Silva (2019): "Apesar das vozes femininas que entram neste microfone aqui": discursos da grande mídia e do Legislativo sobre estupro e respostas do Estado.

²⁷ Incluindo as políticas indígenas, por meio da Funai, antes vinculada ao Ministério da Justiça.

O crescimento dos casos de violências durante a pandemia não é restrito ao vírus e suas medidas protetivas. Deve-se levar em consideração a estrutura que organiza a população e mantém relações de opressões complexas. A lupa que foi colocada nesse fenômeno traduz um problema de saúde pública que possui interligação com marcadores como raça, etnia, gênero, classe, geração e outros (Lobo, 2020). Todavia, o silenciamento de histórias e narrativas sobre essa realidade revela o caminho de lutas que já foram travadas para chegarmos até aqui.

Ainda existe em pleno século XXI, o argumento que justifica e/ou defende a conduta de agressores pautado na sexualidade masculina. Ou seja, declaram que a sexualidade feminina é distinta e só aparece quando provocada. Assim sendo, conforme Heleieth Saffioti (2015, p. 28) afirma “(...) A mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o “ataque” do caçador”. Consequentemente, homens são educados para irem à caça, fazendo com que acreditem na incontrolabilidade da sexualidade masculina.

Obviamente, qualquer pessoa, seja homem ou mulher, pode controlar seu desejo, postergar sua concretização, esperar o momento e o local apropriados para a busca do prazer sexual. É evidente que a esmagadora maioria de homens e de mulheres atua desta maneira, mesmo porque a sociedade é regida por numerosas normas (...) As regras sociais são passíveis de transgressão e são efetivamente violadas (Saffioti, 2015, p. 28-29).

Os aplicadores da lei tinham pouca abrangência sobre a potencialidade lesiva que os conflitos domésticos promoviam, sem propor um direito das mulheres a uma vida sem violências. Essa conduta leva a centralidade do tratamento ao agressor e não a mulher vitimada, sendo incapaz de protegê-la (Bandeira, 2014). Quando em 7 de agosto de 2006 foi sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Lei nº 11.340 – mundialmente conhecida como Lei Maria da Penha - a qual refere-se ao enfrentamento das violências contra mulheres.

A Lei Maria da Penha resulta da luta feminista. Pela criação de um expediente jurídico para combater as situações de violência contra as mulheres, possibilitando mudanças significativas no âmbito dos direitos das mulheres. Trata-se também de nova forma de administração legal dos conflitos interpessoais, embora ainda não seja de pleno acolhimento pelos operadores jurídicos. Além de definir o que é e quais são as formas de violência, consolidou estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres, articulando as três esferas do poder – Executivo, Legislativo e Judiciário (Bandeira, 2014, p. 463).

Os operadores jurídicos já argumentaram no tocante a ser desnecessária uma lei específica para as violências contra as mulheres, o que dá notícias do desconhecimento histórico das realidades cotidianas (Bandeira, 2014). Todavia, vivencia-se uma conjuntura política conservadora nos últimos anos que ameaça diariamente nossas vivências e experiências. As

reivindicações de mulheres visando o combate mais contundente dessa situação resultaram em outras Leis fundamentais hoje no Brasil.

Levando em consideração a ordem patriarcal de gênero, a qual dispensa até da presença física para funcionar. Já que os agentes sociais subalternos asseguram a operação perfeita da máquina patriarcal. Logo, o patriarca estando no lugar de poder, conta com adeptos para a execução e defesa dessa ordem que é garantidora de seus privilégios. O conceito de dominação-exploração traz o processo de sujeição de uma categoria social - como um único processo, com dimensões complementares (Saffioti, 2001).

Tendo em vista, os diversos usos semânticos que muitas vezes possuem, sentidos equivalentes nas distintas nomações, por exemplo: violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero (Almeida, 2007). Defendo nessa dissertação o uso da expressão violências contra as mulheres a partir dos desdobramentos e implicações teóricas/práticas que serão desenvolvidas nessa escrita.

“A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos” (Bandeira, 2014, p. 451). Portanto, outra dimensão relevante é a violência simbólica que satura as categorias sociais dominadas, concedendo-lhes esquemas cognitivos consoantes a esta hierarquia (Saffioti, 2001). Nas agendas dos movimentos feministas torna-se questão urgente que permita estender diálogos para além, como com a academia, por exemplo.

Apesar de estarmos à frente em muitos aspectos, as razões que ainda justificam formalmente a constância das violências contra as mulheres são associadas aos papéis de dona de casa, mãe e esposa que não são realizados bem (Bandeira, 2014). Ou porque são corpos e subjetividades que não interessam para a cultura branca cisheteronormativa, tendo aval para serem exploradas e dominadas como descartáveis. A ordem tradicional consegue se resignificar continuamente, remodelando padrões, contudo, sem os eliminar. Ou seja, não há interrupção significativa nas estruturas.

A partir da Lei Joana Maranhão (nº 12.650/2012) altera-se os prazos quanto à prescrição (prazo)²⁸ contra abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Além disso, o nome

²⁸ De forma que a prescrição só passou a valer após a vítima completar 18 anos e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos.

faz referência à nadadora brasileira que foi abusada sexualmente aos nove anos de idade, pelo seu treinador. Outra que recebeu nome de uma brasileira foi a Lei Carolina Dieckmann (nº 12.737/2012) que dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos, a qual recebeu esse nome porque na época que o projeto tramitava, a atriz teve o computador invadido e fotos íntimas foram divulgadas sem autorização por hackers.

Um ano depois surge a Lei do Minuto Seguinte (nº 12.845/2013) que dispõe sobre o atendimento imediato obrigatório e integral²⁹ pelo SUS (Sistema Único de Saúde) de pessoas em situação de violência sexual. Contudo, somente nove anos depois da Lei Maria da Penha que a legislação altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Então a Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015) caracteriza-se quando mulheres são mortas em decorrência de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Quando analisamos a maneira que meninas e meninos são educadas/os ainda hoje, é notória a manutenção da estrutura desigual. No desenvolvimento vão sendo traçados caminhos muito diferenciados de acordo com o gênero, e outros marcadores como raça, classe, sexualidade. “(...) elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem” (Saffioti, 2015, p. 37). A depender do cruzamento de opressões, as expectativas sociais vão sendo alteradas.

Diante desse fenômeno social constituído como persistente, multiforme e articulado por facetas, entre elas, psicológica, física e moral. Foi reconhecida como uma forma de discriminação e violação de direitos humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e nos seus documentos constam recomendações para combate às violências (Sardenberg; Tavares, 2016). Todavia, considerando novamente o aspecto cronológico, apenas em 2002 passou a ser considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um grave problema de saúde pública e violação de direitos humanos (Campos; Tchalekian; Paiva, 2020).

Mais uma alteração no Código Penal acontece com a Lei de Importunação Sexual (nº 13.718/2018) para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, além de tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a

²⁹ Ou seja, atendimento emergencial e multidisciplinar com amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e o fornecimento de informações sobre os direitos legais das vítimas.

liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável. No âmbito das tecnologias e mídias, outro ganho é a Lei nº 13.642/2018 para adicionar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Ademais, a Lei nº 14.132 de 2021 tipifica o crime de perseguição³⁰, por qualquer meio, incluindo a internet.

Pode surgir o questionamento diante das Leis que vão sendo apresentadas “(...) o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações” (Saffioti, 2015, p. 37). Todavia, o saldo negativo é nosso por violências múltiplas e numerosas que estão nas mídias, nas vidas privadas e públicas. Se vivemos em democracia, deveríamos estar mais integradas/os com as diferenças que surgem de uma sociedade multicultural como o Brasil.

Sabendo-se da relevância que dados quantitativos e qualitativos possuem na elaboração de políticas, a Lei nº 13.931/2019 traz uma alteração para dispor sobre a notificação compulsória³¹ dos casos de suspeita ou confirmação de violência contra a mulher. Como forma de pensar na educação, não só de meninas e mulheres, mas de toda a população, a Lei nº 14.164/2021 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Portanto, inclui o conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

Segundo Heleieth Saffioti (2015, p. 18) “(...) trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. Todavia, de acordo com o exposto pode-se notar que apenas a psíquica e a moral estão fora do palpável. Então, as consequências não são legitimadas como deveria e não protegem mulheres que enfrentam adoecimento mental grave.

Sendo assim, até 2021, a violência psicológica era a única forma de violação que não configurava um tipo penal específico no Código Penal Brasileiro. Por conseguinte, de forma isolada ela não gerava um processo para o agressor e medidas protetivas de urgência não eram cabíveis. Portanto, em julho foi sancionada a Lei 14.188/21 que cria o tipo penal e inclui no

³⁰ A prática também conhecida como stalking definido como perseguição reiterada, por qualquer meio, como a internet (cyberstalking), que ameaça a integridade física e psicológica de alguém, interferindo na liberdade e na privacidade da vítima. Ademais, terá pena aumentada em 50% quando for praticado contra criança, adolescente, idoso ou contra mulher por razões de gênero (Agência Senado, 2021).

³¹ As mulheres devem ser atendidas em serviços de saúde públicos e privados, determinando a comunicação à autoridade policial, no prazo de 24h, para providências cabíveis e fins estatísticos.

Artigo 147-B (Bonfim; Pessoa, 2021). É imperativo que não se defenda abusos contra mulheres como inócuos e que não deixem traumas em seus psiquismos.

A magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito (Saffioti, 2015, p. 19).

De acordo com as notícias diárias que são veiculadas nos meios de comunicação, pode-se ter a dimensão de como as mulheres são treinadas para sentir culpa. Mesmo sem razão aparente para isso, somos levadas a assumir responsabilidades que não são apenas nossas. Além de que, a socialização na ordem patriarcal de gênero atribui qualidades positivas aos homens, e - na maioria das vezes - negativas às mulheres. Por conseguinte, são poucas que questionam a sua inferioridade social e subvertem o que é dito como dominante (*Ibidem*).

No mês posterior do mesmo ano (agosto), foi sancionada a Lei 14.192 que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Além de fazer alterações para decretar crime a divulgação de conteúdos falsos no período de campanha e garantir a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições. Por conseguinte, em novembro tivemos a última do ano de 2021, a qual ganhou nome da vítima de um processo que desvelou a violência institucionalizada.

Conhecida por Lei Mari Ferrer³² (14.245) que prevê punição para atos contra a dignidade de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamento. O caso teve grande repercussão após as imagens da audiência serem divulgadas e exibirem a humilhação sofrida, sem nenhuma interferência do juiz responsável. Não obstante, surge como lembrete de que “(...) O feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, a implantação de políticas especiais para mulheres enfrenta ainda hoje resistências culturais e políticas” (Costa, 2005, p. 14).

Existem problemas diversos que são identificados nas ações em Conferências ou em instituições criadas para proteger mulheres, além de um risco maior de ter esse espaço desqualificado. Sabe-se que muitos setores políticos são desfavoráveis à democracia participativa. Assim, consideram como um espaço ilegítimo de pactuação entre governo e os

³² Foi inspirada no caso da influenciadora digital Mariana Ferrer, que denunciou ter sido dopada e estuprada durante uma festa em Santa Catarina, em 2018. Durante o julgamento, a defesa do acusado fez menções à vida pessoal de Mariana, inclusive se valendo de fotografias íntimas. Segundo a depoente, as fotos foram forjadas. O réu foi inocentado por falta de provas (Agência Senado, 2021b).

movimentos, buscando manter relações no privado ou somente via Congresso. Tal como, a aplicação das leis não é satisfatória e revela a estrutura de poder que organiza a população brasileira (Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009).

A estratégia feminista frente ao Estado e nos governos tem como desafio conceber as políticas públicas para e superar as desigualdades, enfrentando o seu caráter estrutural. Isso exige a ocupação dos espaços de poder, a abertura ou ampliação dos espaços públicos de decisão pela articulação entre democracia representativa e participativa, o adensamento da participação social das mulheres, enfim, a democratização do poder (Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009, p. 22).

Conforme Sueli Carneiro (2003, p. 118) “(...) Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país”. Contudo, equivalente a outros movimentos sociais progressistas da sociedade, foi também, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. Consequentemente, ao tratar desses avanços fruto das reivindicações do movimento de mulheres e/ou feministas, precisa-se reconhecer as falhas e lacunas que estão instauradas afetando as vivências cotidianas daquelas que buscam – ou não - por esses direitos (supostamente) garantidos.

No Brasil, essa situação passou a ser confrontada com maior ênfase na década de 1970 – em 2022, 52 anos. Logo, deve-se reconhecer como conquista dos movimentos feministas e de mulheres - internacional e nacional - tornando não só visível como politizado nas relações sociais (Sardenberg; Tavares, 2016). Na década de 1980 foi criado um serviço de denúncia e suporte para mulheres em situação de violência doméstica em São Paulo, o qual salientou o caráter universal que afetava todas as raças, classes e gerações. Logo, naquele período apontava-se o silenciamento que existia socialmente no tocante ao tema e nos últimos não têm sido muito diferentes (Oliveira; Cavalcanti, 2007).

Portanto, o tema das violências contra as mulheres integrou a agenda política no período de redemocratização do nosso país, o que tem pouco mais de quatro décadas (Campos; Tchalekian; Paiva, 2020). Assim, há um caminho longo para percorrer em busca da garantia dos nossos direitos. Logo, uma análise equivocada que não olha para outras categorias além do gênero, coloca outras mulheres em condições mais vulneráveis. Levando em consideração que silenciar vozes e estigmatizar corpos contribui para o não acesso de políticas públicas.

Ademais, sem um olhar crítico para o fenômeno, estaremos fomentando outras formas de opressão para além do sexismo (Carneiro, 2003). As feministas negras produzem com

maestria denúncias sobre o protagonismo da branquitude e vem exigindo a reelaboração do nosso discurso e práticas políticas dos feminismos – sempre no plural.

Eu sou sua mente
Se aproxime, me olhe de frente
Eu sei que emito uns rugidos de repente
É o meu desejo de gritar
 Larissa Luz - Descolonizada

2. A INVISIBILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS COMO ARMADILHA

Ao final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, existia uma nova forma de relação e atuação com o Estado, a qual foi instaurada pelas mulheres feministas: de sujeito político da democratização do país e da gestão pública. Todavia, no fim do século XXI, em decorrência do avanço da doutrina neoliberal, temos atravessado um período de retrocessos. Com o surgimento de novas relações, as mulheres são inseridas na força de trabalho voluntária para implementação de políticas sociais - focalizadas e compensatórias realizadas a baixo custo. Enquanto os governos retrocedem nas políticas voltadas para nós e bloqueando a autonomia econômica (Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009).

Nota-se que a segregação ocupacional por gênero é entendida como a sobre representação das mulheres em determinadas atividades, levando em conta a maior quantidade de pessoas em voluntariados se identificarem com esse gênero. Logo, estabelece um critério que cria espaços de trabalho fora de casa socialmente diferenciados e hierarquizados (Vieira, 2021). Consequentemente, junto com outros marcadores sociais, selecionam as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho, criando restrições às mulheres – sobretudo, negras - para ocupar postos de trabalho de maior prestígio social.

Assim sendo, impõe limites nas suas possibilidades de mobilidade e reforça a disparidade de remunerações entre homens e mulheres, brancos e negros, assim como outras características que inviabilizam ou não seu percurso no mundo do trabalho. A segregação pautada na raça e no gênero são expressões mais evidentes da desigualdade social do nosso país. Conquanto, estão na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social – as quais precisam de análise sistemática para elaboração das políticas públicas (Abramo, 2006).

Com o bloqueio de nossa autonomia econômica que cresce exponencialmente na era neoliberal por causa da retração da ação do Estado, há restrição de políticas fundamentais para liberar o tempo e a força de trabalho das mulheres. Ou seja, ausência de escolas públicas em

tempo integral, ampliação do atendimento do SUS/SUAS, serviços de cuidados a idosos, investimentos em saneamento público e pavimentação de ruas, construção de moradias populares, além dos equipamentos de cultura/lazer (Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009).

Esta política de retração do Estado na esfera reprodutiva, própria do neoliberalismo, leva a superexploração das mulheres com a intensificação da dupla jornada de trabalho para aquelas que conseguem entrar no mercado de trabalho (formal e informal) e com a extensão do tempo total de trabalho das donas de casa, todas enfrentando piores condições para os trabalhos de cuidados com a família e com cada vez menos tempo para si mesmas (*ibid.*, p. 11).

O início do século XXI apresenta os limites e fracasso da proposta neoliberal, enquanto de outro lado temos a retomada das lutas por direitos dos movimentos sociais. Ademais, ocorrem vitórias na América latina de novos governos do campo da esquerda. As oportunidades para uma ação feminista na gestão pública voltaram a crescer - de maneira muito significativa (Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009). Todavia, diante dos cenários de crises e golpe no país, ainda estamos longe de sedimentar as conquistas alcançadas.

A luta contra as violências não pode abdicar de uma crítica às que são promovidas e legitimadas pelo Estado, tampouco das reivindicações feministas dirigidas para instância reguladora da dominação e exploração política e econômica. “Nesses últimos anos, o patriarcado neoconservador e neoliberal, que foi encarnado por diversos chefes de Estado (Donald Trump, Jair Bolsonaro, Matteo Salvini etc), impôs recuos drásticos aos direitos (...)” (Vèrges, 2021). Conquanto, tanto na vida pessoal, como no trabalho, as mulheres foram brutalmente oprimidas.

Ao analisar a divisão dos espaços (público e privado) baseada em modelos antagônicos – observa-se o poder, a ação e as decisões como exclusivas ao universo dado como masculino. Ou seja, reduz até hoje a participação política de mulheres, o que reforça as delimitações sociais, espaços e padrões culturais que restringem liberdades. Além disto, pela lente interseccional, devemos alertar a diminuição de candidatas negras quando cresce - no cenário nacional e mundial -, uma onda conservadora a legitimar ataques contra minorias (Carvalho; Furlan, 2022).

No entanto, as medidas compensatórias não têm garantido, com efetividade, a distribuição igualitária e equitativa entre mulheres e homens e entre os seus diferentes marcadores identitários (classe, raça, etnia, etc.). Isso não significa, contudo, que as mulheres não estejam participando da política. Significa sermos marginalizadas nos espaços públicos em diferentes níveis de acordo com as clivagens sociais estabelecidas e a partir dos lugares ocupados – discursivos, políticos, representacionais, de trabalho, da vida cotidiana, da militância, entre outros (*ibid.*, p. 24).

Tendo em vista que a renovação patriarcal está vinculada ao capitalismo neoliberal, o qual não deixa de arruinar as conquistas sociais e sua consequente precarização e uberização³³, cuja definição indica relações de trabalho individualizadas e invisibilizadas (Antunes, 2020). Assim sendo, gera de forma discreta, mas real, cota de violências demasiadas. Isto posto, torna-se ainda mais violenta por se apoiar, sistematicamente, no capitalismo racial que se caracteriza pela morte prematura de pessoas não brancas. Afirmar que essas políticas da proteção são racializadas não significa que mulheres das classes burguesas não sejam vitimadas. Porém, interrogar pelo viés da raça, classe e heteronormatividade alarga nosso campo de ação (Vèrges, 2021).

“Como enfrentar apenas uma parte dessas violências sem nos preocuparmos com as outras? Ainda podemos fingir não ver que todas essas violências se reforçam mutuamente e que aquelas que atingem mais diretamente as mulheres são fruto de uma sociedade violenta?” (*ibid.*, p. 12). São questionamentos que a autora apresenta em seu livro “Uma teoria feminista da violência” e ganham eco nessa dissertação também.

2.1. A universalização das mulheres como projeto político e o cruzamento das violências

“Analiticamente, é difícil determinar em detalhes o impacto específico tanto da “raça” quanto do gênero, porque ambos estão sempre entrelaçados” (Kilomba, 2019, p. 94). Tal assertiva revela que essas narrativas isoladas perduram a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos. Faz-se imperativa a compreensão de que as formas de opressão não operam de forma singular, mas se entrecruzando.

A desvalorização do trabalho intelectual reflete num espaço para poucas pessoas acessarem. Então, quem vem de grupos marginalizados não considera como útil e a escolha consciente muitas vezes é o caminho excepcional e difícil. Contudo, as/os líderes negras/os do século XIX trazem esse trabalho como necessário para as oprimidas e/ou exploradas tornarem-se de objeto a sujeito. Além de que a invisibilidade advém do racismo, sexismo e da exploração de classe institucionalizados (hooks, 1995).

Apesar do testemunho histórico de que as negras sempre desempenharam um papel importante como professoras, pensadoras críticas e teóricas culturais na vida negra em particular nas comunidades negras segregadas, muito pouco se escreveu sobre intelectuais negras. Quando a maioria dos negros pensa em grandes mentes quase sempre invoca imagens masculinas (*ibid.*, p. 466-467).

³³ É um processo em ascensão no país que assume a aparência de prestação de serviços, anulando as relações de assalariamento de exploração do trabalho, ou seja, recai no autogerenciamento e cancelando vínculos empregatícios (Antunes, 2020).

Tendo em vista que a/o intelectual, segundo bell hooks (1995, p. 468) “(...) é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla”. Precisamos compreender que a partir do patriarcado capitalista com supremacia branca tem-se a negação da cultura e o domínio intelectual torna-se um lugar interdito para mulheres negras. Conquanto, a ideia que incide é de que existe para servir aos outros, consideradas só corpo sem mente.

Segundo Avtar Brah (2006, p. 331) “(...) Independente das vezes que o conceito é exposto como vazio, a "raça" ainda atua como um marcador aparentemente inerradicável de diferença social”. Ademais, realça a relevância de análise da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social. A aproximação com as teóricas feministas negras configura-se como elemento importante para as análises propostas nessa dissertação.

A justificativa utilizada para a exploração masculina branca e o estupro das mulheres negras durante a escravização de pessoas promoveu as representações de erotismo primitivo e altamente dotadas de sexo. Logo, estimularam a ideia de que eram só corpo, sem mente estando distantes da vida mental (hooks, 1995). Nossa aceitação cultural dessas representações demonstra como ainda hoje são vistas e impulsionadas para lugares inferiores e às margens, mas o intuito dessa pesquisa é contrapor esse olhar.

Sabe-se que além de serem lidas socialmente como selvagens sexuais, há o estereótipo da mãe preta. Assim, a dimensão do corpo é imperativa novamente e a representa como quem cuida de todas as necessidades dos demais - sobretudo famílias brancas. Conforme bell hooks (1995, p. 469-470) "Seu trabalho caracteriza-se pelo serviço abnegado". Isto posto, muitas negras internalizam coletivamente que devem servir, estando sempre prontas para essa função.

No Brasil, as mulheres negras ainda são retratadas como sensuais, exóticas, provocativas, o que as aproximam de uma forma animalesca destinada ao prazer sexual - do cisheteropatriarcado. Conquanto, a imagem da mulher branca era de alguém subalterna e submissa ao controle do marido. Todavia, era tão autoritária e tirânica quanto o colonizador, tendo casos de maus-tratos com serviços por ciúmes ou despeito (Carneiro, 2019).

Existe uma socialização que ensina o trabalho intelectual para mulheres como secundário, nunca uma prioridade já que existem demandas de cuidar e servir. Segundo bell hooks (1995, p. 470) "Na verdade um dos estereótipos culturais do intelectual é o de alguém em geral egocentricamente preocupado com as próprias ideias". Consequentemente, são

múltiplas exigências para lidar e obstáculos inseridos nesse caminho que para serem transpostos precisam da coletividade e comunidade como estratégias possíveis.

Diante das relações globais de poder, assim como nossa localização, o gênero é composto e representado de formas distintas. Consequentemente, os problemas que afetam as mulheres não podem e nem devem ser analisados de forma isolada dos contextos de desigualdades - nacional e internacional (Brah, 2006). Portanto, afastar-se dessa concepção compõe um risco para pesquisadoras que de fato estão comprometidas com a saúde das mulheres.

Então, na teoria e prática feministas, a mulher não é apresentada como uma categoria unitária. Leva-se em consideração a "(...) especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero" (Brah, 2006, p. 341). Portanto, a compreensão se localiza na construção social de variadas categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos. Nos movimentos feministas, a biologia não é ignorada, contudo, questionam ideologias que constroem e representam a subordinação como resultado das capacidades biológicas.

Muitas vezes as relações de poder entre homens e mulheres são vistas como a dinâmica mais importante da opressão, o que pode provocar a exclusão de outros determinantes sociais como raça, sexualidade e classe. Logo, "(...) as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil" (*ibid.*, p. 342).

Considero fundamental o entendimento do significado de sermos mulheres (biológica, social, cultural e psiquicamente) como uma variável histórica" (*ibid.*). As perspectivas feministas ocidentais não deram atenção aos processos de racialização, mas diante do contexto em que essa pesquisa acontece, torna-se inegociável essa discussão. Partindo do pressuposto que a subjetividade branca não promove esse debate dentro do seu grupo racial.

Tendo em vista que o/a branco/a é um "(...) significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo" (*ibid.*, 345). Portanto, pensando nas relações sociais de dominação e subordinação, cabe refletir sobre a branquitude. O contato estabelecido através da violência advinda do mundo branco, traz a irracionalidade do racismo que destina às pessoas negras como a/o Outro/a "[...] como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum" (Kilomba, 2019, p. 40).

No feminismo branco da década de 60 existiam problemas e dilemas específicos das mulheres donas de casa e privilegiadas, as quais integravam um grupo seletivo de mulheres casadas, com formação universitária, de classe média/alta que não suportavam o tédio com a casa, filhos e lazer³⁴. Contudo, não eram preocupação política urgente para a maioria das mulheres, as quais estavam preocupadas com a discriminação (étnica e racial) e sua sobrevivência. No passado, havia uma recusa feminista de atentar para as hierarquias sociais e outras opressões (hooks, 2015).

A compreensão da existência de uma diversidade de experiências, reitera que o sexismo é institucionalizado, mas não determina o destino de todas as mulheres. "Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a)" (hooks, 2015, p. 197). Todavia, existem mulheres que possuem escolhas por mais inadequadas que acreditem ser, logo, essa opressão comum despolitiza a discussão.

A partir do feminismo negro, há um descentramento do sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico. Conforme a autora propõe que os feminismos negro e branco sejam considerados como práticas discursivas não essencialistas e historicamente contingentes. Por conseguinte, impulsiona que "(...) mulheres negras e brancas possam trabalhar em conjunto pela criação de teoria e prática feministas não-racistas" (Brah, 2006, p. 358).

O discurso feminista que era considerado como dominante, possuía práticas excludentes que impediram o surgimento de novas teorias. Portanto, mulheres que desejassem outro tipo de estratégia ou alicerce distinto, se viam marginalizadas e silenciadas. Ao invés de impulsionar múltiplas vozes e o diálogo, acabam deslegitimando num discurso único (hooks, 2015). Consequentemente, essa hegemonia estabelecida exige que as outras mulheres se integrem nesse ideário (Carneiro, 2002).

(...) o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe. Isto é, por força das contradições que o ser mulher negra encerra, recai sobre ela a responsabilidade de carregar politicamente bandeiras históricas e consensuais do movimento negro e do movimento de mulheres e somar-se ainda aos demais movimentos sociais voltados para a construção de outro tipo de sociedade, baseada nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social (Carneiro, 2002, p. 181).

³⁴ A autora faz uma crítica ao livro "A mística feminina" de Betty Friedan "(...) transformou suas dificuldades e as de mulheres brancas como ela em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres nos Estados Unidos" (hooks, 2015, p. 194).

Partindo do pressuposto que o feminismo não oferece apenas uma narrativa da opressão de mulheres, mas autoriza um entendimento de sua situação sem sucumbir a ela. Então, descolonizar o gênero é inevitavelmente uma práxis. “É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (Lugones, 2014, p. 940).

Por isso, localiza-se, numa compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir/resistir dialogando com a intersecção de sistemas complexos de opressão. A “colonialidade do gênero” caracteriza-se através da análise da opressão de gênero racializada capitalista, enquanto a possibilidade de ultrapassá-la nomeia-se de “feminismo descolonial” (*ibid.*). Uma proposta feita por feministas que questionam os modos que os feminismos hegemônicos, brancos e com privilégios entenderam a subordinação das mulheres desde suas experiências situadas em reproduções do racismo, heterossexismo e o classismo (Curiel, 2018).

Conseqüentemente, são teóricas que unem esforços “(...) de desenganches epistemológicos feitos a partir das práticas políticas de ativistas e pensadoras com pontos de vista particulares, como indígenas ou de origem indígena, afrodescendentes (...)” (*ibid.*, p. 47). Apontando novas direções e propostas de categorias não ocidentais ou, a partir das que já existiam no Ocidente. Desse modo, visam recriar conceitos não hegemônicos para abrir possibilidades de outras interpretações.

2.2 Entre o visível e o invisível: O que as violências contra as mulheres comunicam?

Ao longo da história, em praticamente todos os países ditos civilizados e com regimes econômicos e políticos distintos, agredir, matar ou abusar sexualmente de mulheres ou meninas são fatos cotidianos. Contudo, a magnitude das violências é variável, assim como suas tipificações. Os organismos internacionais começaram a se mobilizar quando a ONU realizou o primeiro Dia Internacional da Mulher após 1975. No Brasil, apesar de alterações na lei e outras conquistas, não modificamos a estrutura (Blay, 2003).

A mobilização de mulheres para denunciar e tornar a violência doméstica visível tem transformado um problema que foi tratado por anos como da esfera “privada” em uma questão pública que requer políticas adequadas. Organizações, movimentos sociais e pesquisadoras feministas têm feito contribuições relevantes para formulação de legislação apropriada. Nota-se que em diversos países considera-se crime, porém a implementação e aplicação não têm acompanhado as reformas legais no mesmo ritmo. Por isto, a nossa articulação e organização é

substancial não apenas para garantir a aprovação das leis, mas também no monitoramento e na responsabilização de governos – para garantir a eficácia no combate (Sardenberg, 2013).

Até depois da Primeira Guerra Mundial, o panorama cultural e econômico daqui foi modificado expressivamente. Logo, alterações na vida das mulheres se destacavam e costumes patriarcais ainda vigentes passaram a ser questionados. Um dos mais graves problemas da época, referia-se aos crimes passionais que eram tolerados pela sociedade e pela Justiça. Portanto, na década de 1970, um forte movimento³⁵ pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos atinge seu auge quando Ângela Diniz foi morta por Doca Street (Blay, 2003).

Durante as décadas de 1960 e 1970, feministas se uniram a partir de uma visão democrática e igualitária dos direitos das mulheres. Além disso, passam a se formar entidades que abrigam mulheres vítimas de violência doméstica. Contudo, sabe-se que a mídia em geral recebeu com descrédito e sarcasmo. Em 1983 criou-se o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo. Enquanto em 1985, criou-se a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, a qual precisa de treinamento e conscientização para formar profissionais – mulheres e homens (*ibid.*).

Nos anos anteriores, as mulheres que recorriam às Delegacias em geral sentiam-se ameaçadas ou eram vítimas de incompreensão, machismo e até mesmo de violência sexual. Com a criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) o quadro começou a ser alterado. O serviço nas DDMs era e é prestado por mulheres, mas isto não bastava, pois muitas destas profissionais tinham sido socializadas numa cultura machista e agiam de acordo com tais padrões (*ibid.*, p. 91).

Levando em consideração que se trata de um fenômeno multiforme, a compreensão dos diferentes tipos de violência pode ser obstáculo para enfrentamento e desenvolvimento de ações preventivas. Conquanto, pode ocorrer entre homens e mulheres numa relação, ou entre pessoas do mesmo gênero, como nos distintos tipos de relacionamento: casados/as, divorciados/as, namorados/as ou que já tiveram algum envolvimento. Todavia, os homens frequentemente são os perpetradores e as mulheres principais vítimas - podendo ser: esposa, mãe, filha ou irmã (Sardenberg, 2013).

“Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que

³⁵ A morte de Ângela e a libertação de seu assassino levantaram um forte clamor das mulheres que se organizaram em torno do lema: “quem ama não mata” (BLAY, 2003).

apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável” (Saffioti, 2015, p.18). Contudo, a autora destaca que o comprometimento da saúde mental pode resultar de tortura, cárcere privado, isolamento de comunicação e de qualquer contato humano, tornando-se assim, palpável. Tendo em vista que uma das primeiras formas de abuso/violência é de ordem psíquica. Além de que, a gravidade do trauma não assemelha proporcionalidade com relação ao abuso sofrido.

Com a Lei 11.340/06 que entrou no cenário jurídico-legal brasileiro a figura das chamadas violências psicológicas. Até então, não existia em nenhum nível legal, conceito semelhante no que diz respeito à completude e à complexidade de definição. Ou melhor, a definição de condutas violentas é uma marca da Lei Maria da Penha, na tentativa de delimitar sua aplicação. Conseqüentemente, a importância deste dispositivo associa-se à centralização da historicidade da Lei Maria da Penha e sua concretização como lugar de memória dos movimentos feministas brasileiros. Conforme Isadora Machado (2013, p. 67) “(...) Isso porque sinaliza a evolução de uma luta em que a própria noção de violências é estendida, na tentativa de proteger ao máximo os sujeitos de direito – neste caso, as mulheres”.

A identificação das outras formas de violência é imprescindível para avaliação das políticas públicas, mas não se deve ignorar como a que atinge agressivamente as subjetividades, são ainda negligenciadas pelos agentes da rede de enfrentamento. “Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito” (Saffioti, 2015, p. 19).

Isto posto, em seu artigo 7º, inciso II fica especificado:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006, s.p).

Apresentar o que está escrito na Lei dialoga com o significado de violência, a qual confere o sentido de danos, abusos e lesões a determinadas ações - que é constituído historicamente e depende do poder de vozes daqueles/as que integram o jogo democrático (Debert; Gregori, 2008). No mesmo artigo, mas no inciso I descreve-se “(...) a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (Brasil, 2006, n.p).

(...) o gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa. (...) E a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente do controle social. Nestes termos, a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina (Saffioti; Almeida, 1995).

Portanto, a partir desse pensamento temos uma naturalização – outro processo violento – de agressões físicas vindas de homens porque subjuga a vítima e dissemina que essas ações tenham legitimação social. Tendo em vista que nossa socialização é pautada no enquadramento e reprodução de papéis impostos para manutenção da ordem patriarcal (Silva, 2019). Isto posto, ao estar em primeiro lugar, indica como somos conduzidas/os a legitimar o caso de violência se a marca no corpo, for visível – e possível de mensurar.

(...) os homens devem vestir a máscara do macho, da mesma forma que as mulheres devem vestir a máscara de submissas. O uso das máscaras significa a repressão de todos os desejos que caminharem em outra direção. Não obstante, a sociedade atinge alto grau de êxito neste processo repressivo, que modela homens e mulheres para relações assimétricas, desiguais, de dominador e dominada (Saffioti, 1987, p. 40).

Conseqüentemente, a forma de lidar com potência ou impotência está alicerçada conforme o seu lugar na hierarquia social. Tendo as masculinidades constituídas na supremacia (sobretudo, branca, cis e heterossexual) de que possuem poder sobre as mulheres (principalmente, se ela for negra). Conforme Heleieth Saffioti (2015, p. 89) “(...) as mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens –sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência”. E são nesses momentos que eles cometem atos violentos, independente do espaço – público ou privado.

Se a sociedade concede aprovação no tocante às violências contra as categorias sociais vistas como mais frágeis – mulheres e crianças – cometida por homens, ou até mesmo relativiza o fenômeno, permite que essa agressividade seja transformada habitualmente em agressões. “(...) ou, em outras palavras, que sua impotência se expresse por meio da violência” (Saffioti, 1995, p. 44). Quando a resistência ou contestação feminina surge, percebe-se o uso das violências como forma pedagógica para nos educar, além da demonstração de força – física e simbólica.

Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina (Saffioti, 2015, p. 90).

Para uma análise sistemática e coerente das violências de gênero e sexuais, não podemos desconsiderar as transformações intensas que foram produzidas no mundo em que vivemos. Para exemplificar: aumento das desigualdades, destruição veloz das condições de vida, concentração de riqueza na mão de poucos/as. Ou seja, desassociar a situação das mulheres do contexto global de naturalização do fenômeno pesquisado preserva uma divisão que favorece o patriarcado e o capitalismo. Assim, identificando e punindo, mas sem atacar as estruturas que produzem essa abominação (Vèrges, 2021).

“(…) O estupro sempre foi uma arma de guerra (e da guerra colonial, principalmente): não há colonização sem estupros, não há guerra colonial sem estupros, não há ocupação imperialista sem estupros” (*ibid.*, p. 25). Ademais, ainda existe a argumentação daqueles que justificam – se não defendem – a conduta de agressores sexuais localizada na sexualidade masculina que diverge da feminina (Saffioti, 2015). Logo, a nossa só é aflorada quando provocada, o que não representa consentimento. No artigo 7º, inciso III da Lei Maria da Penha:

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2006, s.p)

Isto posto, os condicionamentos sociais fomentam a acreditarmos na incontrollabilidade da sexualidade masculina. Todavia, qualquer pessoa, independente do seu gênero, pode controlar seu desejo e protelar sua concretização. Então, aguarda o momento e o lugar adequados para a busca do prazer sexual, caso contrário teríamos inúmeros casos de sexo ou estupro nas ruas, restaurantes, pontos de ônibus, etc. "A mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o “ataque” do caçador. (...) como o homem foi educado para ir à caça, para, na condição de macho, tomar sempre a iniciativa [...]" (Saffioti, 2015, p. 28).

Partindo do pressuposto que "(...) O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação" (Pateman, 1993, p. 16). Não conseguimos compreender a dinâmica que estamos inseridas sem trazer o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres como criação do contrato. Logo, a liberdade civil não é universal – é masculina, cis e predominantemente branca. Do mesmo modo que esses tipos de relações, sua estrutura de poder e hierarquias corrompe o social, o direito patriarcal movimenta a sociedade civil, além de saturar também o Estado.

O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (*ibid.*, p. 17).

À vista disso, torna-se inegável que as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres seguem fabricando novas formas de violências “(...) empregando toda a capacidade imaginativa para forjar maneiras cruéis de punir e de dominar os corpos femininos” (Silva, 2019, p. 18). Retomando ao que registrado na escrita e implementação da Lei Maria da Penha, os últimos incisos detalham outros dois tipos:

- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006, s.p).

A legitimidade das violências citadas ainda é uma enorme questão em nosso país. Para além de um tema espinhoso e delicado, a mulher como figura central se torna prisioneira sobretudo pelo impacto psicológico. A denúncia se complica por uma série de fatores, existindo casos que se mantem os laços ou relacionamentos sociais. Portanto, a tomada de consciência de que o companheiro (atual ou não) é agressor, exige alto custo pessoal para cada uma. “Assim, grande parte das vezes, a mulher, mesmo ferida, humilhada, atemorizada, insegura e envergonhada acaba por arrastar interminavelmente a violência sofrida...” (Bandeira; Almeida, 2004b, p. 36).

No caso, as mulheres em situação de violência constituem parte integrante de um segmento social específico – as mais pobres e negras, aquelas classificadas e discriminadas exclusivamente pelo olhar socioeconômico. Essas são desconsideradas do ponto de vista da cultura e de suas histórias individuais, por exemplo, que apontam para a transversalidade e a universalidade do fenômeno “violência de gênero”, ao tratar esse fato como uma manifestação simbólica e não apenas em caráter pessoal (*ibid.*, p. 43).

Contudo, as políticas públicas são formuladas também por processos participativos, com a participação das mulheres das comunidades e de outros grupos sociais. Sendo de fundamental importância para otimizar e promover qualidade de vida para toda sociedade brasileira. Ademais, sem esboçar mulheres como sujeitos idênticos ou homogêneos, nos vendo como cidadãs e partícipes da comunidade política (Bandeira; Almeida, 2004a). Para enfrentarmos esta cultura patriarcal e machista que nos (re)produz são necessárias ações transversais “(...)

que atuam modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada” (Blay, 2003, p. 96).

Ao acompanhar historicamente a trajetória de vida das mulheres, percebe-se como é marcada pelas violências. Isto posto, lutar para assegurar o direito à liberdade e, como efeito, efetuação de sua cidadania, conferindo-lhe não apenas o lugar de sujeito político, mas suas vozes escutadas e/ou seus gritos acolhidos é tarefa de todas as pessoas – sem distinção de gênero ou qualquer marcador social. Estamos vivenciando uma realidade que os movimentos feministas e de mulheres ainda necessitam de reivindicações e protestos para que as violências contra às mulheres permaneça com visibilidade e inclusa em discussões na esfera pública (Franco; Tavares, 2016).

Quadro 2 - Tipos de violência e suas expressões

Tipo de violência	Expressões da violência
Física	- Espancamento; Atirar objetos, sacudir e apertar os braços; Estrangulamento ou sufocamento; Lesões com objetos cortantes ou perfurantes; Ferimentos causados por queimaduras ou armas de fogo; Tortura.
Psicológica	Ameaças; Constrangimento; Humilhação; Manipulação; Isolamento (proibir de estudar e viajar ou de falar com amigos e parentes); Vigilância constante; Perseguição contumaz; Insultos; Chantagem; Exploração; Limitação do direito de ir e vir; Ridicularização; Tirar a liberdade de crença; Distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre a sua memória e sanidade (gaslighting).
Sexual	Estupro; Obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causam desconforto ou repulsa; Impedir o uso de métodos contraceptivos ou forçar a mulher a abortar; Forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação; Limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher.
Patrimonial	Controlar o dinheiro; Deixar de pagar pensão alimentícia; Destruição de documentos pessoais; Furto, extorsão ou dano; Estelionato; Privar de bens, valores ou recursos econômicos; Causar

	danos propositais a objetos da mulher ou dos quais ela goste.
Moral	Acusar a mulher de traição; Emitir juízos morais sobre a conduta; Fazer críticas mentirosas; Expor a vida íntima; Rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre a sua índole; Desvalorizar a vítima pelo seu modo de se vestir.

Fonte: Adaptação da autora do material veiculado no site do Instituto Maria da Penha (2023)³⁶

O conhecimento de como as violências acontecem e podem se manifestar é crucial para o desenvolvimento de ações preventivas. Levando em conta que não acontecem separadamente e podem aparecer de forma concomitante. Embora as estatísticas sejam alarmantes, sabe-se que o número legítimo não é alcançado por existir subnotificações. Ou seja, nem tudo vira número/dado e por trás disso, existem subjetividades e famílias violadas.

Muitas mulheres sofrem agressões dentro de suas casas, iniciadas pelo pai, avô ou irmão, e depois isso é repetido com namorado ou marido. Assim, ciclos de abuso são inseridos como único caminho possível. Subjugadas nesse percurso histórico de construção de relações violentas, elas se calam, por temer que algum ato violento mais grave ocorra. Considerando que depois que decidem abandonar o relacionamento, cresce substancialmente a probabilidade de feminicídio (Santos; Moré, 2011).

2.3 As subjetividades silenciadas: a escuta dos silêncios

No tocante a saúde, o fenômeno das violências colide com algumas barreiras, sobretudo pelo entendimento dos tipos de violência que existem. As lesões que marcam a pele e estão no corpo físico ganham as estatísticas e chamam atenção, de forma que sem hematomas, cortes ou até mesmo a morte, pode passar despercebida se não houver uma equipe advertida. Todavia, as portas de entrada das agressões dessa forma começam com o viés psicológico, o qual pode se transformar num sintoma físico (Negrão, 2016).

Os efeitos de relações assimétricas e violentas na saúde das mulheres são múltiplos, sendo os mais frequentes a fibromialgia, síndromes de dor crônica, problemas gastrintestinais e/ou alergias na pele. Além de casos em que a mulher pode contrair alguma infecção sexualmente transmissível. Todas essas condições podem estar associadas ao histórico de

³⁶ Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

abusos, seja sexual, físico ou psíquico (*ibid.*). Portanto devemos partir da compreensão de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social.

A dificuldade de identificação do cenário de violência, seja pela vítima, seja por quem está por perto, é fator imperativo para como cuidaremos da saúde das mulheres. Muitas situações em que a causa médica não é identificável, geram inquietação de quem sente e revelam como corpo e mente não estão dissociados. Contudo, a cultura que estamos inseridas supervaloriza a razão como maneira de nos diferenciar dos outros animais, e desvaloriza as emoções e sentimentos (Pereira, 2008).

Desse modo - como duas faces de uma mesma moeda - por um lado, pode ser considerada como **dualidade** - na noção de interação. Por outro lado, a identidade corpo-psique pode ser admitida como **unidade** pela integração. Nessa concepção, não se distingue o corpo da psique: um não se constitui sem o outro (Nasser, 2010, p. 35, grifo da autora).

Quando nos deparamos com os impactos subjetivos das agressões sofridas, podemos identificar que são marcas que as acompanham durante toda a vida. A constante invalidação de sua fala, posição e/ou denúncia, conduz mulheres diariamente para o silêncio e solidão de suas dores. Segundo Lucia Pereira (2008, p. 157) “O corpo dá condições para que emoções e sentimentos existam. Também estabelecem relações indissociáveis entre o biológico e o social ou cultural. Corpo, emoções e linguagem se entrelaçam na ação e nas interações”.

No campo da saúde mental, identifica-se predominância de depressão, ansiedade e fobias naquelas em situação de violências por parte dos seus parceiros do que as mulheres que não sofrem esses abusos diretamente. Por outro lado, existe um maior risco de suicídio ou tentativa que simboliza o sofrimento mais agudo da vítima (Negrão, 2016). “Ainda assim, pode-se considerar a violência doméstica psicológica como uma categoria de violência que é negligenciada” (Silva; Coelho; Caponi, 2007, p. 98).

Mesmo com o avanço obtido na Lei 14.132/2021 de inserir no Código Penal Brasileiro o artigo 147-B, que traz a figura do crime de violência psicológica, o tema ainda segue sendo pouco discutido. As notícias veiculadas aparecem apenas quando a expressão de abuso/violência é alarmante, ou seja, em caso de morte ou lesões físicas. Em decorrência disso, a mídia e sua influência social não colaboram com a dimensão psíquica que está incluída no ciclo da violência (*ibid.*).

Segundo Telia Negrão (2016) os adoecimentos costumeiros podem suscitar a maior utilização ou demanda mais intensa dos serviços de saúde, elevando seus custos. Nota-se que

as mulheres são maioria como pacientes, acompanhantes e trabalhadoras da saúde, mas aquelas que possuem histórico de violência, frequentam as unidades cotidianamente. E no tocante à saúde mental, também são as que mais buscam por acolhimento ou atendimento psicológico.

Como conclusão geral do estudo da OMS (2002), tem-se que: (1) a influência da violência pode durar muito tempo, mesmo depois de ter cessado; (2) quanto mais grave a violência, maior é o impacto sobre a saúde física e mental da mulher; (3) o impacto de diferentes tipos de violência e múltiplos episódios de violência parece ser cumulativo ao longo do tempo (*op. cit.*, p. 116).

É importante destacar que a violência psicológica não afeta somente a vítima de forma direta. Ela atinge a todos que presenciam ou convivem com a situação de violência. Por exemplo, os filhos que testemunham a violência psicológica entre os pais podem passar a reproduzi-la por identificação ou mimetismo, passando a agir de forma semelhante com a irmã, colegas de escola e, futuramente, com a namorada e esposa/companheira (Silva; Coelho; Caponi, 2007, p. 98).

Sendo assim, os silenciamentos produzidos pela sociedade estruturada em matrizes de opressão, faz com que não somente mulheres, mas todas as pessoas sejam afetadas por esse fenômeno. A desconstrução de uma lógica que produz adoecimentos, algumas vezes irreversíveis, cabe como objetivo e metodologia das ações políticas no Brasil. Tanto que a Rede Feminista de Saúde propôs a criação de um observatório nacional que tivesse como indicador de avaliação, a área da saúde. Logo, passou a fazer parte do Observatório da Lei Maria da Penha (Observe) cooperando na criação de evidências para pautar o controle social (Rede Feminista de Saúde, 2023).

Há mais de 20 anos que estamos advertidas das implicações da violência de gênero na saúde pública nacional. Consequentemente, as medidas preventivas são de caráter urgente no debate coletivo, para dirimir os impactos negativos nas nossas vidas. Abarcando os determinantes sociais de saúde e dando atenção integral às vítimas, haja visto a existência da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), a partir do diagnóstico epidemiológico da situação da saúde da mulher no Brasil. Com contribuição para garantia dos direitos humanos e redução da morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis (Brasil, 2004).

Deve ser ampliado com novos olhares para que se obtenha a real dimensão das lacunas na atenção às mulheres e se possa oferecer argumentos para sensibilizar novos setores quanto à prevenção, punição e eliminação da violência de gênero. Mas, sobretudo, é preciso abordar a dimensão de saúde na violência contra as mulheres, inseri-la entre os direitos humanos, assegurando a vida e a qualidade de vida, sem estigmas e discriminações. A visão integral da violência é o reconhecimento das mulheres como seres integrais, autônomos e com direitos (Negrão, 2016, p. 137).

Lidar com casos dessa complexidade, faz com que profissionais tenham dificuldades com procedimentos específicos, substancialmente na notificação ao sistema legal. Em algumas situações também requerem encarar as famílias que nem sempre aceitam interferência externa – primordial da assistência dessa espécie. Então, quem compõe o serviço precisa ter habilidade no manejo, para que este esteja como aliado na saúde da vítima. Não só saber identificar os variados tipos de violência, mas conseguir prestar acompanhamento, o encaminhamento, a notificação e a realização de profilaxia das doenças - em caso de violência sexual (Vilela, 2008).

Nesse contexto, os profissionais encontram-se diante do desafio de evitar “as formas traumáticas de intervenção”, além de estar sensibilizados e capacitados para identificar e tratar os pacientes que apresentem sintomas que possam estar relacionados ao abuso e à agressão, possibilitando, dessa forma, um atendimento integral e de qualidade (*ibid.*, p. 8).

As mulheres estão culturalmente destinadas aos trabalhos relacionados ao cuidado, sendo de modo formal na área de saúde e assistência ou de modo informal no cuidado com a família (crianças, pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência). Esses papéis vão reverberando ao longo da história e gerando sobrecarga naquelas que cuidam, mas não são cuidadas. Conforme Elisabeth Badinter (1985) entre inúmeros discursos que legitimaram lugares sociais, o discurso biológico foi extensamente usado para fortalecer a existência de instintos naturais, que além de recolher mulheres a um papel de submissão, a conduziu num papel de cuidadora.

A Psicologia é uma profissão composta prevalentemente por mulheres. No CensoPsi³⁷ de 2022, 79,2% da categoria são mulheres, enquanto 20,1% são homens. Tendo o Nordeste como segunda região em número de profissionais. A maioria está inserida na categoria dos heterossexuais. No que se refere à autoidentificação racial, 63% são pessoas brancas e 26% pardas³⁸ (Conselho Federal de Psicologia, 2022). Os dados são importantes para situar a posição social que as profissionais da saúde mental estão inseridas.

No tocante a violência psicológica, somos uma parte da equipe multiprofissional que lida diariamente com a escuta dos silêncios. As mulheres vitimadas que de tanto serem silenciadas pelo sistema, já não validam suas dores ou não percebem as violências sofridas. As ofensas permanentes, o medo vivenciado recorrentemente, temor e insegurança que geram

³⁷ Cujá coleta foi realizada entre os meses de outubro de 2021 a março de 2022 (Conselho Federal de Psicologia, 2022). Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf>. Acesso em 13 fev. 2023.

³⁸ No Nordeste 42,7% se autodescreveu parda, enquanto 14,1% preta – sendo a maior região brasileira com psicólogas pretas (*Ibid.*).

instabilidade psíquica. Tais efeitos são “(...) agravados pelo fato de as vítimas nunca saberem a razão capaz de desencadear nova fúria dos agressores; e a vergonha que passam diante de familiares, vizinhos, amigos e conhecidos, que provoca (...) outras enfermidades (Vilela, 2008).

Se estamos majoritariamente na categoria profissional no âmbito de gênero, não devemos deixar de fazer autocrítica sobre os outros marcadores. Levando em conta que mulheres também podem oprimir outras e as desigualdades fazem parte da atuação psicológica. Por outro lado, ainda precisamos encarar a precarização no trabalho e a sobrecarga que recai por sermos cuidadoras dentro e fora de casa. Gerando impacto no acolhimento e escuta qualificada, sobretudo, nos casos de violência contra mulheres, em que também podemos ser vítimas (Cannone, 2020).

A divisão sexual do trabalho, baseada nas atribuições convencionadas aos sexos, é de extrema valia para compreender o desenrolar das profissões. As mulheres, frequentemente desempenhando atividades acerca do cuidado com o outro, também são maioria em profissões ligadas a esse ofício – e são as profissões menos aclamadas e remuneradas (*ibid.*, p. 23).

Ao se tratar da Psicologia como ciência e profissão, a mesma carrega em sua origem saberes assentados no binarismo sexual, universalização e a-historicidade da condição humana. Logo, as subjetividades silenciadas também podem ser acentuadas por condutas equivocadas de psicólogas que não cumprem com o código de Ética e nem com os Direitos Humanos. As mudanças estão aparecendo mesmo em cenários de desafio, militâncias crescentes e do Sistema Conselhos vem beneficiando o desenvolvimento engajado em prol de práticas libertadoras e feministas (Andrade; Santos; Campos, 2013).

Sabe que muitas mulheres tendem a aceitar e até justificar as ações dos agressores, delongando a expressão de suas angústias e emoções. Conquanto, há situações em que as formas de violência vão se agravando de maneira que somente profissionais irão captar o sofrimento passado por cada uma. Basta um episódio de violência física/sexual para que a intensidade e o impacto da violência psicológica sejam elevados. Vale ressaltar que o pior desse cenário não é a violência em si, porém a convivência diária com o medo, tortura e/ou terror (Silva; Coelho; Caponi, 2007).

De acordo com Milena Azevedo (2020, p. 54) um dos desafios das psicólogas/os “(...) é descortinar as relações existentes no espaço geográfico e subjetivo, com foco no cuidado centrado na pessoa e na família, sob uma perspectiva biopsicossocial”. Com a participação comunitária e valorizando os espaços de potência, decisão e protagonismo. Além de estabelecer

enquanto rede de proteção/assistência articulação com redes intrasetoriais e intersetoriais. Sem deixar de fazer levantamento dos desafios da pessoais e coletivos diante do fenômeno.

(...) como venho da clínica, posso sublinhar que o sofrimento nunca é abstrato, ele se dá em um corpo que foi gendrado, racializado, colocado em certos lugares sociais – simbólicos e reais, e impedido de ocupar outros espaços. Ou seja, o problema não é a existência de diferenças, seja de raça, gênero ou identidades, mas os mecanismos históricos, políticos e sociais que as transformaram/transformam em profundas desigualdades. A dor se configura assim na concretude dos processos sociais e biográficos, colocando para nós, psicólogas e psicólogos, a necessidade de pensarmos nessas especificidades e nos modos mais adequados de atendê-las e de, efetiva e eficazmente, “acolhê-las” (Zanello, 2020, p. 7).

Por conseguinte, defender uma ciência neutra na Psicologia é estreitar laço com práticas violentas que trata grupos distintos do padrão (homem cis, branco, hétero e americano/europeu) e que sofrem opressões agudas no Brasil, de maneira supostamente universal. Ou seja, não considera as especificidades e generaliza como se estivéssemos nas mesmas posições sociais, sendo epistemológica e eticamente, muito errônea. Conforme reitera Valeska Zanello (2020, p. 7) “Não há acolhimento de verdade que não se dê na diferença e na qualificação/visibilização das desigualdades”.

Ela vai, ela vem

Meu corpo, minha lei

Tô por aí, mas não tô à toa

Respeita, respeita, respeita as mina, porra!

Ana Cañas - Respeita

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCATIVAS NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS: QUANDO ELAS CONSTROEM PARA ELAS

O capítulo anterior tratou de ampliar o olhar para o fenômeno das violências contra as mulheres (VCM) partindo da identificação das matrizes de opressão e seus entrecruzamentos. Discutindo sobre como a naturalização dos papéis sociais tem regulado e mantido dinâmicas desiguais e abusivas nas relações humanas. O trajeto conduz para reflexão do impacto na saúde das mulheres, sobretudo, no psíquico que segue sendo negligenciado. As consequências do silenciamento e ausência de pessoas dispostas a escutar quando finalmente sua voz é emitida.

As subjetividades precisam de acolhimento, primordialmente, em cenários de violência e conflito. Levando em consideração que todo um sistema é afetado, por estar próximo ou convivendo com essa realidade. Portanto, as profissões do cuidado que estão no campo da saúde, precisam de um olhar atento e crítico, já que sua maioria é formada por mulheres. Consequentemente, na Psicologia, estamos em posições sociais ainda de muito privilégio e não podemos ignorar os marcadores que atravessam vivências. Ou seja, romper com a lógica de neutralidade que viola corpos/vozes/existências (Cavalcanti; Silva, 2021).

A relevância da educação para e pelos Direitos Humanos deve ser foco em toda elaboração das políticas para as mulheres. Se a realidade baiana/brasileira se destina como palco de violências: a simbólica, física, sexual, patrimonial, psicológica e moral, tem-se a dimensão do poder à luz do Estado como formulação do poder político (*ibid.*). Diante dessa compreensão, devemos em algum momento partir para ação. Conforme Paulo Freire (1967, p. 105-106) “(...) captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será”.

Os silêncios que rodeiam o tema requerem atenção, por estarem cerceados de conspiração, ignorância ou familiaridade, combinando múltiplos fatores e facetas que encobrem o cotidiano velado dentro da vida familiar. A violência doméstica ocupa agendas desde 1980, demonstrando que tal fato não atinge somente famílias de determinadas classes sociais, regiões, religiões ou raça (Cavalcanti; Silva, 2021, p. 13).

Conquanto, esse capítulo traz a pesquisa empírica e descrição da metodologia utilizada para coleta dos dados. Conforme a percepção freiriana de Educação é evidente a possibilidade possível da libertação e desalienação do sujeito. Com as falas das entrevistadas, incentivei o desvelamento da realidade das políticas públicas destinadas às mulheres. Outrossim, favorecendo a compreensão do cenário em que estamos inseridas/os. Tendo em vista que “(...) a Educação é um ato de amor, por isso, de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir da discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (Freire, 1967, p. 97).

Uma das estratégias de enfrentamento às violências prevista pela Lei Maria da Penha defende que a assistência às mulheres deve ser prestada de modo articulado e seguindo os princípios e as diretrizes previstas nos dispositivos³⁹. A Lei determina a criação de serviços especializados no atendimento dos casos e juizados de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Todavia, é importante pontuar que a rede não se constitui exclusivamente de serviços responsáveis pelo atendimento (SPM/PR, 2011).

Ou seja, inclui “(...) também agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres, universidades, movimento de mulheres, entre outros” (SPM/PR, 2011, p. 12). A partir da identificação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia e suas estratégias, irei apresentar ações desenvolvidas no Estado. Com o mapeamento das campanhas publicitário-midiáticas veiculadas e o poder da comunicação e suas representações. Promovendo uma reflexão urgente sobre como essas iniciativas chegam no interior da Bahia (e se chegam). Finalizo o capítulo com o aspecto subjetivo das mulheres que atuam diariamente nas instituições da rede, precisando encarar violências pessoais e coletivas.

Diante da técnica escolhida – Análise de Conteúdo – a fase inicial chamada pré-análise, consistiu em organizar o material (transcrição das entrevistas) formando o corpus da pesquisa. Com a escolha dos documentos, elaboram-se indicadores que vão guiar a interpretação através da leitura flutuante. Em seguida, na exploração do material, os dados se codificam e são agrupados em unidades (BARDIN, 2011). A partir das entrevistas estabeleci unidades de registro: Desenvolvimento da política pública e seus desafios, Ação Respeita as Minas e Elaboração das Campanhas e Educação.

³⁹ Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (SPM/PR, 2011).

A primeira refere-se à exploração da política para as mulheres e surgimento da SPM-BA, a avaliação do trabalho desempenhado no decênio e os desafios enfrentados atualmente. A segunda traz a campanha Respeita as Mina como porta de entrada para iniciativas nas mídias através do Carnaval, em seguida vira uma ação da secretaria com outros projetos vinculados. Por fim, a compreensão de como são construídas as campanhas publicitárias e a distribuição nos veículos de comunicação, investigando como a educação faz parte e de que forma chegam nos interiores da Bahia.

Todas as entrevistadas eram mulheres cis, heterossexuais, com pelo menos 1 filha/o e com ensino superior completo. Uma é casada e outras duas são divorciadas, com faixa etária entre 32 e 62 anos e a classe social entre B e C (segundo IBGE). Na autodeclaração de raça/etnia, duas são brancas e uma parda, enquanto no âmbito religioso, duas são católicas e uma não possui religião. As três são agentes institucionais e de comunicação, sendo parte da rede de enfrentamento às violências contra as mulheres na SPM-BA e num CRAM do interior do estado.

De modo a garantir a privacidade e confidencialidade das participantes da pesquisa, conforme recomendação do CEP/UFBA, selecionei nomes fictícios para cada agente. De forma intencional, visando fazer uma mulheragem⁴⁰, são nomes de cantoras baianas, valorizando nossas artistas. Respectivamente no quadro abaixo: Maria Bethânia, Sued Nunes e Gal Costa, todavia, utilizarei somente o primeiro nome para facilitar na leitura do texto.

Quadro 3 - Composição das Entrevistadas

Agentes da Rede de Enfrentamento	Nome fictício
Secretária de Políticas para as Mulheres	Maria
Setor de Comunicação e Elaboração das Campanhas	Sued
Agente da Rede (CRAM)	Gal

Fonte: Adaptação da autora para caracterização dos nomes fictícios das entrevistadas na etapa empírica da pesquisa.

⁴⁰ A palavra homenagem vem do provençal *omenatge*, todos da família do homem (do latim *hominem*, acusativo de homo), conforme dicionário Houaiss. Apesar de semanticamente afastadas da palavra homem, a etimologia permite ligar estas palavras à família de palavras. Portanto, utilizo o termo Mulheragem para celebrar e demonstrar admiração às mulheres.

Após as unidades de registro, foi feito o processo de categorização e análise dos dados das entrevistas, sendo detectadas categorias, quais sejam: Políticas públicas e violências contra as mulheres (Categoria 1); O poder da comunicação (Categoria 2) com a subcategoria: Respeita as Mina e as representações das mulheres (Subcategoria A); Construção das campanhas para prevenção (Categoria 3), formada por três subcategorias: Educação como caminho (Subcategoria A), Masculinidade Tóxica (Subcategoria B); Atuação no interior do estado (Subcategoria C). Levando em conta que a Categoria 2 perpassa por todas as outras referidas.

Quadro 4 - Categorização

Categorias	Subcategorias	Descrição
Categoria 1: Políticas públicas e violências contra as mulheres	Sem subcategoria.	As políticas para as mulheres, o surgimento da SPM-BA e seu trabalho em rede de acordo com os Planos Nacionais e Estaduais.
Categoria 2: O poder da comunicação	Respeita as Mina e as representações das mulheres (Subcategoria A)	A criação da campanha Respeita as Mina e seu impacto na mídia, as outras ações desenvolvidas pela secretaria e como as mulheres são representadas nos veículos midiáticos.
Categoria 3: Construção das campanhas para prevenção	Educação como caminho (Subcategoria A), Masculinidade Tóxica (Subcategoria B); Atuação no interior do estado (Subcategoria C)	A elaboração das campanhas veiculadas na Bahia, de que forma a educação está presente, alcance da campanha de Masculinidade Tóxica e se o interior do estado é alcançado.

Fonte: Adaptação da autora para apresentar os resultados, a inferência e interpretação.

3.1 A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia e o trabalho em rede

De acordo com a formação da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, as políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres foram estendidas, incluindo ações de prevenção e de garantia de direitos. Com o advento da Lei Maria da Penha, a assistência foi redimensionada e outros serviços ofertados além dos abrigos e das DEAMs. Para citar exemplos: centros de referência da mulher, defensorias da mulher, promotorias da mulher ou núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outros (SPM/PR, 2011).

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres que a SPM define, diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (SPM/PR, 2011, p. 7-8).

Isto posto, a composição da rede de enfrentamento busca lidar com a complexidade da VCM e do caráter multidimensional do problema, o qual atravessa áreas variadas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a justiça, a assistência social, a cultura, entre outros (SPM/PR, 2011). Antes da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003), a atuação governamental não alcançava êxito em uma política de enfrentamento às violências. Ou seja, representou um marco essencial para a organização de uma rede de atendimento e a implementação de políticas públicas integradas.

A Categoria 1 aborda como as questões de gênero e raça, prioritariamente, estão inseridas nas “Políticas públicas e violências contra as mulheres” a partir da criação da SPM-BA. Logo, revela a importância do trabalho em rede para a prevenção e combate. Revelando a premissa de que “(...) Sem dúvida, encarar a violência contra as mulheres incomoda, pois desmascara a perversidade e o terror instaurados por essa estrutura patriarcal e exige mudanças” (Bandeira; Almeida, 2004a, p. 152).

Os marcadores sociais citados – raça e gênero - num estado como a Bahia é inegociável, tendo em vista que constituem dimensões sociais estruturantes da nossa realidade. Sabendo que a nível nacional, as mulheres são a maioria da população, os indicadores ainda revelam uma série de desigualdades em relação aos homens, como renda, emprego e moradia. Por ainda existir a reprodução de atribuições sociais diferentes para homens e mulheres, as representações sociais vão formar a base para que se estabeleçam relações de desigualdade, que impactam negativamente as vidas das mulheres – baianas e brasileiras -, até hoje (Brasil, 2012).

(...) as representações sociais são imagens construídas sobre o real, pontos de vista que são elaborados a partir de uma determinada posição no espaço social. A representação de um grupo social nada mais é do que uma dentre tantas representações sobre a realidade. Por meio das instituições (mídia, Estado, escola), são construídas e transmitidas certas representações sobre o que é ser homem e ser mulher na sociedade (Cruz, 2008, p. 29).

Portanto, temos a constatação de que as políticas universais – como educação e saúde – não conseguiram assegurar o acesso e qualidade no atendimento a todos os grupos populacionais. Logo, observa-se a incapacidade de considerá-los em suas especificidades e singularidades, o que resulta em desigualdades e discriminações - como as relativas à raça e etnia, orientação sexual, idade, religião, às mulheres com deficiência, do campo e da floresta, entre outras (Brasil, 2012). As iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres constituíam ações isoladas, as quais focavam na capacitação de profissionais da rede de atendimento e a criação de serviços especializados – majoritariamente, Casas-Abrigo e DEAM's⁴¹ (Brasil, 2011).

A composição e o fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situações de violências decorrem dos I e II Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), principalmente, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007)⁴², o qual estabeleceu as diretrizes e as ações de prevenção e combate. Vale lembrar que o processo de construção do PNPM teve participações diversas, como: da sociedade civil, movimento de mulheres rurais e urbanas, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, através das Conferências de Mulheres municipais, estaduais e nacional (SPM/PR, 2011).

As políticas públicas para a violência foram ampliadas e passaram a incluir ações integradas, tais como: criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública (Brasil, 2011, p. 9).

Em 2008, o governo do estado da Bahia aderiu ao Pacto Nacional e estreitou a articulação com Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público - com as áreas de segurança pública, saúde, assistência social e outras. Portanto, a criação da SPM/BA implanta

⁴¹ Ver tese de doutorado de Silvia Aquino (2006) “Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista”.

⁴² O pacto citado visava tanto o combate e prevenção das violências, como como a assistência e a garantia de direitos às mulheres (Tavares, 2016).

serviços especializados⁴³ no estado, bem como se engajar na em campanhas de combate às violências com o objetivo de promover políticas públicas voltadas para a prevenção, o combate e a repressão deste fenômeno (Governo da Bahia, 2014).

Na época, a proposta estimava formação do Observatório da Lei Maria da Penha (Observe)⁴⁴ cuja função seria monitorar e avaliar o processo de implementação e a aplicação da lei no país. Dessa maneira, instalou-se em 2007, como uma instância autônoma da sociedade civil, a qual agrupava ONGs e núcleos de pesquisa universitários – liderado pelo NEIM. Tendo em vista o “monitoramento engajado” fruto das lutas feministas, os dados coletados poderiam ser utilizados em outras iniciativas com caráter propositivo (Tavares, 2016).

Neste sentido, o Observe (...) desenvolveu estudos nas capitais brasileiras para acompanhar o processo de efetivação da Lei Maria da Penha, a partir da coleta, análise e publicização de informações e integrou a equipe que acompanhou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional para elaboração de um Dossiê sobre a Violência na Bahia em 2012 (*ibid.*, p. 112-113).

Entretanto, a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM-BA) só foi criada em 04 de maio de 2011, através da Lei 12.212. Ao criar esta Pasta, o Governo da Bahia atendeu à reivindicação da luta feminista e dos movimentos das mulheres, o que foi um marco importante na consolidação da nossa democracia. No ano seguinte ao surgimento da Secretaria – em 2012, a Bahia ocupou o terceiro lugar em denúncias de violências contra as mulheres, entre as unidades federativas. O Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher foi criado pela SPM-PR em 2005, como serviço nacional e gratuito. Ademais, é uma porta de entrada muito importante na rede de atendimento para as mulheres e estratégia fundamental (Brasil, 2012).

Os números precisam ser visibilizados para que se tenha não só o governo, mas a sociedade tenha dimensão exata do problema. [...] uma redução, você ter 29 feminicídios no mesmo período do ano passado teve 32. E? São 32 vidas perdidas. Às vezes os números frisam assim, não dizem muita coisa, mas são necessários para se chamar a atenção pro problema não pra se comemorar reduções de 10%, 18%, 20% não é isso [...] o objetivo não é esse (Sued, 2022, grifo nosso).

Em 2021, o painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos apresenta a Bahia em quarto lugar no número de denúncias. Enquanto que no plano estadual publicado em

⁴³ Centros de Referência de Atendimento às Mulheres - CRAM, Núcleos de Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos de Defensoria Pública, Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar, programas sociais como o Bolsa Família e serviços de proteção básica e especial nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

⁴⁴ Funcionava sob a forma de consórcio e mesmo tendo um conjunto de instituições com perspectivas diferentes e suas próprias especificidades, compartilhava-se do mesmo objetivo (Tavares, 2016).

2014 foi mencionada a falta de êxito das políticas de enfrentamento que não inverteu os índices de crescimento das violências (Brasil, 2022). Consequentemente, as políticas públicas devem ser alcançadas num movimento, cuja dinâmica ao mesmo tempo em que convoca a participação de atores sociais diversos e setores da sociedade civil, também gere processos no interior do próprio Estado que sejam inovadores e pressionem um comportamento diferente das/dos agentes institucionais (Bandeira; Almeida, 2004a).

Na entrevista, Maria avalia a secretaria em seus 10 anos de existência, a qual é a mais nova do governo da Bahia. Explicou “(...) de uma secretaria que se dividiu em três, né? Que criou a secretaria de políticas para as mulheres, secretaria de promoção da Igualdade Racial e a secretaria de Justiça e Direitos Humanos” (Maria, 2022). A entrevistada relata que a mobilização coletiva foi uma luta constante para que a secretaria fosse criada. Assim sendo, quem assumia a gestão também seguia participando da militância em prol das mulheres.

Porque foi decisivo o movimento social, de mulheres, né? (...) as feministas, o feminismo para criação da secretaria de políticas para as mulheres, né? **Não foi um processo apenas administrativo, o processo administrativo foi em decorrência do processo mesmo de mobilização, dos grupos de mulheres e do próprio movimento feminista aqui na Bahia** (Maria, 2022, grifo nosso).

Na secretaria existem atualmente dois eixos fundamentais: o de enfrentamento às violências e de autonomia econômica e social das mulheres. Conforme a entrevistada relata “a secretaria desde quando foi criada em 2011 para cá, ela tem dado assim uma grande contribuição enquanto políticas públicas, o próprio fato da manutenção da existência dela” (Maria, 2022). Ademais, a articulação das políticas públicas com a perspectiva de gênero é recente em nosso território, e denuncia o fato não serem neutras às essas questões e aos impactos desconformes em homens e mulheres (Bandeira; Almeida, 2004b).

Na história do país republicano, quem aplicava e/ou desenhava tais políticas eram homens da elite política (brancos, heteronormativos, com alto grau educacional e concentração de renda). Ou seja, as experiências e as vozes de quem não fazia parte da hegemonia não eram legitimadas, uma vez que o Estado não as qualificava. Se nós não estávamos presentes na política, também não estaríamos na tomada de decisões nem como suas destinatárias. Isto posto, deve-se considerar a diversidade dos processos de socialização, cujas consequências são muito presentes nas relações humanas (Bandeira; Almeida, 2013). Consequentemente, essas políticas envolvem a dimensão da subjetividade e precisam de uma análise crítica.

Não basta você ter somente políticas transversais, porque (...) assim cada um faria o seu recorte de gênero. É mais que isso (...) **o que a gente chama de estratégia de gestão Respeita às Mina. (...) não é apenas uma campanha de sensibilização (...)** ou seja, é preciso que essas políticas transversais, interseccionais estejam integradas e pra isso que existe um organismo de política para as mulheres que faz essa integração dentro de um governo de Estado que agem diversos municípios (Maria, 2022, grifo nosso).

A "transversalidade de gênero" emergiu no contexto internacional dos movimentos de mulheres e feministas diante das respostas insuficientes dos Estados às reivindicações. Depois da elaboração de propostas e recomendações para melhorar a condição de vida das mulheres na primeira Conferência Mundial de Mulheres no México (1975), a maioria dos governos que se responsabilizaram não efetivaram plenamente. Embora as Conferências relativas aos nossos direitos acontecerem sucessivamente nos anos posteriores: Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979), a Conferência Internacional sobre a Mulher, em Nairóbi (1985), a Conferência de Beijing (1995) e a de Beijing +5 (2000). Levantado discussões acerca do cumprimento de uma política mundial de promoção de igualdade e oportunidade das mulheres naquele período (Bandeira; Almeida, 2013).

Essa estratégia foi reconhecida como transversalidade de gênero na IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (1995) e foi admitida nas documentações feitas desde então. Desse modo, assegurou a inclusão do desenvolvimento do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade – econômica, política, cultural e social –, com repercussões nas esferas jurídica e administrativa. Ainda afetou em outros panoramas como: remuneração, educação, segurança social e paridade nas decisões (Ferreira, 2000).

Tratou-se, enfim, de uma estratégia de largo alcance que envolveu o conjunto de políticas públicas e sociais da comunidade europeia. Essa mudança foi significativa na esfera político-jurídica e articuladora do princípio nos níveis nacional, estadual e municipal, bem como no nível das ações da cooperação internacional nos países em desenvolvimento (Bandeira; Almeida, 2013, p. 41).

Na entrevista, Maria explana que hoje existe uma consolidação da SPM-BA com visibilidade no país e no estado. Levando em consideração que sua existência remete às políticas nacionais, nos últimos anos se configura "(...) a fase é de desabamento das políticas públicas em âmbito nacional, então a gente viu o período de resistência (...) na Bahia, em outros estados do Nordeste, né? Que possuem secretarias, a sua maioria estão no Nordeste" (Maria, 2022). Se a perspectiva de gênero exige atitudes novas à concepção de mundo, aos valores e ao modo de vida, como inserir crise a legitimidade do mundo patriarcal num governo que fomentou muitos retrocessos? (Lisboa; Manfrini, 2005).

(...) em relação às políticas públicas, ou seja, os governos estaduais depois da virada de política de 2016 passaram a ter que assumir (...) muito direcionadas pelo governo federal inclusive seu ponto de vista de recursos, né? Então, hoje os governos estaduais estão tendo que levar adiante, então aqui nós temos política (Maria, 2022).

Ao falar do planejamento das ações da Secretaria, a entrevistada reforça as dificuldades enfrentadas, especialmente quando a gestão não faz mais parte dos governos Lula e Dilma. Denomina que está em fase de consolidação, a qual nomeia de fase da resistência. Quando menciona sobre os editais lançados que visam a autonomia social e econômica das mulheres, revela: “Olha que se isso fosse com recursos federais a gente teria uma possibilidade de fazer isso muito maior, inclusive com a universidade, etc, né?” (Maria, 2022).

Na área que muitas políticas são criadas para, com recursos próprios e para enfrentar um quadro desfavorável de políticas nacionais que orçamentariamente é vergonhoso, né? **O que tem acontecido: somente 38% do que foi liberado, do que foi empenhado, foi executado em âmbito nacional.** Até tiraram isso do site porque o site permite que você vá lá e olhe, né? E tire suas conclusões (...) (Maria, 2022, grifo nosso).

Conforme Teresa Lisboa e Daniele Manfrini (2005, p. 72) as demandas de gênero não têm sido incluídas “(...) em parte pela ausência de um Estado regulador mais moderno e eficiente com uma institucionalidade mais transparente, com procedimentos, regras e incentivos definidos”. Nos anos 90, uma das principais questões dos movimentos de mulheres foi o reconhecimento das violências como problema público grave, e nos governos de 2016-2022 pareceu que toda incorporação de mecanismos na agenda internacional, foi um sonho que não aconteceu.

Diante de tantas atrocidades em nosso meio, o fenômeno da violência contra as mulheres não só é dramático, mas também político e moral, atingindo a todas/os as/os brasileiras/os indiscriminadamente. O assombro de tal situação é justamente a legitimidade e a naturalidade com que a violência contra as mulheres acontece (...) (Bandeira; Almeida, 2004a, p. 150).

É possível notar que apesar das mudanças indiscutíveis produzidas pelas leis no campo jurídico e política, existe um longo percurso para nós. Levando em consideração a necessidade de uma mudança cultural que seja capaz verdadeiramente de prevenir, reprimir e erradicar as violências contra as mulheres. Ademais, os valores patriarcais se atualizam e seguem enraizados nas mentalidades, incluindo aplicadores da lei. O fenômeno é situado no âmbito privado, com a naturalização da desigualdade na relação.

Com o objetivo de firmar a autonomia econômica e social das mulheres, a SPM-BA tem defendido a importância de ações em diálogo com uma economia feminista⁴⁵. Partindo do pressuposto que há uma divisão sexual do trabalho baseada na desigualdade de gênero, em que mulheres estão nos trabalhos/ocupações subalternizadas.

Com vistas a sua autonomia econômica (...) porque é um fator importante para dar celeridade a própria superação da violência, que a mulher tenha uma independência, uma autonomia financeira. **Mas que também tenha uma visibilidade social, né? Que ela tenha uma autonomia na forma de decidir** (...) nas áreas de agricultura familiar, dos empreendimentos da agricultura familiar, são de mulheres, mas pergunte se elas estão decidindo alguma coisa? Não estão, vai se reproduzindo a mesma característica (...) (Maria, 2022, grifo nosso).

Por conseguinte, podemos considerar inapropriado tratar as violências contra as mulheres como algo simétrico ou de mão dupla. Sendo assim, é urgente levarmos em conta a gravidade e a estabilidade dessa estrutura - patriarcal/racista/classista, etarista e outras - que conduz a baixa qualidade de vida, a serem tratadas com desrespeito, desvalorização e como objetos. E negar isso, é tentar eliminar os graves efeitos que recaem sobre nossa saúde física, psíquica e emocional (Bandeira; Almeida, 2004a).

3.2 A comunicação das campanhas publicitário-midiáticas como denúncia

A Categoria 2 nomeada “O poder da comunicação” apresenta como os meios utilizados nas ações/campanhas da Secretaria conseguem impactar as políticas públicas através dos recursos midiáticos – e suas linguagens distintas. Portanto, são ferramentas e espaços essenciais para possibilitar que o campo – comumente restrito a atores institucionais que participam do processo decisório - ganhe visibilidade. Sendo assim, permite que a população tenha mais informações, além de poder atuar em alguma etapa do ciclo (Penteado; Fortunato, 2015).

Ao prestar atenção nos noticiários da televisão, internet e outros veículos de comunicação, ou até buscar saber sobre o assunto, nos deparamos com mulheres e meninas protagonizando situações assustadoras. Assim, podemos afirmar que milhões de nós ainda estão distantes de serem cidadãs. Tendo em vista que nos cabem somente deveres e proibições, frutos do poder patriarcal que nos cala demasiadamente. “(...) para muitas delas, parece paradoxal ter

⁴⁵ No âmbito socioeconômico a economia feminista dedica-se a revelar os efeitos perversos da assimetria entre gêneros. Sendo constatada tanto na falta de equidade nas oportunidades no mercado de trabalho como na desafagem dos ganhos econômicos obtidos pelas mulheres comparados com aqueles auferidos por homens na mesma função/formação (Fernandez, 2018).

direitos por serem mulheres, pois para elas, recorrer a direitos específicos é o mesmo que buscar privilégios” (Lisboa; Manfrini, 2005, p. 68).

Partindo do pressuposto que a mídia traduz o mundo simbólico em normas e valores, temos como resultado a mobilização do desejo das/dos receptores para algumas maneiras de pensar e/ou se comportar. Isto posto, surgem modelos que servem para construir ou desconstruir valores dominantes – e em sua maioria, tradicionais. Como uma instituição social que atua refletindo os conceitos do cotidiano e produzindo discursos constituintes do imaginário coletivo brasileiro “(...) permeando e invadindo as nossas vidas, na medida em que existe um transbordamento do mundo midiático, deixando transparecer uma nova forma de percepção e interpretação da realidade” (Cruz, 2008).

O poder da comunicação é essencial dentro da disputa política, principalmente por sua capacidade de produção de sentidos e significados. Portanto, um importante fator e espaço de ação na sociedade contemporânea, influente na dinâmica dos fenômenos sociais (Penteado; Fortunato, 2015). Ou seja, de forma dialética, produz maneiras de dominação que auxiliam a renovar as relações de poder vigentes. Além disso, paralelamente, oferecem recursos para fortalecimento e construção de lutas/resistências (Cruz, 2008).

Uma das entrevistadas abordou sobre os índices alarmantes de violência e do marco legal importante que existe no Brasil relacionado ao tema. “A grande questão não é ampliar as medidas punitivas mais, porque elas já estão aí. A violência contra mulher é crime. (...) na área da violência a gente tem buscado dar esse enfoque de que é preciso mudar uma cultura, né?” (Maria, 2022). Então, pude perceber que na construção de campanhas de enfrentamento o enfoque procura contrapor a estrutura que meninas e mulheres estão inseridas, as quais geram consequências graves. Em sua fala, declara que “(...) a Bahia não é exceção dessa cultura do estupro” (*ibid*).

O que também não significa que, de maneira direta, todos os homens sejam estupradores, nem que todos os seres humanos sejam diretamente responsáveis pela prática do estupro, mas que, de muitas maneiras, a cultura do machismo e da misoginia contribui para a perpetuação desse tipo de violência focada, principalmente, contra a mulher. (...) Relatos sobre casos de estupro acontecem nos mais variados ambientes, desde o temido beco escuro onde todas as mães instruem suas filhas a não transitarem, até mesmo o grande número de incidências ocorridas dentro da ‘pretensa casa segura’ da vítima (Sousa, 2017, p. 10-11).

As iniciativas na área do combate às violências contra às mulheres ao longo dos anos refletem a agenda dos movimentos e organizações de mulheres e dos movimentos feministas, sendo as campanhas publicitário-midiáticas uma forma de alcançar a população. Ademais, é fundamental explicitar que “a sociedade colonial e escravista contribuiu imensamente para a criação do mito de mulheres quentes, atribuído, até hoje, às mulheres negras” (Carneiro, 2019, p. 154). Tendo como destino a subalternidade e hiperssexualização dos seus corpos, os quais são ainda mais violentados e adoecidos psicologicamente.

(...) vai reproduzindo essa situação de desigualdade que a mulher vive em nossa sociedade. A gente aqui costuma relacionar muito que é uma sociedade que tá com base (...) em alguns pilares que é a desigualdade social, o racismo estrutural e a desigualdade de gênero (...) o patriarcado nada dentro desse sistema que a gente vive [...] **o fato em si não é a existência desses pilares, mas a própria relação entre eles onde está assentada essa cultura que reproduz tudo isso** (Maria, 2022, grifo nosso).

(...) a exclusão ou secundarização das vozes femininas implica que o conhecimento acionado neste discurso e produzido pelo mesmo é necessariamente parcial e, como tem sido mostrado, muitas vezes seletivo e negativo, portanto, propiciador da reprodução de atitudes e de ideologias que legitimam a dominação masculina” (Mota-Ribeiro; Pinto-Coelho, 2005, p. 3 *apud* Carneiro, 2014, p. 28).

“A incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas aconselha a implementação de projetos específicos voltados às mulheres que respondam à singularidade da situação” (Lisboa; Manfrini, 2005, p. 71). No Brasil, os meios de comunicação possuem uma posição central nas relações sociais, conseqüentemente a atuação dos seus veículos é expressiva na configuração do jogo político e no exercício da hegemonia (Lima, 2000 *apud* Pentead; Fortunato, 2015). Assim sendo, a visibilidade midiática das políticas públicas exerce influência - direta ou indireta - sobre nós.

A entrevistada Maria (2022) pontuou que o debate na área acadêmica tem se consolidado e avançado, debatendo como o patriarcado tem se movimentado na manutenção de relações de dominação. Todavia, em sua fala declara que na atuação da rede depara-se como o fenômeno ocorre “(...) mas aqui de onde eu estou, eu vejo o lado de como acontece, né?”. No diálogo sobre as campanhas lançadas na gestão, defende:

(...) nessa área é fundamental essas campanhas, que **eu não considero somente como campanhas publicitárias, são ações de sensibilização**. Porque se você entende essa lógica (...) de como se procede a reprodução dessa cultura, você transforma essa realidade (...) as políticas públicas têm que ter

com base a realidade, onde você enfrenta uma cultura do estupro (Maria, 2022, grifo nosso).

(...) Representações da mulher na publicidade, na televisão, nas revistas, nos jornais, no cinema, nas artes e na literatura, revelaram mulheres como esposas, donas de casa, mães e objetos sexuais. Dessa forma, perpetuavam o estatuto da mulher na sociedade e imagens estereotipadas que poderiam reforçar comportamentos retrógrados e sexistas” (Carneiro, 2014, p. 29).

Figura 4 - Logomarca Respeita as Mina



Fonte: Site da SPM-BA (2023)

A subcategoria A “Respeita as Mina e as representações das mulheres” tem como análise levando em conta que o ponto de partida é a sensibilização da população que recebe em diversos meios de comunicação, as campanhas citadas, a entrevistada explana que não são “ações (...) que esteja voltada somente pra dizer que é, que vamos punir” (Maria, 2022). O trabalho é articulado visando trazer as causas das violências, o que resulta na ação Respeita às Mina que surge na Bahia numa campanha contra o assédio iniciada em 2017.

(...) que depois ganhou um corpo nacional, tem hoje 2 músicas, vários times de futebol daqui e de fora também adotaram. Hoje o Respeita às Mina é uma marca importante, né? (...) tem a ver muito com a violência, é tipo assim, quando ouve “não é não”, né? **Quando você fala “Respeita as Mina” é muito identificado com a campanha de sensibilização contra o assédio, algo que partiu daqui, né? No carnaval de Salvador** (MARIA, 2022, grifo nosso).

(...) Então, todas as ações do eixo de enfrentamento a violência ficou nesse guarda-chuva como ela fala Respeita as Mina, acabou virando um lema, ultrapassando, é um tema que a gente usa cotidianamente, começou como uma campanha de carnaval e foi avançando (Sued, 2022).

A SPM-BA constitui o núcleo gestor, o qual interliga ações de iniciativa da secretaria com as transversais do governo, como mencionado na sessão anterior. Logo, existe uma relação estreita com outros órgãos do Estado e da sociedade, visando promover um trabalho em rede, com o objetivo de enfrentar as violências na Bahia – mas que reverbera no país. Por conseguinte, a elaboração das campanhas publicitárias de sensibilização na mídia externa e na internet fazem parte da ação.

Figura 5 - Ação Respeita as Mina



Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (2022)⁴⁶

A campanha do carnaval de 2017 tinha intenção de “(...) comunicar com a mulher jovem que é essa mulher que está nas redes sociais, não só com elas, mas principalmente porque são as mulheres mais jovens que estão nas redes sociais, no Instagram e etc” (Sued, 2022). Com o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e a convergência tecnológica, a capacidade de intervenção da mídia nas atividades humanas foi amplificada. Logo, no momento presente fazem parte do cotidiano com diferentes formatos - direta ou indiretamente - seja como fonte de trabalho, informação, entretenimento e/ou mecanismo interação social (Penteado; Fortunato, 2015).

Além disto, houve uma reformulação faltando pouco tempo para o evento acontecer, levando em conta que não estava atendendo ao objetivo elencado pela gestão e usava uma gíria que talvez não comunicasse efetivamente. Deve-se considerar que através dessas ações na mídia, as ideias, ações e discursos recebem notoriedade perante o social “(...) criando espaços de disputas simbólicas (discurso político) que a afetam como um todo” (*ibid.*, p. 133).

⁴⁶ Disponível em: < <http://www.mulheres.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=47>> . Acesso em 20 jan. 2023.

(...) a campanha anterior tinha o lema **Vá na moral ou você vai se dar mal** (...) achava que era uma coisa pesada [...] essa gíria que a gente usa, aí quando eu cheguei ela já tinha mudado para o Respeita as Mina (...) a princípio se pensou (...) é mais usado em São Paulo e a agência tinha feito uma pesquisa e viu que essa coisa da mina tava muito falado, inclusive na periferia (Sued, 2022, grifo nosso).

No ano seguinte, em 2018, a campanha ganha apoio da ONU Mulheres e amplia as ações no circuito Barra-Ondina e Pelourinho, contando com auxílio do trio Respeita as Mina, puxado pelas cantoras baianas Pitty, Larissa Luz e Karina Buhr. A SPM-BA consolida uma parceria indispensável com a Associação Baiana da Indústria de Hotéis (ABIH), pretendendo sensibilizar turistas sobre questões de violência de gênero e tráfico de mulheres (ONU Mulheres Brasil, 2018).

Figura 6 - Campanha aborda diferenças entre paquera e assédio



Fonte: Site da ONU Mulheres Brasil (2018)⁴⁷

O mote da campanha era apresentar a diferença entre o assédio e a paquera saudável. Sendo assim, o objetivo foi abordar junto a homens e mulheres, uma das formas de violência mais frequentes durante a festa: o assédio. A secretaria defendia como uma maneira de estimular o respeito e paralelamente combater esse tipo de situação. Isto posto, também firma todos os anos uma parceria com a pasta da Segurança Pública e com a rede de atenção às mulheres (ONU Mulheres Brasil, 2018).

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-bahia-faz-campanha-contra-a-violencia-de-genero-no-carnaval/>>. Acesso em 10 jan. 2023.

Figura 7 - Campanha aborda diferenças entre paquera e assédio (parte 2)



Fonte: Site da ONU Mulheres Brasil (2018)⁴⁸

A escolha das mulheres que estampam a campanha revela as imagens de feminilidade que nos cercam diariamente, as quais criam discursos acerca do que significa ser feminino na nossa cultura. Elas atuam como maneiras de definição da feminilidade, isto é, acarretam um processo que atribuem ao gênero qualidades e características específicas (Mota-Ribeiro, 2003). Desta maneira, como alerta Sueli Carneiro (2019, p. 169) “o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe (...)”.

(...) Assim, não é surpreendente que um dos pontos mais importantes da crítica feminista tenha sido a sua preocupação em analisar e desconstruir o modo como as representações visuais produzem e despertam significados e fazem circular ideologias acerca do que é, e do que deve ser, a mulher. Neste âmbito, a publicidade tem sido um foco particular de lutas e ataques, por se assumir como um dos mais relevantes discursos visuais da cultura popular (Mota-Ribeiro, 2003, p. 3).

Tendo em vista as imagens publicitárias – ou com esse intuito - são oferecidos não apenas modelos que cooperam para a construção das nossas identidades, mas também significados relativos ao modo como o gênero deve atuar conforme os sentidos que existem e são dados a ver (*ibid.*). Se vivemos em um mundo visual, a sociedade é pautada por essas representações e suas interpretações. Ao analisar as figuras 5 e 6, destaca-se a escolha da mulher negra com o cartão verde e a mulher branca com o vermelho (paquerar *versus* constranger).

Numa cultura contemporânea, dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não percebidas de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-bahia-faz-campanha-contra-a-violencia-de-genero-no-carnaval/>>. Acesso em 10 jan. 2023.

comportar e o que pensar e agir, em que acreditar, o que temer e desejar – e o que não (Kellner, 2001, p. 10).

Segundo o Atlas da Violência 2021, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Instituto de Economia Aplicada (IPEA) em parceria do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. “Essa tendência vem sendo verificada há vários anos, mas o que a análise dos últimos onze anos indica é que a redução da violência letal não se traduziu na redução da desigualdade racial” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021, p. 38).

A condição de subordinação e inferioridade que recai às mulheres negras – não só na Bahia, mas no Brasil – condiciona como destino serem vistas como artigos/objetos sexuais. Consequentemente, impulsiona a premissa de algumas são para vida pública, trabalho/prazer e outras para vida privada, cuidar do marido/família, respectivamente negras e brancas.

De acordo com Sueli Carneiro (2019, p. 156)

Para as mulheres negras, consideradas como destituídas destes atrativos, reserva-se a condição de “burro de carga”: “preta pra trabalhar, branca para casar e mulata pra fornicar”. Esta é a definição de gênero/raça, instituída por nossa tradição cultural patriarcal colonial, para as mulheres brasileiras, que, além de estigmatizar as mulheres em geral ao hierarquizá-las do ponto de vista ideal patriarcal de mulher, introduz contradições no interior do grupo feminino.

Nos veículos de comunicação, “(...) ocorrem disputas pela hegemonia política e a fabricação de um consenso como forma de dominação política estruturada na capacidade de persuasão” (Penteado; Fortunato, 2015, p. 133). Logo, a investigação precisa compreender essa centralidade social, que tem um papel essencial no processo de socialização contemporâneo. Sendo assim, as pessoas internalizam a cultura de seu grupo e as normas sociais, colaborando na manutenção de estruturas opressoras.

Ler politicamente a cultura da mídia significa situá-la em sua conjuntura histórica e analisar o modo como seus códigos genéricos, a posição dos observadores, suas imagens dominantes, seus discursos e seus elementos estético-formais incorporam certas posições políticas e ideológicas e produzem efeitos políticos (Kellner, 2001, p. 76).

A pandemia de COVID-19 foi decisiva na criação de uma ferramenta da secretaria para área das violências: o Zap Respeita as Mina (71 3117 2815). Em 2020, surge com objetivo de oferecer orientação nesses casos, mas não para substituir o Ligue 180. Deste modo, é um

equipamento que integra a rede de enfrentamento e segundo a entrevistada, uma conquista da secretaria.

(...) passou a atender ali aquela faixa de mulheres que está com agressor em casa e que não pode fazer ligação de áudio, nem pode ir até uma delegacia. Então o que fazer para pedir socorro? Para pedir orientação? **Então, a gente apostou em tecnologia e hoje chega pra pessoa numa forma bem simples que é um número de Zap. Mas por trás dali tem toda uma inteligência artificial, chatbot** (...) se a pessoa digita “Socorro” ela tem acesso a atendentes em tempo real que são qualificados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e atuam junto com a polícia para enviar uma viatura mais próxima para retirar o agressor de dentro de casa (Maria, 2022, grifo nosso).

A existência de violências e discriminação antecede a crise sanitária que vivenciamos, porém, teve reforços com a desestruturação das políticas voltadas para as mulheres em situação de vulnerabilidade e no cenário de confinamento. Isto significa que os casos cresceram e indicavam necessidade de medidas no sistema de justiça e na rede de proteção (sobretudo dos grupos que estavam mais desamparados). Nas restrições de muitos espaços públicos que serviam de amparo e assistência, a pandemia determinou, a hiperconvivência doméstico-familiar agravando índices de sofrimento, conflitos e adoecimentos (Teixeira; Cavalcanti, 2021).

(...) a rede antes basicamente era uma rede de poucas delegacias especializadas, ainda começando. (...) nós ampliamos os núcleos que se chamam NEAM porque quando não é possível fazer a delegacia, faz um núcleo pelo menos que o município possa ter. Para atender e qualificar, qualificando mais a rede. (...) o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres a gente ampliou bastante. Criou a Ronda Maria da Penha (...) muita gente pensa que a ronda é algo que fica rondando assim, não é, cuida de mulheres com medidas protetivas, mulheres que tem uma classificação de risco (Maria, 2022).

No atual momento, o ZAP Respeita as Mina já fez mais de sete mil atendimentos em dois anos e meio de funcionamento. No site da secretaria informa que em 2022 foram 1.747 atendimentos por Whatsapp e Webchat, 30% a menos do que no ano anterior. Tendo a maior parte (75%) das mulheres atendidas da capital baiana, com chamadas originárias de 129 bairros, e 25% do interior do estado. Outro dado importante revela que mais de 40% das mulheres que acessaram no ano passado estão na faixa etária dos 18 aos 25 anos e 31% do total de mulheres têm ensino superior completo (SPM-BA, 2023).

No que diz respeito às orientações e informações, em 2022 correspondeu 63% do total de mensagens. Enquanto as denúncias representaram 23% e os casos urgentes 3% dos acessos. A ferramenta foi criada prioritariamente para situações de violência doméstica e familiar, bastando enviar uma mensagem de texto para o número na Figura 7. A porcentagem de

satisfação com atendimento chega em 90% - provando ser uma boa aliada – e já foi acionada por outros estados do sudeste e um do norte, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Acre (SPM-BA, 2023).

Resultado de uma parceria entre as Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) e Segurança Pública (SSP), o Zap oferece também às usuárias orientações e informações, desde como e onde fazer uma denúncia, como conseguir uma medida protetiva de urgência, o que fazer em caso de violência física e sexual até orientações e informações sobre a Lei Maria da Penha e legislações correlatas (*ibid.*, s.p).

Figura 8 - Zap Respeita as Mina



Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres – BA (2023)⁴⁹

Uma das entrevistadas, ressaltou a importância de ter uma linguagem que chegue às mulheres e destaque aquelas com situação mais vulnerável diante dos índices anuais. “(...) mulher negra que mais está, todas nós estamos, mas, a mulher negra em especial (...) ainda mais vulnerável exatamente por ser essa intersecção entre gênero, raça, classe” (Sued, 2022). Por conseguinte, segundo Claudio Penteadó e Ivan Fortunato (2015, p. 133) “Apesar de a mídia e seus diferentes veículos serem importantes dentro da atual configuração política, é preciso indicar que a política não se subordina a ela”.

(...) a gente criou quatro faces de mulheres do Respeita as Mina, sendo que **três delas sugerem mulheres, são de mulheres negras e a que a gente mais usa é a face roxa, né? (...) é uma mulher black**, então a gente, a cada campanha é sempre discutido um pouco como abordar, não só no carnaval não, nos outros dias de ativismo, etc (Sued, 2022, grifo nosso).

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2023/01/3658/Zap-Respeita-As-Mina-realiza-mais-de-sete-mil-atendimentos-nos-ultimos-dois-anos.html>>. Acesso em 10 fev. 2023.

Segundo Silvana Mota-Ribeiro (2003, p. 3) “o sistema ideológico da publicidade parece contribuir decisivamente para a estereotipificação das imagens das mulheres (...)”. Então a imagem da mulher veiculada pode confiná-la aos tradicionais papéis, mas também ao paradoxo de ser fisicamente visível, todavia, socialmente invisível. Ou seja, a visibilidade dada pode tornar-se uma imagem permanente interiorizada que restringe sua vivência a um tipo de corte/penteado.

Em seu texto *Alisando o Nosso Cabelo*, bell hooks (2005) explana sobre a insegurança gerada em mulheres negras diante dos padrões de beleza estabelecidos pela supremacia branca. Contudo, descreve que não existia anseio em tornarem-se brancas porque na prática era o símbolo do desejo de serem mulheres. Com análise do contexto político e social, foi se percebendo que indicava um ódio a si mesmo, o qual somava-se com a baixa autoestima.

Estava associado somente ao rito de iniciação de minha condição de mulher. Chegar a esse ponto de poder alisar o cabelo era deixar de ser percebida como menina (a qual o cabelo podia estar lindamente penteado e trançado) para ser quase uma mulher. Esse momento de transição era o que eu e minhas irmãs ansiávamos. Fazer chapinha era um ritual da cultura das mulheres negras, um ritual de intimidade (*ibid.*, s.p).

Ao argumentar que na criação da logomarca da ação pensou-se na representação de três mulheres negras, partindo do pressuposto que são as mais vitimadas pelas violências de gênero, deve-se também defender a importância do que está por trás. Como bell hooks (2005) apresenta que o cabelo alisado está relacionado historicamente a um sistema de dominação racial, particularmente nas mulheres negras que não são aceitas por uma sociedade que não enxerga beleza – ou prefere nem olhar.

Fazer esse gesto como uma expressão de liberdade e opção individual me faria cúmplice de uma política de dominação que nos fere. É fácil renunciar a essa liberdade. É mais importante que as mulheres façam resistência ao racismo e ao sexismo que se dissemina pelos meios de comunicação, e tratem para que todo aspecto da nossa auto-representação seja uma feroz resistência, uma celebração radical de nossa condição e nosso respeito por nós mesmas (*ibid.*, p. 5).

Consequentemente, o uso da imagem de mulheres como representação da ação precisa transpor lógicas racistas e/ou sexistas, trazendo um cunho de educação para a população baiana - e brasileira. Para não ocorrer, o que vem sendo observado sobretudo no cenário político e está em ascensão nos debates - o tokenismo. “(...) prática que visa a inclusão simbólica de minorias, a fim de criar a ideia de que esses grupos estão sendo representados de forma igualitária” (Rosario; Gomes; Tomé, 2022).

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação

de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (Werneck, 2010, p. 10).

Na entrevista, Sued (2022) informa como a logomarca tem ganhado cada vez mais espaço nas ruas e espaços públicos “(...) a imagem da SPM hoje é muito associada aquela carinha do Respeita as Mina”. Traz de exemplo uma situação que estava indo para um compromisso de trabalho, em um veículo que tinha a logomarca e sigla SPM “(...) uma senhora idosa, quando ela viu o carro (...) ela fez assim: Moça, moça, é, essa secretária é aquela da violência contra a mulher que tem o Respeita as Mina?” (*ibid.*). Ao confirmar, foi questionada por essa mulher que estava num ponto de ônibus como poderia entrar em contato.

(...) Ou seja, dá uma visibilidade não só ao tema como a própria pasta e às vezes dentro do próprio governo (...) é como se fosse uma coisa menor (...) todo mundo sempre está confundindo SPM com SEPROMI (...) **de certa forma essas campanhas não só dão visibilidade ao tema (...) da prevenção contra a violência como a própria pasta, né?** Com a própria secretária. É o que eu tenho observado nesses últimos cinco anos (*ibid.*, grifo nosso).

Figura 9 - Logomarca da Campanha em 2017



Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Bahia (2022)⁵⁰

A logomarca disponibilizada no site da SPM-BA permite enxergar todos os “perfis” de mulheres que compõem a campanha do Respeita as Mina, todavia, como mencionado pela entrevistada Sued, a mais veiculada é a roxa. Alguns textos da cultura da mídia defendem posições e representações progressistas de raça, gênero, orientação sexual, enquanto outras expressam formas reacionárias de racismo, sexismo ou lgbtfobia. Analisando desse ponto de

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2017/02/1482/Disponibilizacao-da-logomarca-da-campanha-Respeita-as-Mina.html>>. Acesso em 12 de jan. 2023.

vista, existe uma luta entre representações que reproduzem as lutas sociais existentes e transcodificam os discursos políticos do contexto daquele período (Kellner, 2001).

Outra iniciativa promovida em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), é uma série de ações no Julho das Pretas⁵¹ que celebra o dia 25 de Julho (Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha) tem o nome patenteado e por causa disso “(...) a gente passou a usar o **Respeite as Pretas** sempre fazendo um link com a campanha Respeite as Minas” (Sued, 2022, grifo nosso). Na entrevista foi mencionada uma iniciativa para mulheres LBT⁵², mas não encontrei imagens dessa ação que seria o Respeita as Minas LBT.

Figura 10 - Julho Respeita as Pretas



Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres – BA (2022)⁵³

As heterogeneidades fazem parte da nossa forma pessoal e coletiva, por isso, existe uma variedade de visões de mundo, experiências e forma de representação, as quais integram a forma de se apresentar e ser vista. Segundo Jurema Werneck (2010, p. 10) “(...) fazem referência às lutas desenvolvidas por mulheres de diferentes povos e regiões de origem na África, na tentativa de dar sentido a cenários e contextos em rápida e violenta transformação”.

(...) Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos. Articulações que se desenvolveram apesar (e a partir) das ambiguidades e limitações de identidades fundadas em

⁵¹ É uma ação de incidência política e agenda conjunta e propositiva com organizações e movimento de mulheres negras do Brasil, voltada para o fortalecimento da ação política coletiva e autônoma das mulheres negras nas diversas esferas da sociedade (Instituto Odara, s.d.). Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>>. Acesso em 02 fev. 2023.

⁵² Lésbicas, bissexuais, travestis e/ou transexuais (sigla usada pela entrevistada).

⁵³ Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em 12 de jan. 2023.

atributos externos impostos pelo olhar dominador, de forte marca fenotípica (visual) e cuja amplitude de aniquilamento estende-se ao genocídio e ao epistemicídio. Assim os processos de constituição das diferentes identidades mulheres negras incluem também a necessidade de sua ultrapassagem, fazendo existir novos conceitos instáveis mulheres negras mais adequados ao que necessitamos, queremos e devemos ser nos diferentes cenários políticos (*ibid.*, p. 10).

A Figura 8 ilustra a imagem escolhida pela Secretaria para estampar a ação Respeita as Pretas, a qual pode provocar instabilidades no caráter político e aponta a inevitabilidade de galgar essa narrativa na contemporaneidade. Ou seja, é essencial seguir na direção da representação das mulheres negras/pretas de maneira que estejam inseridas nos processos de transformação social (Werneck, 2010). Assim, com a eliminação do racismo, o heterossexismo e as violências que fazem parte de sua história e justificativa, tendo suas vozes verdadeiramente escutadas.

A Categoria 3 “Construção das campanhas para prevenção” esteve presente nas entrevistas. Tendo em vista que as questões salientadas pelos veículos de comunicação recebem validação no debate público, isso faz com que haja pressão sobre a ação governamental, que precisa dar respostas às demandas populares (Penteado; Fortunato, 2015). Logo a maneira que as ações são planejadas influencia na forma que recebemos essas imagens, campanhas e representações nas mídias. Isto posto, quem está envolvido nesse desenvolvimento “(...) nós temos técnicas da secretaria que planejam as ações, mas essas ações (...) passam pelo próprio conselho dos direitos das mulheres” (Maria, 2022). Contudo, na entrevista foi explicado que nem sempre é possível passar devido à complexidade da rede.

(...) tem também, o Grupo Gestor Intersetorial de Políticas para as Mulheres que chama GGIPM que é um grupo que compõe diversas secretarias (...) é parte dessa estratégia de gestão, que **não basta ter políticas transversais, transversais e interseccionais, é preciso ter políticas e integrar isso**. Então, a gente criou o GGIPM que é um grupo de gestão intersetorial (...) onde também eles trazem ideias de políticas que cada setor tem, né? (Maria, 2022, grifo nosso).

Como “(...) a mídia tem a capacidade de formular ou reformular as preocupações e demandas sociais” (Penteado; Fortunato, 2015, p. 134), se faz relevante a existência de um grupo dessa natureza. As reuniões do GGIPM são regulares - mais do que as do Conselho, as quais ocorrem numa frequência menor – e funciona numa espécie de câmara. “Para buscar integrar, pra que isso dê um up maior numa secretaria que é considerada uma secretaria de articulação” (Maria, 2022).

Existe um diálogo direto com a secretária que mesmo não sendo da área publicitária, tem uma participação ativa nas construções “(...) ela faz questão de um contato direto (...) de um briefing, para que antes ela veja, e, aprove” (Sued, 2022). Ademais, normalmente envia diretrizes para a equipe do que está pensando para aquela ação ou campanha. “(...) a gente discute propõe a agência que apresenta uma proposta, depois a gente faz todos os tramites comuns corriqueiros de aprovação, não aprovação, pede para mudar alguma coisa” (*ibid.*) e para isso conta com uma equipe pequena – web designer, jornalista, publicitária e responsável técnica.

Mas, é basicamente assim esse processo, é feita de comunicação, equipe pequena, reúne com a secretária titular da pasta, brifa o tema dentro da questão da violência (...) brifa o tema. **A gente tenta, nem sempre a gente consegue aprovação, né? (...) não por conta do conteúdo não, por questões de recursos mesmo** (...) Às vezes a gente pensa em campanhas maiores e às vezes se reduz a rede social (...) (Sued, 2022, grifo nosso).

A construção de uma política pública envolve os três poderes e o Ministério Público, todavia os executores são os governos (poderes executivos, municipais, estaduais e da União). Por conseguinte, a construção do planejamento, reservar recursos financeiros, materiais e humanos é de sua responsabilidade. Como também precisa indicar os mecanismos de controle e avaliação (Pernambuco, 2008). Ou seja, depois de sancionada, acontece a execução do orçamento previsto que, de acordo com as entrevistadas, têm sido uma enorme barreira para SPM-BA.

No tocante ao orçamento público, o qual é a ferramenta que torna reais as políticas públicas, podendo promover direitos para a sociedade. Contudo, pode também violar direitos, quando é utilizado para financiar políticas que aumentam as desigualdades ou mesmo quando não é executado. Conforme estudo realizado pela consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, apenas R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 126,4 milhões previstos na Lei Orçamentária de 2020 foram efetivamente gastos com as políticas públicas para mulheres (Agência Câmara de Notícias, 2020).

Além disto, o governo também deixou “sobrar” 70% do recurso⁵⁴ voltado para o enfrentamento das violências contra as mulheres em 2020, considerado o pior ano da pandemia. Sem considerar a suspensão das regras fiscais e a flexibilização das normas para contratos e

⁵⁴ Esse percentual significa um montante de R\$ 93,6 milhões de reais, que não chegou aos estados e municípios para financiar a rede de atendimento às mulheres (INESC, 2022).

licitações decorrentes do decreto de calamidade pública (INESC, 2022). Em 2021, foi executado metade do que foi autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA), todavia, considera-se a melhor execução no tema mulheres nos três anos da gestão de Damares Alves⁵⁵ à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH).

A análise da subcategoria A “Educação como caminho” aborda a perspectiva do sentido de orientar e informar presentes nas peças publicitárias. “(...) não se reduz a uma campanha de carnaval (...) então, é sempre uma campanha educativa” (Sued, 2022). A entrevistada afirma que existe uma tentativa da equipe em sensibilizar as pessoas para acontecimentos cotidianos que são naturalizados “(...) e se você não chama a atenção (...) pessoas não se dão conta de que estão vivendo uma situação de violência (...)” (*ibid.*). Portanto, faz-se necessário mudar a linguagem e dialogar com quem está do lado de fora, já que uma voz engajada não pode ser fixa e absoluta (hooks, 2013).

(...) o processo educativo acho que é o tempo inteiro, a gente sempre pensa (...) com essa intenção de orientar, de informar (...) Essas campanhas todas do carnaval Respeita as Mina, por exemplo, os adesivos a gente usa constantemente nas ações da Secretaria (...) os nossos folders informativos de combate à violência, a gente traz a distribuição dos tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha (...) (Sued, 2022, grifo nosso).

Segundo bell hooks (2013, p. 22) “(...) para nos comunicar melhor, escolhemos um jeito de falar determinado pelas particularidades e características únicas das pessoas a quem e com quem estamos falando”. Logo, possui uma grande influência também dependendo do formato utilizado nas ações. Não devemos esquecer que a educação como prática da liberdade é uma habilidade de ensinar que o indivíduo pode aprender. Não obstante, o espaço público midiático converte-se numa área privilegiada de fabricação e divulgação de informações políticas.

(...) essa perspectiva da educação está presente sempre quando a gente pensa, no sentido mesmo de orientar, e eu costumo dizer assim: Gente, eu não tinha ideia (...) anos atrás, não tinha ideia do que era uma violência patrimonial, que é uma coisa tão comum de você passar nos relacionamentos, nos casamentos. E você não se dava conta de que você estava passando ali uma situação de violência (...) (Sued, 2022).

⁵⁵ Esse desempenho pode estar associado à constante pressão dos movimentos sociais de mulheres, o que desencadeou em um requerimento de investigação junto à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e na abertura de um inquérito pelo Ministério Público Federal para investigar a baixa execução do Ministério nos anos anteriores (*ibid.*, p. 2).

A partir do sucesso obtido no carnaval de Salvador, outras iniciativas começam a ser pensadas e articuladas para acontecerem não somente nos grandes eventos – como festas – mas também em outros formatos. Portanto, diante do que foi levantado sobre pautar as raízes das violências, a educação precisava estar presente no desenvolvimento de ações. O Programa Quem Ama Abraça saiu do “(...) **programa federal e que a gente manteve aqui na Bahia com nossos próprios recursos.** (...) que discute com os educadores como enfrentar a questão da violência, como abordar a questão da violência contra as mulheres nas salas de aula” (Maria, 2022, grifo nosso). Dialogando com o olhar da perspectiva de gênero que nomeia de outras formas as coisas conhecidas e lhes concede outros significados (Lisboa; Manfrini, 2005).

Num país onde falar na palavra gênero pelo atual governo, é quase que nem gênero alimentício ele quer que fale na sala de aula. Então esse programa, ele visa dar uma saída pra que, como o educador/educadora tratar da questão da violência em sala de aula. E também com os estudantes, com oficinas (...) tudo isso buscando acessibilização, então tem a campanha Respeita às Mina que envolve palestras, ações, sensibilização, caravanas ao interior, etc. E tem o Programa Quem Ama, Abraça, que é um programa que muito voltado pra escola pública, pra rede estadual (Maria, 2022, grifo nosso).

Nos últimos anos, com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), as relações ganharam novo grau de complexidade, por conta das suas características que permitem nova dinâmica. Atualmente, pode-se romper com monopólio das grandes empresas como principal esfera de elaboração, transmissão e circulação de informações - políticas inclusive (Penteado; Fortunato, 2015). Diante da crise sanitária que nos levou ao isolamento, as políticas para as mulheres tiveram que usar dos novos meios e formatos que são apropriados.

O uso das redes sociais nas campanhas publicitário-midiáticas vem crescendo expressivamente e o resultado esperado para as políticas para as mulheres “(...) acho que isso facilitou muito porque é uma outra forma de você comunicar porque, por exemplo, os custos não são tão altos quanto numa campanha de você pôr outdoors na rua (...)” (Sued, 2022).

(...) as redes sociais possibilitam que você chegue mais próximo, já pensou se a gente só se tivesse o contato por jornal, rádio, TV que é caríssimo (...) de certa forma lhe limitaria muito porque se você não tivesse recurso pra fazer desse porte, você tava impossibilitado. No máximo bota ali num jornal impresso uma chamadinha que só as pessoas que tivessem acesso aquele jornal, leriam. Então (...) sem dúvida alguma contribuem muito para você divulgar um conteúdo para um número maior de pessoas (Sued, 2022, grifo nosso).

Um projeto recente chamado Compre das Mina consistindo num catálogo que reúne serviços e produtos feitos por mulheres/empreendedoras teve investimento para divulgação

com influenciadoras/es digitais “(...) como a gente não tinha recurso para fazer a campanha, pegou três influenciadores digitais e eles divulgaram (...) ajuda muito a chegar a grupos específicos” (Sued, 2022). Está associada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Sendo o ODS5⁵⁶ sobre Igualdade de Gênero que visa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (IPEA, 2023).

A partir disso, a entrevistada declara que no tocante às violências, também existe um olhar mais apurado da SPM-BA para onde veicular as ações.

(...) a questão da violência de gênero ocorre em todas as idades e em mulheres de todas as classes. Mas, você tem principalmente um recorte que é a mulher jovem (...) 20 e poucos até 30 e poucos anos, principalmente. Não significa que outras não sofram, mas principalmente essas mulheres (...) nas redes sociais a gente um perfil com nosso público de mulheres até essa faixa (...) não significa que outras mulheres mais velhas não acessem, mas eu estou falando de principal público (Sued, 2022, grifo nosso).

Conseqüentemente, devemos pontuar que o componente principal da influência da mídia encontra-se na sua capacidade de visibilidade (ou não) dos problemas sociais. Estando mais presente na internet, a qual é acessada por um público mais jovem, como acessar pessoas mais velhas e tencionar o debate de forma ampla e democrática? Ademais, as alternativas que são apresentadas, sua implementação e a avaliação e monitoramento dos resultados obtidos pelas políticas públicas deve estar ao alcance de toda população (Penteado; Fortunato, 2015).

Os diálogos com mulheres mais jovens têm muita importância, todavia, se são a maioria com acesso às redes sociais, talvez possuam maior acesso a informação do que as outras que não estão nesse espaço. Tendo em vista que a “(...) popularização da temática, do tema do feminismo nas redes é importantíssimo (...) ajuda muito a divulgar os conteúdos, inclusive, espontaneamente, né?” (Sued, 2022). Precisamos compreender de que forma as pessoas que são alcançadas, acessam a política e recebem acolhimento (presencial/humano) de quem está nas instituições.

A entrevistada acredita que com a circulação de ações/campanhas da secretaria pelas redes pode gerar interesse no tema e estímulo para busca de informação “(...) quem tem interesse vai se aprofundar no tema, vai estudar, vai procurar referências (...) **não significa que só as redes sociais vão formar alguém** (...)” (Sued, 2022, grifo nosso). Conquanto, observa em seu trabalho que a contribuição desses debates nos espaços virtuais está sendo frutíferos para as atividades da rede.

⁵⁶ Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>>. Acesso em 10 fev. 2023.

A gente também tem o programa que é voltado, que chama “Salas de Gênero” (...) o Instituto Anísio Teixeira, é um instituto de qualificação dos educadores. E a gente então, tem uma parceria com a secretaria de educação que leva em conta essa questão da violência, da discussão. (...) é sincrônica, ou seja, é como se fosse ao vivo, né? Cada pessoa acessa no interior, nos núcleos de educação. (...) **é uma forma também de você ir vendo as relações que tem a violência com outras questões que, né? Fazem link com esse problema** (Maria, 2022, grifo nosso).

A presença da educação no caminho dessas construções para prevenir e combater almejam sensibilizar as pessoas sobre a questão da equidade de gênero. Portanto, mesmo não sendo focalizada nas violências, as atividades pensadas são essenciais para o desenvolvimento de uma transformação do problema de modo coletivo. Como por exemplo: “Respeita as Mina na Saúde que é um programa que (...) se refere ao enfrentamento da violência obstétrica institucional em relação a saúde das mulheres” (Maria, 2022) e defende direitos sexuais/reprodutivos nas maternidades e unidades de saúde da Bahia.

Outra está ligada a qualificação em gênero do contingente da polícia civil e militar, partindo do pressuposto que são profissionais que estão na ponta lidando com os casos rotineiramente. Sabe-se que apenas a qualificação técnica é insuficiente para esses agentes, os quais muitas vezes revitimizam mulheres com a ausência de capacitação específica. “(...) se você quer qualificar mais os atendimentos das mulheres, o acolhimento das mulheres na delegacia, **você tem que cuidar de que esses profissionais tem uma noção do gênero, da situação de desigualdade que a mulher vive**” (Maria, 2022, grifo nosso).

Nota-se que nessas instituições a cultura das matrizes de opressão ficam em ebulição, tendo na abordagem policial um dilema complexo que gera desdobramentos graves. “A mulher está estuprada, chega para dá uma queixa: Com que roupa você estava? Isso é pergunta que se faça, né? O que é que você estava fazendo uma hora dessa na rua? **Então, são perguntas inapropriadas que é fruto de uma certa naturalização (...)**” (Maria, 2022, grifo nosso).

Por fim, ainda no âmbito educacional, a secretaria tem o projeto Mulheres na Ciência com dois editais – um de premiação e outro de fomento. Os objetivos além de premiar projetos que estão em curso, é incentivar junto com a FAPESB uma abordagem de educação não sexista nas escolas. “(...) não só vão repetindo estereótipos, mas também na área do conhecimento, vão sendo direcionadas para determinadas áreas da ciência” (*ibid.*, 2022).

Então envolve equidade de gênero sim, a gente está combatendo a educação sexista e ao mesmo tempo promovendo ações dinamizadoras para que mais mulheres ocupem essas áreas das ciências. (...) Mas é preciso também dá uma dinamização porque isso revela esse funil que tem incomodado bastante e quando elas chegam lá, muitas vezes as mulheres não conseguem ser chefias de pesquisa (*ibid.*, grifo nosso).

É válido lembrar que o Brasil não se distingue tanto em relação aos outros países da América Latina no que concerne à problemática das violências contra as mulheres, apesar da adesão de várias agendas políticas e acordos internacionais que já chamam a atenção para o que significa uma perspectiva de gênero. Nós ainda seguimos em grande desvantagem nas áreas da vida pública e privada, com acúmulo de tarefas não remuneradas e sem espaço para decidir – individual ou coletivamente. Tendo as mulheres negras, com deficiência e outros atravessamentos sociais num cenário de horror e desamparo composto de discriminação, precariedade de serviços e expostas às violências impetuosamente (Bandeira; Almeida, 2004b).

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) ao falar sobre a interseccionalidade e educação crítica estabelecem análises de Paulo Freire para abordar a respeito da equidade e à justiça social. As campanhas que partem da educação para uma consciência crítica podem colaborar nessa pedagogia alternativa, em que repousa sobre um engajamento dialógico, uma maneira de analisar o mundo de outras óticas. Contudo, faz-se imperativo desenvolver consciência da desigualdade social, tal qual o seu lugar dentro dela porque vai propiciar o empoderamento pessoal e coletivo.

As pessoas oprimidas precisam da educação para desenvolver consciência crítica, porque, sem ela, lhes faltam ferramentas importantes tanto para analisar quanto para se opor à própria subordinação. (...) embora Paulo Freire baseie sua análise da educação crítica nas necessidades das pessoas oprimidas, o valor da educação crítica é para todos. Todos se beneficiam de uma melhor compreensão da dinâmica das desigualdades sociais interseccionais, bem como dos tipos de pensamento crítico e das habilidades de resolução de problemas que podem remediá-las (*ibid*, p. 223).

O planejamento das ações executadas pela SPM-BA busca a sensibilização da comunidade, como também a qualificação da rede de atendimento às mulheres no estado. Para isso, tenta-se viabilizar uma comunicação “(...) na linha de unir governo e sociedade pra enfrentar esse problema grave que é o desafio não só da violência, mas da desigualdade de gênero mesmo” (Maria, 2022). Isto posto, a falta de uma articulação com a interseccionalidade de forma legítima foi se evidenciando ao longo das entrevistas. Não basta saber que mulheres negras são mais vitimadas, ter uma imagem estampada nas mídias e não mobilizar a rede nessa direção.

Enfim, a ênfase da educação crítica na pedagogia dialógica e o foco da interseccionalidade na relacionalidade tratam de um tema semelhante: navegar pelas diferenças é parte importante do desenvolvimento da

consciência crítica, tanto para indivíduos como para as formas de conhecimento (Collins; Bilge, 2020, p. 227-228).

Conforme bell hooks (2013) defende que todos/as somos convocados/as, independente do nosso lugar ocupado, a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais - que está incluída toda a sociedade - de modo que nossa forma de ensinar, viver e interagir com o outro possa refletir a diversidade. Sabemos que as implicações políticas são muitas vezes a barreira que não se quer passar, já que implicará no desarranjo da engrenagem que segue beneficiando poucos. Consequentemente, nas entrevistas aparece o destaque de uma ação pontual feita há quatro anos focalizando uma nova masculinidade.

3.3 “Mas é preciso prevenir, prevenir é enfrentar a cultura machista”: repercussão da campanha de Masculinidade Tóxica

No que se refere à “Masculinidade Tóxica”⁵⁷, subcategoria B, foi a campanha realizada em 2019 com o objetivo de sensibilizar a população para o combate à cultura machista, além de ter marcado os oito anos de existência da SPM-BA. Em entrevista, foi exposto que partiu de inquietações pessoais e de um debate que ainda estava circunscrito na universidade⁵⁸. “Então foi um esforço que nós fizemos para dar um tratamento publicitário entendível pela população do que representa, né? **Essa masculinidade tóxica que está na raiz da violência principalmente doméstica e familiar**” (Maria, 2022, grifo nosso).

Atualmente não existem muitas maneiras de avaliar o impacto das campanhas realizadas, principalmente por estarem em veículos diferentes. O alcance da televisão é considerado maior, contudo, “(...) a gente teve só umas duas campanhas na TV, geralmente são muito caras” (Sued, 2022). Mas, por exemplo, no outdoor só é possível estimar “(...) quantas pessoas por minuto vê, mas você não tem como avaliar” (*ibid*). Enquanto nas redes sociais é mais viável examinar essas informações.

(...) Já com essa coisa de rede social é mais fácil você ter o retorno. Eu me lembro que da Masculinidade Tóxica a equipe inteira, a gente teve que ficar sentado respondendo porque vinham comentários absurdos: “O governo da

⁵⁷ Diz respeito ao fato de o homem não só praticar ações nocivas e destrutivas consigo, com o outro ou com as coisas do mundo, como também considerar isso como normal e incentivar, propagar, defender ou manter tais práticas (...) Embora a noção de masculinidade hegemônica seja muito utilizada nos estudos científicos, a noção de masculinidade tóxica tem dominado a grande mídia nos últimos anos (Oliveira; Santos, 2022).

⁵⁸ Para melhor entendimento do tratamento de dispensado aos homens, consultar dissertação de Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira “ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: LACUNAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS” disponibilizada no Repositório da UFBA.

Bahia agora quer que todo mundo vire gay” e a gente tinha que responder a todos, não deixar ninguém sem resposta (Sued, 2022).

A entrevistada revela que por ser uma campanha grande com estratégias em vários meios, ecoou na equipe que precisava dar um retorno também aos inúmeros comentários na rede. Conquanto, traz como observação que os dados são mais quantitativos “(...) eu não diria nem que é um trabalho tão qualitativo porque as ferramentas não lhe dão (...) um impacto perceptivo, mas dá mais em cima de números (*ibid.*). A campanha sobre masculinidade apresentou resultados pelo que era ouvido nas ruas e nas redes sociais – tendo muitas pessoas que não apoiaram a ideia.

Segundo Michael Kimmel (2016, p. 99) “(...) A masculinidade não é uma manifestação de uma essência interna; é construída socialmente. A masculinidade não surge na nossa consciência através de nossa constituição biológica; mas é criada pela cultura”. Ou seja, possui sentidos variados em tempos distintos às diferentes pessoas. Logo, essas definições vão sendo materializadas no terreno em que as relações entre mulheres e homens acontecem e são historicamente mutáveis. Contudo, “(...) pensar o poder não de forma dominante senão pensá-lo como a capacidade de oferecer uma expressão própria aos indivíduos, criando diálogos e espaços nos quais seja possível transitar e os sujeitos possam se posicionar” (Vásquez, 2014, p. 73).

Como homens e mulheres são socializados/as para agirem e se comportarem de determinadas maneiras, existe uma psique que transforma tais valores em subjetividades, o que revela sua força para moldar suas condutas. Desse jeito, torna-se ainda mais complexa as relações assimétricas de poder, onde conforme o gênero/raça/classe, estão em pontos diferentes dentro da hierarquia social (Silva, 2019). As violências resultam dessa engrenagem política dentro da ordem patriarcal que também é racista, lgbtfóbica, etarista e outras. Por conseguinte, não cabe às mulheres o papel de cúmplices.

A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia (...) Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum (Saffioti, 2001, p. 119).

Figura 11 - Campanha com foco na masculinidade tóxica



Fonte: Site da Secretaria de Políticas para as Mulheres – BA (2019)⁵⁹

Até questionamento sobre o investimento financeiro na campanha aconteceu naquela época e desde o lançamento, naquele ano o termo masculinidade tóxica foi um dos mais pesquisados no Google. A escolha da Figura 9 parece não chegar verdadeiramente no homem, de modo que não explana como essa questão lhe faz algum mal. Traz também um reforço de que violência é apenas o palpável, o que deixa uma marca na pele ou aquilo que elimina (definitivamente) a vida das mulheres – a arma de fogo.

Cabe refletir que numa cultura dominante, a masculinidade que se define como homens cis brancos, de classe média, heterossexuais, jovens é a que determina os padrões para outros homens, contra os quais outros homens são avaliados e, permanentemente, são considerados insuficientes e/ou incapazes (Kimmel, 2016). A ordem patriarcal, não devemos ignorar que ganha mais força com o racismo e age na composição de um grupo social com um tipo de masculinidade bastante nociva para todos/as envolvidos/as nas relações sociais: a figura do macho (Saffioti, 1987).

Destarte, quando o homem domina nos contextos familiares, na política e na economia, bem como noutras instituições sociais, tanto em número como em poder, as políticas e as práticas dessas instituições incorporam, reproduzem e legitimam a dominação masculina sobre as mulheres (Yodanis, 2004 *apud* Dias; Cavalcanti, 2022, p. 183-184).

(...) uma coisa que está enquanto análise na academia que você consegue fazer ganhar um público maior, né? No entendimento de que quem se indigna com

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/06/2420/Campanha-com-foco-na-masculinidade-toxica-estimula-debate-nas-redes-sociais.html>>. Acesso em 12 de jan. 2023.

a violência contra as mulheres tem que também buscar a raiz dessa violência. Porque senão cê (*sic*) vai partir só para discutir, para aumentar o número de delegacias e aumentar o número de pessoas presas. Não é isso só, isso aí é importante porque violência contra as mulheres é crime. **Mas é preciso prevenir, prevenir é enfrentar a cultura machista** (Maria, 2022, grifo nosso).

Figura 12 - Mídia exterior da Campanha



Fonte: Prêmio Colunistas Norte e Nordeste (2019)⁶⁰

O site que estava inserido na mídia que ficava nas ruas de Salvador visava contribuir para que homens se permitissem viver uma nova masculinidade. Ao clicar, encontrava-se artigos, informações de utilidade pública e depoimentos em vídeos sobre o assunto. A alta repercussão se deu não apenas pelo tamanho da campanha “(...) a gente teve vídeos com exposição em televisão, ações em sites nacionais, então não só pela campanha que foi realmente

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.colunistas.com.br/anos/pc2019/nn/pc2019nn-tempo-ba-trabalhos-premiados.html>>. Acesso em 15 jan. 2023.

foi muito grande como o tema” (Sued, 2022). Traz que Respeita as Mina é bem acolhida no carnaval e tem uma boa resposta, mas não do jeito que foi com essa.

Para a entrevistada, os vídeos elaborados para exibição e peças de divulgação foram bem impactantes para o público. Acredita que por se direcionar aos homens, mexeu muito na subjetividade deles “(...) no sentido de que é difícil para quem tem uma parcela (...) dos homens perceberem quando você questiona essa masculinidade” (Sued, 2022). Tendo em vista que sempre foi vista como o repúdio da feminilidade, tendo sempre que se provar (Kimmel, 2016).

(...) é como se você estivesse questionando a própria masculinidade do homem [...] **porque campanhas de enfrentamento às violências contra as mulheres é como se fosse um consenso, até as pessoas mais conservadoras não vão se colocar contra** (...) No caso da masculinidade tóxica, eu acho que nunca talvez uma secretaria de estado fizesse se voltado pra esse tema e de uma maneira com aquela amplitude (Sued, 2022, grifo nosso).

O homem será considerado macho na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos. A educação de um verdadeiro macho inclui necessariamente a famosa ordem: “Homem (com H maiúsculo) não chora”. (...) (Saffioti, 1987, p. 25).

A exigência de que os homens a todo momento sejam racionais, práticos, brutos, sem expressão de emoções e desejo sexual sempre latente fazem a condução sob o signo da potência. Na discussão sobre violências, a premissa do macho que nos é apresentada se torna rígida como essa figura provedora, objetiva, onde desejos/vontades são impostos e não há espaço para vulnerabilidade ou fraqueza (Silva, 2019). “Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem” (Saffioti, 2015, p. 37).

O verdadeiro macho deve ser o chefe e provedor da casa, portanto não está preparado para lidar para as situações de desemprego ou de salário superior da companheira; também deve sempre estar apto para manter relações sexuais e não sabe lidar com a impotência ou a ausência de desejo (...) Dessa forma, é visível que a ideia de macho potente não é prejudicial apenas para as mulheres, mas para os próprios homens que desempenham esse modelo de masculinidade (Silva, 2019, p. 23).

Logo, devemos romper com a noção simplista de que o machismo favorece sempre os homens, como o que já se debateu até aqui. Estando ciente que o saldo negativo maior é nosso, observamos como as mulheres no cotidiano são privadas do desenvolvimento e uso da razão, tal qual, o exercício do poder – nas diversas áreas da vida. O que recebemos em oposição ao gênero masculino, é uma educação para desempenhar comportamentos dóceis, apaziguadores e acolhedores.

De acordo com a Psicologia Analítica Junguiana, *animus* e *anima* são condutores da consciência feminina e masculina presentes em todas as pessoas – independente do gênero – como formas simbólicas de percepção e comportamento. Embora, sejam constituintes um do outro, somos seres sociais impactados por uma cultura, a qual estimula o desequilíbrio que reflete a feminilidade no homem e a masculinidade na mulher como mal desenvolvidas (Hopcke, 2012). Ou seja, o ideal seria que ambos estivessem igualmente desenvolvidos psicologicamente.

A *anima* seria a simbologia do feminino, enquanto o *animus* do masculino e suas interações não deveriam se dar de formas extremadas – uma coisa ou outra. Portanto, se você avalia que na vida está muito rígida em uma polaridade (*anima/animus*) você precisaria compensar com a outra para integração das duas polaridades. Todavia, o contexto que vivemos incentiva o menino/homem a desenvolver animus, sem nenhum espaço para anima. Enquanto a menina/mulher experimenta o oposto (Jung, E., 2006).

As características atribuídas acabam sendo muito limitantes porque são acompanhadas dessa rigidez psíquica. Os homens com sua virilidade, agressivos e competitivos, enquanto as mulheres com suas fragilidades, passividades e complacentes. “Sua autonomia e falta de desenvolvimento usurpa, ou melhor, retém o pleno desabrochar de uma personalidade. (...) conscientizando-os, podemos convertê-los em pontes que nos conduzem ao inconsciente” (Jung, C., 1987, p. 86). Assim sendo, as pessoas que não entram em contato com essas polaridades opostas, acabam não vivenciando de forma legítima quem se é ou pode ser.

(...) Ou seja, o patriarcado, quando se trata da coletividade, apoia-se neste desequilíbrio resultante de um desenvolvimento desigual de animus e de anima e, simultaneamente, o produz. Como todas as pessoas são a história de suas relações sociais, pode-se afirmar, da perspectiva sociológica, que a implantação lenta e gradual da primazia masculina produziu o desequilíbrio entre animus e anima em homens e em mulheres, assim como resultou deste desequilíbrio (Saffioti, 2015, p. 39).

À vista disto, “(...) as forças que inscrevem o feminino no âmbito privado conservam tanta capacidade de se impor que autorizam dizer que a supremacia masculina nas organizações não está às vésperas do declínio” (Carneiro, 2014, p. 40). Ou seja, o debate ainda é embrionário da mulher que trabalha, que é mãe, que se preocupa com a educação dos filhos, mas também precisa estar em excelente forma física, com a decoração da casa e as novidades em tratamentos estéticos. Recaindo para nós a obrigação de ser antenada e apresentada de forma prazerosa ao homem, também reforçando a heterossexualidade compulsória (*ibid.*).

Considerando as representações como socialmente e culturalmente fabricadas e compartilhadas dentro de um contexto histórico característico, são compostas a partir da experiência, das informações e dos modelos de pensamento recebidos, os quais são transmitidos e construídos por meio da tradição, da educação, da mídia, da vida cotidiana (Cruz, 2008). Na referida campanha, não encontrei no site da secretaria outras imagens veiculadas, mas no Twitter foi postada a Figura 12 sobre violência verbal/psicológica e a Figura 13 sobre violência física.

Figura 13 - Antes do grito, o machismo



Fonte: Twitter da Secretaria de Políticas para as Mulheres – BA (2019)⁶¹

Figura 14 - Antes do tapa, o machismo



⁶¹ Disponível em: <<https://twitter.com/spmbahia/status/1129718277746221057?lang=gu>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

Fonte: Twitter da Secretaria de Políticas para as Mulheres – BA (2019)⁶²

Diferente da Figura 11 em que aparece a imagem de um homem, as outras peças são com sombras e não possuem uma “cara”. Nesse ponto, caberia analisar qual o efeito de não ter a personificação de homens, no plural, indo contra o mote de masculinidade no singular que a secretaria e governo do Estado trouxeram. Conseqüentemente a associação direta com a palavra “tóxica” pode causar o efeito contrário de educar ou informar sobre o tema. Se a campanha foi direcionada para homens, isso deveria ser avaliado como provável resistência do gênero.

A definição hegemônica de masculinidade revela um homem no/com/de poder. Conduzindo para um lugar de igualdade, onde implica o ser forte, vencedor, capaz, confiável, e em controle – sendo isso no Brasil o retrato da branquitude. Precisando compreender que as definições de masculinidade construídas em nossa cultura mantêm o poder que alguns homens possuem sobre outros homens e que os homens possuem sobre as mulheres (Kimmel, 2016).

Por fim, mesmo com os comentários aversivos que a ação despertou, as entrevistadas reiteraram o saldo positivo. Teve o tema sendo explorado em outros espaços e iniciativas como no Quem Ama Abraça, além das outras que foram mencionadas anteriormente por uma agente institucional. Além disso, a campanha ganhou vários prêmios no ano em que foi lançada.

(...) naqueles vídeos de 30 segundos, 1 minuto você consegue materializar principalmente com o público mais jovem, esse público do Ensino Médio, esses alunos das escolas públicas (...) o retorno foi muito positivo (...) as ações aqui de formações pra Ronda (...) **Acadepol - Academia de Polícia, é um universo muito machista (...) é uma corporação extremante machista, é um ambiente áspero, difícil** (...) então foi uma, acho que bem positiva essa campanha (Sued, 2022, grifo nosso).

Outro elemento que ganhou destaque durante a pesquisa foi que no Google Imagens, a peça da campanha que traz uma mulher negra não estava disponível no site da SPM-BA, nem no Twitter (como o exemplo ilustrado). A Figura 14 foi publicada em um portal de notícias descrito como jornal antirracista feito por profissionais, estudantes e comunicadores negros/as. O uso dos marcos interseccionais para rever a desigualdade social existente, vai requisitar uma metodologia mais participativa e democrática (Collins; Bilge, 2020). Conseqüentemente, não só usar a imagem ou informar que mulheres negras são mais vitimadas na Bahia – e no Brasil.

⁶² Disponível em: < <https://twitter.com/spmbahia/status/1129050066264690691> > . Acesso em 05 fev. 2023.

Figura 15 - Antes do controle, o machismo



Fonte: Site Notícia Preta (2019)⁶³

Diante da enorme repercussão que a campanha obteve surgiu a inquietação de como fazer com que outras ganhem a mesma proporção, já que é inevitável o debate público do tema. O que falta, segundo Sued (2022, grifo nosso) “**Recursos, porque as campanhas são caras.** Então aí realmente é recurso, é orçamento para tal (...) campanhas mais caras não são recursos nossos, é da SECOM”. Isto significa que a secretaria vai em busca de outros recursos para executar grandes propostas.

“(...) A gente vai com o pires não mão e corre atrás, vai lá na SECOM. A gente vai, conversa, porque essa da masculinidade tóxica a gente não teria a menor condição de fazer uma campanha daquele tamanho. E aí basicamente é recurso” (*ibid.*). Tendo em vista o que foi citado, é válido ressaltar que o orçamento público é um instrumento obrigatório da administração dos recursos públicos. Com as equipes técnicas dos governos (federal, estadual e municipal) elaborando (Pernambuco, 2008).

Nos textos elaborados para a campanha, podemos dimensionar que as mulheres estavam e ainda estão às margens do mundo masculino, contudo, ainda é possível alterar esses lugares. “As mulheres podem devorar a cultura machista, mas para lutar contra ela. Conhece-la tão de perto e transformá-la para que a mulher tenha seu espaço no mundo” (Vásquez, 2014, p. 70). À vista disso, deve-se contestar o poder como vertical para pensa-lo como horizontal, abrindo a possibilidade de suscitar lugares de enunciação de subjetividades individuais.

⁶³ Disponível em: < <https://noticiapreta.com.br/masculinidade-toxica-e-discutida-nas-comunidades-de-salvador/>>. Acesso em 12 jan. 2023.

3.3 “A Secretaria é muito solícita, mas dentro da realidade dela”: atuação numa cidade do interior

A discussão da subcategoria C, Atuação no interior do estado, buscou entender como que a SPM-BA leva as campanhas e ações para fora da capital, tendo em vista que na sua missão está incluída articulação e execução em toda Bahia. Na entrevista é assumido “(...) não chegam realmente em todo o interior da Bahia, nos 417 municípios” (Sued, 2022) sobretudo pelos altos custos. Em momentos mais pontuais do ano, existe um alcance maior na rede, como por exemplo no período de 21 dias de ativismo e festas - São João, por exemplo -, além de recorrer às rádios no período do carnaval.

Figura 16 - São João da Bahia, Respeita as Mina



Fonte: Site da SPM-BA (2019)⁶⁴

A campanha de sensibilização nessa época do ano chega a alguns interiores que celebram a tradição do São João. A Figura 15 corresponde ao ano de 2019 em que a equipe instalou uma Unidade Móvel para orientações – dois dias em Cruz das Almas e um dia em Santo Antônio de Jesus. Na mesma proporção que em 2022, a ação ocorreu nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Irecê, todavia, em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Santo Antônio de Jesus e com o Centro de Referência no Atendimento à Mulher (CRAM) de Irecê.

⁶⁴ Disponível em: < <http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/06/2462/SAO-JOAO-RESPEITA-AS-MINA-Forro-com-atraco-es-femininas-e-campanha-de-sensibilizacao.html>>. Acesso em 18 jan. 2023.

Figura 17 - Unidades Móveis da SPM-BA oferecem orientação às mulheres no São João



Fonte: Site da SPM-BA (2022)⁶⁵

O fenômeno das violências nos interiores não está restrito às festas de rua, portanto, apesar da importância de uma mobilização maior nas ruas em cenários que talvez alcance mais pessoas, o trabalho deve ir bem além. “Isso é uma coisa mais difícil, mas por exemplo, a gente é, fez um, o projeto Margaridas que discute com as trabalhadoras rurais (Maria, 2022). Foi realizado junto com o governo federal e de acordo com o site, a última ação ocorreu em 2017.

O intuito do projeto era beneficiar trabalhadoras rurais com informações e conhecimentos que coíbam a violência e conduzam para a autonomia econômica. Segundo Maria (2022, grifo nosso) “(...) deu para gente dimensionar (...) **o impacto muitas vezes não é o resultado em si, é o impacto que aquilo causou**”. Trazendo que muitas iniciativas da secretaria fornecem indicadores da avaliação do território e neste foi possível pelo recurso federal investido. “(...) teve um projeto com marisqueiras e você tinha indicadores de avaliação de como o projeto se efetivou” (*ibid.*).

(...) são muitos projetos, mas como você tem o retorno do impacto, eu fico mais preocupada com o impacto que propriamente de um fator objetivo “Ah, não consegui um lucro ali”, mas assim a gente tem usado isso. **Não temos pernas pra fazer a avaliação de todo os projetos, alguns que a gente considera mais fundamentais a gente inclui os indicadores de avaliação** (MARIA, 2022, grifo nosso).

Exemplifica que incluíram nos editais tais indicadores não só para escolha de qual organização social será contemplada, como também após efetivação (quais foram os impactos

⁶⁵ Disponível em: < <http://www.mulheres.ba.gov.br/2022/06/3624/Unidades-Moveis-da-SPM-BA-oferecem-orientacao-as-mulheres-no-Sao-Joao-de-Santo-Antonio-de-Jesus-e-Irece.html>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

na comunidade). No tocante às Unidades Móveis “eu acho que consegue até porque é uma questão de sobrevivência, por exemplo num impacto, numa avaliação que nós tivemos a gente viu que muitas mulheres tinham vergonha de entrar (...) (Maria, 2022). Já que em cidades muito pequenas, a exposição de quem entra ou sai é inevitável.

(...) a gente bolou outro esquema que é de fazer palestra pra todas as mulheres e às vezes até tirar carteira de identidade, faz com serviços de cidadania, pra criar uma situação ali que vai uma lá e entra, e não fica tão ostensivo a entrada. **Porque o município, o povoado é muito pequenininho e fica todo mundo sabendo quem foi, quem não foi.** Sujeito inclusive a mulher ser agredida pelo próprio agressor “O que é que você tava fazendo lá?” (Maria, 2022, grifo nosso).

Outras maneiras de aplicação da política pública nas cidades do estado são através das formações ofertadas pela equipe, seja as que tenham CRAM ou no Quem Ama, Abraça – Fazendo Escola. Algumas participações em rádios locais também fazem parte da aproximação com a população e as Caravanas que foram interrompidas no primeiro semestre de 2020 por causa contexto pandêmico⁶⁶. Iniciou em 2016 e conta com a parceria do Instituto Avon e apoio da ONU Mulheres e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM).

(...) passaram também a chamar as Caravanas Respeita as Mina são oficinas em que você reúne a rede de enfrentamento a violências dos municípios (...) com juventude, alunos de escolas (...) representantes da secretaria da Polícia, da Delegacia, se tiver Defensoria, se tiver Ministério Público, se tiver CRAM, quando não tem, o CRAS ou CREAS. Então todos esses órgãos que compõem a rede de atenção se reúnem para as oficinas (...) (Sued, 2022).

Eu diria que elas são de extrema relevância, porque nós recebemos tanto um suporte de aprendizagem (...) antes de passar uma campanha, **eles** fazem. Nesse período de pandemia tem sido através de lives, enfim, contato digital. Mas anteriormente a gente tinha um contato mais presencial. Então assim, **eles** passam pra gente toda essa campanha, nós temos eu diria, um laço (...) onde **eles** têm um contato com a gente sempre (Gal, 2022, grifo nosso).

A entrevistada que atua em um CRAM que fica há 180km da capital, traz em sua fala uma boa relação com a secretaria e campanhas executadas. Ressalta “(...) A comunicação com **eles** flui tranquilamente. Qualquer coisa que a gente solicita, a gente pode está conversando” (Gal, 2022, grifo nosso). Ademais, tem a SPM como um órgão fiscalizador porque estão sempre fornecendo informações e são da mesma política, como recebem outras maneiras de apoio na sua gestão.

(...) por exemplo, o carro do CRAM que nós temos foi uma doação através da SPM. Então assim, eles não só participam através das campanhas que **eles**

⁶⁶ Em 2021 foi assinado um termo de compromisso, oriundo de uma emenda parlamentar pelo mandato da deputada Alice Portugal, tendo o projeto mantido para retorno quando a crise sanitária estivesse controlada. Disponível em: < <http://www.mulheres.ba.gov.br/2021/01/3036/Termo-de-Cooperacao-vai-garantir-realizacao-das-Caravanas-Respeita-as-Mina.html>> Acesso em 16 jan. 2023.

divulgam, **eles** nos fornecem materiais, como também toda essa questão estrutural da rede (Gal, 2022, grifo nosso).

Todavia, a relação com a SPM-BA se deu por volta de maio de 2021 e a representante confessar não ter conhecimento até sua apresentação num encontro em outra cidade do interior – com maior estrutura. Diante da ponte que foi feita pela rede, passa a integrar grupos não só da secretaria como dos CRAMs nacionais e estaduais. “(...) eu fui apresentada a SPM, **eu não tinha conhecimento da SPM**” (Gal, 2022, grifo nosso) um fato que desperta atenção, levando em conta o decênio de criação da política na Bahia.

Com o impacto da crise sanitária, as capacitações retomaram em março de 2022 e a equipe dessa cidade passou por três dias desse processo com orientação de atendimento para equipe geral – de recepcionista a coordenação. A proximidade com a capital pode favorecer a relação estreita que esse serviço possui, contudo, o despreparo para ocupar certas posições, gera inquietações “(...) e assim, nunca recebi um não como resposta. Em março, nós tivemos uma capacitação porque como eu disse, nós entramos em fevereiro **e até então não tínhamos muito conhecimento sobre essa questão da rede**” (Gal, 2022, grifo nosso).

Figura 18 - Material da SPM-BA no CRAM (interior)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Os materiais confeccionados são entregues e ficam acessíveis ao público no ambiente do serviço (Figura 17). Enquanto no Agosto Lilás⁶⁷ de 2022 foi solicitado o Quem Ama, Abraça

⁶⁷ Uma campanha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, instituída por meio da Lei Estadual nº 4.969/2016.

- Fazendo Escola: dignidade menstrual que precisou acontecer no início e fim do mês devido a carga horária da equipe/atividade. Reitera Gal (2022, grifo nosso) “(...) como eu disse, **eles** cumprem certinho”, sem considerar de forma mais ampla os outros interiores que não recebem essa mesma assistência.

(...) solicitei a unidade móvel do CRAM que é um ônibus onde ele sai visitando as comunidades rurais. Porque assim, a violência doméstica ela ainda é um pouco... distante na zona rural no sentido de que assim, nossos atendimentos, a gente vê um percentual grande das que são da zona urbana com o diferencial da zona rural. (...) como estou dizendo, na minha experiência a SPM tem um alcance sim nos interiores (...) já tive contato com **eles** diversas vezes, seja por solicitação de movimentos sociais, seja por solicitação do CRAM. Então assim, sempre há um contato com **eles** (Gal, 2022, grifo nosso).

De acordo com a entrevistada Sued (2022), pela Bahia ser um grande estado e não ter recursos suficientes, gera impacto negativo no alcance das ações citadas durante a dissertação. Explanando que a rádio é um veículo de comunicação bastante usado como ferramenta de articulação. “(...) **felizmente ou infelizmente a Bahia é muito grande** então a forma da gente chegar com essas campanhas é também tentando entrevistas o que a gente faz sempre, rádio para o interior, para que a gente possa falar (*ibid.*, grifo nosso).

Por conseguinte, a percepção da dificuldade de chegar em cidades distantes de Salvador se resume ao recurso financeiro. Vale ressaltar que o orçamento é um espelho da vida política de uma comunidade, por refletir os interesses a partir dos gastos/receitas e expondo as prioridades. No que concerne à dimensão estratégica, é um instrumento vital para efetivação dos direitos sociais. À vista disso, mesmo com a institucionalização nem sempre são auxiliadas por um volume de recursos orçamentários que acarrete a realização de suas ações e o alcance de seus objetivos (Araújo, 2018).

(...) você ter recurso para fazer porque pra você chegar no interior tem que ser via rádio digamos assim, você tem um estado desse tamanho, não tem como levar outdoor. **Você vai restringir as principais cidades, né?** (...) a questão principal é orçamento porque as campanhas são caras (...) a gente faz em média umas 100 rádios e você tem que escolher no território de identidade algumas rádios porque não dá pra fazer em todas. O que a gente tenta sempre é toda semana tentando divulgar em entrevistas, falar do tema, mas o principal entrave é recurso (Sued, 2022, grifo nosso).

Conforme exposto anteriormente, parece que o fortalecimento do orçamento próprio da SPM é imprescindível para ampliação da capacidade de articulação da Secretaria no processo de coordenação, negociação e colaboração com outros órgãos e entidades da administração pública. Portanto, a distribuição dos recursos recolhidos é uma decisão inerentemente política. Um dos desafios enfrentados pela gestão é resultado do desmonte do último governo, com a

ministra Damares Alves que agrupada aos sistemas opressivos, mostrou na sua atuação “(...) que não basta ser mulher (e política) para se ter consciência e lutar contra as posições alinhavadas ao patriarcado-colonialismo-capitalismo instaladas nos diferentes âmbitos sociais, em especial, no poder público” (Carvalho; Furlan, 2022).⁶⁸

(...) porque é preciso mais recursos públicos para esse grande desafio que a gente tem da equidade de gênero, eu tô falando da equidade porque se eu falar mais mulheres na política é uma questão de equidade. Nós precisamos de um projeto que aborde e estimule, faça a dinamização indutora de mais mulheres na política, né? (...) As mulheres conquistaram o direito de votar, são maioria do eleitorado (...) **Não é só ser candidata, é ser candidata e ser votada. É ganhar a eleição.** Porque se você é candidata e se você não tem recursos, você não consegue garantir efetivamente o seu direito de ser votada nos marcos atuais das campanhas eleitorais no Brasil (Maria, 2022, grifo nosso).

O orçamento é, em sua perspectiva política, um reflexo da correlação de forças sociais, dos interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos e da importância, em termos financeiros, de cada política pública em um determinado contexto histórico da conjuntura econômica, social e política do país, mensurados por meio da alocação de recursos (Araújo, 2018, p. 28).

De acordo com as entrevistas, sem políticas sistêmicas a atuação da SPM-BA fica bem restrita e não alcança as cidades que estão situadas mais distante da capital. “As políticas, elas são no geral, fatores indutores, né? Para transformar a realidade. **Não são propriamente a transformação, são fatores de indução para transformar a realidade**” (Maria, 2022, grifo nosso). Todavia, observando os avanços que movimentos feministas possibilitaram, torna-se inegável ver nas políticas públicas uma via para alterar a realidade que vivemos.

Levando em consideração que a história da democracia recente no Brasil é composta de constantes ameaças por atitudes conservadoras e autoritárias, as quais nos últimos anos afetaram consideravelmente grupos de mulheres ao se configurarem álibis nas construções de retaliações às lutas pelos direitos civis e sociais (Carvalho; Furlan, 2022). No governo Bolsonaro não aconteceu união em todas as instâncias para combater e/ou prevenir o fenômeno pesquisado, e cada estado se responsabilizou por isso “Colocaria que a questão dos recursos é uma coisa decisiva (...) estado que consegue fazer faz, quem não consegue não faz porque não tem mais política pública” (Maria, 2022).

Como é que uma política dessa desaparece, né? Como é que a política de creche desaparece completamente que é fundamental para você fazer autonomia econômica das mulheres? (...) creche e escola em tempo integral é fundamental porque as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo

⁶⁸Ver artigo “A (RE) INVENÇÃO DA MULHER POLÍTICA SUBMISSA: GÊNERO E SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA NA ERA BOLSONARO” na Revista Feminismos.

cuidado. Deve mudar mas para mudar tem que ter um suporte porque alguém tem que cuidar, né? Das pessoas. Dos filhos/filhas, das pessoas doentes (*ibid.*).

“As medidas concretas para efetivar o princípio da equidade de gênero são as políticas e ações afirmativas” (Lisboa; Manfrini, 2005, p. 70). Isto posto, com a falta de ações chegando ao interior do estado, precisa-se tencionar a atuação para além do tópico orçamentário. Apesar do reconhecimento da educação na composição de campanhas, da formação e qualificação das equipes na rede, a lacuna ainda é muito profunda. Mesmo aquelas que ganharam maior repercussão midiática não chegaram em cidades menores, por exemplo.

Com relação a Masculinidade Tóxica, segundo Gal, 2022 “(...) não fizemos essa campanha, mas recebemos informação dela. Não recebemos material dela, mas durante a capacitação, algumas lives, passaram informação a respeito dela”. Chega no interior que a SPM ficou muito satisfeita com o resultado alcançado, contudo, uma cidade que fica aproximadamente 180km da capital não foi auxiliada naquele ano. Ademais, outras campanhas parecem também não chegar, somente as solicitações do CRAM para alguma atividade de ações existentes na Secretaria.

Ora, no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina estará ameaçada. E com ela estarão também ameaçados o duplo padrão de moral que alimenta a família burguesa, a própria família, o domínio dos poderosos. O mesmo pode ser dito com relação à discriminação contra negros (Saffioti, 1987, p. 7).

Tal reflexão não chegou a uma cidade que ainda se configura muito nos papéis rígidos de gênero. Ou seja, a subordinação das mulheres aos homens ainda não se compreende de maneira crítica e análises das relações construídas entre as classes sociais, articuladas ao racismo, capacitismo e outras formas de opressão recebem muita resistência da comunidade. Ao mesmo tempo, nenhuma delas opera autonomamente, segundo Heleieth Saffioti (1987, p. 61) “(...) se o patriarcado fosse regido por leis específicas, independentemente das leis capitalistas, o homem continuaria a ser o único provedor das necessidades da família, não havendo mulher trabalhando remuneradamente”.

A entrevistada Gal relata que foi observado no serviço que nos períodos de festa as assistidas deixam de buscar o CRAM e março é um mês movimentado – sobretudo por causa do carnaval. Na pandemia os atendimentos reduziram consideravelmente e o atendimento era individualizado e agendado. Atualmente o cenário já se normalizou no Centro “(...) temos um

fluxo de atendimento, diria, **não diria bom porque a gente não queria que tivesse atendimento, né? Mas há uma intensidade**” (Gal, 2022, grifo nosso).

Como foi citado, a crise sanitária virtualizou muitos procedimentos e a relação com a SPM passou a ser através de lives “(...) tanto de apresentação de campanha, como de orientação (...) ou também de reuniões com os CRAMs (...) sempre houve essa preocupação de saber como que estava o atendimento (...) querer a gente mais próximo **deles**.” (Gal, 2022, grifo nosso). Entretanto, ao ser questionada sobre o desafio do serviço no momento presente, mais uma vez se repete o aspecto financeiro.

Consequentemente, o orçamento deixa de ser uma peça contábil e efetua-se como um aparato de gestão da administração pública, agindo como programa de trabalho para os exercícios seguintes (Giacomoni, 2017). A maior dificuldade que nós enfrentamos a frente da unidade é porque o CRAM não possui renda, não há dinheiro destinado a manutenção do equipamento (...) nos mantém de fonte 00, através da prefeitura municipal, da assistência social” (Gal, 2022). Reforçando o discurso da SPM que é a secretaria com menor investimento “(...) **a Secretaria é muito solícita, mas dentro da realidade dela**” (*ibid.*, grifo nosso).

Apesar de cumprir o ciclo de legislação, parece não haver um preparo para assumir a coordenação de um Centro de Referência. Além de não saber da existência da Secretaria até pouco tempo atrás, refere-se no masculino quando menciona a equipe que é composta majoritariamente por mulheres. O uso do grifo em suas falas foi intencional para chamar atenção em como a universalização do masculino ainda é uma constante na realidade brasileira. Reiterando que “(...) o poder do macho está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos” (Saffioti, 1987, p. 16).

Outro ponto analisado, é ter no discurso a surpresa com o fenômeno, como se fossem casos isolados na cidade e não tivessem tanta expressividade – seja na zona rural ou urbana. Quando passa a integrar a equipe “(...) **eu tomei um susto, comecei me sensibilizar porque é impossível não se sensibilizar, não abraçar a causa**” (Gal, 2022, grifo nosso). Revelando que a maior parte das denúncias que chegam no CICOM⁶⁹ da Polícia Civil se trata de violências

⁶⁹ Centro Integrado de Comunicação que tem capacidade de atendimento, despacho e monitoramento.

contra as mulheres. **“Então pra quem imaginava que não tinha violência ou então que tinham poucos casos, foi um choque”** (*ibid.*, grifo nosso).

A formação contínua precisa seguir como objetivo dentro do serviço – que em composto somente de mulheres – por entender que também podemos reproduzir machismo e outras vias de opressão. Ofertar acolhimento e assistência requer atuação em rede, então requer ampliação dessa ponte que foi feita com a SPM para mais interiores baianos. Com a integração e união coletiva das agendas, pode-se alcançar um número maior de pessoas que ainda não estão conscientes que as violências contra as mulheres é um grave problema de saúde pública e violação dos Direitos Humanos.

Certamente carece de investigação sobre outras cidades, partindo do pressuposto que o estado possui mais de 400 cidades. O contato com um interior próximo de Salvador já deu pistas de como a visibilidade das ações midiáticas não transcende os veículos soteropolitanos. A entrevistada constata na sua vivência “(...) acha que não tem necessidade de falar, que é um assunto polêmico. As pessoas ainda se sentem incomodadas quando a gente fala sobre violência, principalmente homens. Ou o homem vai gostar de ouvir, ou vai se incomodar”. Por conseguinte, aquelas ainda mais distantes ou que não possuem um Centro de Referência de Atendimento à Mulher devem experimentar realidades ainda mais complexas.

Em janeiro, foi publicado que a Bahia registrou nove feminicídios por mês em 2022, conforme os dados da SSP. Como também aumentaram quase 23% no em comparação a 2021 - foram de 88 para 108. Em decorrência disto, buscando prevenir mais crimes em 2023, a Secretaria reativou duas unidades móveis de atendimento a vítimas que percorreram o estado nos próximos 100 dias. (SPM-BA, 2023). Não se divulgou as cidades, mas certamente há casos no interior e me ocorre indagar: o que é feito na cidade pela Secretaria quando uma situação como essa acontece?

3.5 “Não tem como você se acostumar, não acostuma nunca com isso”: experiências além da técnica

Diante do exposto até aqui, percebemos que mesmo com todos os esforços dos movimentos de mulheres e de feministas, ainda se pavimenta um longo caminho. A incidência das violências contra as mulheres no Brasil é excessivamente alta, tendo números absolutos revelando maior desigualdade na intersecção entre raça e gênero na mortalidade feminina (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021). Ou seja, “a democracia brasileira não tem sido

capaz de superar a forte resistência existente na sociedade no que concerne ao reconhecimento dos direitos humanos das mulheres” (Barsted, 2016, p. 37).

Pois, se de um lado há um esforço para a efetivação da lei com a instalação de delegacias, juzizados, centros de referência, casas de abrigo – uma rede de atendimento –, de outro se revelam resistências e iniciativas provenientes do mesmo poder judiciário, de setores conservadores dos governos e da sociedade e de membros do congresso nacional que a colocam em risco (Negrão, 2016, p. 110-111).

Portanto, a atuação na rede de prevenção e enfrentamento que muitas vezes tem sua maioria de mulheres, pode ser um trabalho desafiador emocionalmente. Partindo do ponto que somos afetadas do mesmo modo que afetamos aquelas que serão assistidas e/ou acolhidas por uma equipe – que deveria ser sempre especializada. Estar nessa posição, para Sued (2022) “Em parte é gratificante porque você de certa forma se sente contribuindo, no sentido de divulgar, para educar um maior número de mulheres para que também tomem consciência”.

Assim sendo, é necessário compreender que para além de técnicas ou teorias, existe na relação diária fatores subjetivos que se apresentam com cada caso, história e/ou notícia. Declara Maria (2022, grifo nosso) “**Você está a serviço da política pública, então não dá para ter uma visão tecnicista somente.** É preciso ter uma visão também da finalística daquela área”. Também ressaltando que mulheres nesses espaços, estão ocupando lugares de decisão importantes que antes não eram nem pensados.

Eu acho que todas as mulheres que ocupam espaços de decisão sempre estão submetidas de uma forma ou de outra a agressões, a inconformidades nessa área de desigualdade de gênero (...) e outros mecanismos de que se traduzem numa visão patriarcal machista mais refinada que envolve outros espaços de valorização, de propostas (...) também como é que vai desvalorizar a proposta de uma pessoa que está na área, de uma secretária que está numa área específica dela, mas isso acontece (Maria, 2022, grifo nosso).

Conquanto, os feminismos também são parte da construção de um trabalho que visa defender, apoiar e proteger as mulheres. Sendo parte dos movimentos sociais que ganha corporificação na política pública diariamente. Logo, caberia como um fator de fundamental importância para essa atuação na Bahia “(...) que entenda que uma noção dessa questão do feminismo” (Maria, 2022). Mas o impacto que se tem ao lidar com a problemática, é algo inegável, principalmente para as entrevistadas.

Eu tomei um choque de realidade, quando eu entrei na unidade, pelo serviço ser pouco falado, pouco divulgado, eu achei que não tinha casos de violência. Claro que seriam assim, esporádicos, raros casos de violência contra a mulher que a gente vê muito na televisão e acha que está lá. Então quando eu assumi

o CRAM, eu disse **Nada, deve ser pouca coisa, atendimento psicológico, enfim** (Gal, 2022, grifo nosso).

Também sobre a questão do feminismo (...) hoje são questões que me interessam muito, não só porque eu vim trabalhar aqui, mas reforçou ainda mais essa necessidade de estudar mais sobre as questões de gênero e etc. Então tem o lado de gratificação de você saber que você tá contribuindo pra orientar, por meio do seu trabalho (...) **você tá possibilitando a outras mulheres ter acesso aquelas informações que talvez não tivessem, se não tivessem uma campanha numa linguagem simples que falassem diretamente com elas**” (Sued, 2022, grifo nosso).

Segundo Maria João Silverinha (2004, p. 9) “Os meios de comunicação de massa são um dos lugares políticos e sociais de construção das identidades. A partir deles constroem-se definições e ideologias de distintos grupos etários, étnicos, de cultura, de classe e de sexo”. Desta forma, demonstrando um campo que precisa ser explorado não só pela SPM-BA, mas também pelos CRAMs.

Como mulher isso me torna mais ainda sensível (...) porque não tem como se alguém vai lá e chama uma mulher de vagabunda como é que você não se sente atingida? **Agride uma mulher e você própria se sente atingida** (...) há também um impacto grande, não só da violência (...) nós estamos num mundo onde desigualdade de gênero está presente (Maria, 2022, grifo nosso).

Eu canso de repetir aqui, eu não sabia que fui vítima de violência psicológica, patrimonial. Eu não tinha esse, esse discernimento com 20/30 anos (...) tem essa importância de um lado, é gratificante você poder abordar questões tão importantes para nós mulheres (Sued, 2022, grifo nosso).

E aí eu tomei um susto, comecei me sensibilizar, porque é impossível não se sensibilizar, não abraçar a causa (...) Tento estreitar os laços e me colocar no lugar do outro, a gente ouve muito julgamentos sobre a vítima, mas a gente esquece de analisar que por trás daquela permissividade dentro do relacionamento, há uma série de fatores que fazem com que elas mantenham aquele relacionamento (Gal, 2022, grifo nosso).

A proporção da violência como um problema de saúde pública crítico relacionado com padrões culturais ainda em disputa no campo político e das políticas públicas, sem privar mesmo aquelas que estão em espaços de maior vantagem ou privilégio. Outrossim, segue recebendo bases de legitimidade na população que corrobora (Negrão, 2016). Nas entrevistas pude perceber como os atravessamentos são singulares e coletivos simultaneamente, com a intensidade “(...) muito mais de perto, pessoalmente, fisicamente” (Maria, 2022).

(...) às vezes sinto um desafio muito grande, não é fácil (...) porque você sente na pele a questão da violência contra as mulheres (...) e o corpo fala (...) **não tem como você se acostumar, não acostuma nunca com isso.** Outras

peessoas naturalizam isso mas quem tá nessa área, quem é uma mulher nessa área, não tem como naturalizar (*ibid.*, grifo nosso).

A realidade é que existe a violência. Como o tema da nossa campanha desse ano escolhemos **O silêncio mata** porque dentro da unidade eu percebi que quando o silêncio não mata psicologicamente, ele mata fisicamente. Nós percebemos que a mulher **mesmo sendo a vítima, ela sempre entende que ela é a culpada** (Gal, 2022, grifo nosso).

(...) de certa forma uma frustração por você também ter a dimensão do que é a violência contra as mulheres, né? (...) dessa epidemia mesmo que não só do Brasil, mas do mundo. Quando você toma a dimensão disso, do quanto o machismo patriarcal é incrustado na sociedade, de quanto isso afeta as relações, do quanto já afetou as suas relações pessoais (...) você também se entristece, mas ao mesmo tempo (...) **quanto mais você tem conhecimento e você reflete, você estuda e você lê, você se empodera e você vai se livrando dessas permissividades que você teve antes**. Então é uma coisa meio que dúbia (Sued, 2022, grifo nosso).

A dúvida provocada traz em si as conquistas e ações bem executadas com um saldo positivo para seguir lutando em prol desse compromisso social e inegociável no momento político que vivenciamos. “(...) eu sinto contentamento é algo que me entusiasma (...) não é um compromisso burocrático, é algo que me motiva também, **porque você tem que ter muita mobilização para não se encolher**” (Maria, 2022, grifo nosso). A entrevistada ressalta “por estar conseguindo concretizar coisas que você pensa, que você acredita, é um misto assim, como tudo na vida né?” (*ibid.*, 2022).

No percurso das entrevistas, ao deixar esse questionamento para o final, pude notar como a reflexão está em constante elaboração para Maria, Sued e Gal. Lidar com os próprios aspectos subjetivos pode ser um desafio considerado à parte quando se atua com mulheres violentadas, contudo, não se pode esquecer de que elas são construídas para elas. Ou seja, nos deparamos cotidianamente com contextos que tocam em feridas e mobilizam afetos importantes nas nossas vivências como mulheres.

O olhar humanizado para quem faz a rede de enfrentamento, acolhimento e atendimento precisa passar pelo gênero e outros marcadores sociais. Consequentemente, levando em consideração que a saúde de quem ocupa esses espaços e muitas vezes está na linha de frente, não pode ser negligenciada. Se independe do lugar que se atua, da posição dentro do dispositivo ou da política pública, também somos e seremos afetadas pelo cenário que esse fenômeno multifacetado determina.

*Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma mas não sou só*

Sued Nunes - Povoada

4. NA CONTRAMÃO DAS VIOLÊNCIAS: QUANDO A ESPERANÇA VIRA VERBO

Andar na contramão das violências contra as mulheres é não pactuar com a naturalização do fenômeno que se retroalimenta de forma brutal na Bahia e no Brasil. É defender que são construções educativas que podem eficazmente transformar a realidade que vivemos. Portanto, apostar que a prevenção das violências pode encontrar nas campanhas publicitário-midiáticas, um terreno fértil e frutífero, de acordo com os avanços das mídias e suas relações no cotidiano.

Esta pesquisa surge a partir das inquietações de como os veículos estão comunicando as violências de mulheres e meninas através de campanhas publicitário-midiáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Sendo possível perceber que se as questões de gênero ainda não são contempladas eficazmente para redução de desigualdades, além da perspectiva racial e de outras matrizes de opressão ainda serem muito subalternizadas em nosso território. A responsabilização das/dos agentes institucionais e da rede de enfrentamento para superação das assimetrias deve estar nas variadas esferas de governo e entre elas.

Na construção das peças publicitárias e ações que serão expostas nos diferentes meios de comunicação, há uma exigência de que a consideração da multiplicidade dos processos de socialização, cujas consequências fazem parte das nossas vidas, esteja contemplada. Portanto, os conflitos e negociações integradas nas relações interpessoais também ecoam internamente, revelando que também inclui a dimensão da subjetividade. O ponto de vista dos grupos oprimidos deve estar como epicentro de qualquer ato político, em suma de qualquer estratégia de instituição e gestão das políticas públicas (Bandeira; Almeida, 2013).

Abordar as formas de representação das mulheres nos diversos espaços, com caracterizações generalizadas ou superficiais, precisa seguir como uma preocupação feminista para contrapor os estereótipos e universalização de um modelo cis, branco e heterossexual do gênero. Levando em conta que a feminilidade e a masculinidade são determinadas pela cultura e um dos locais dessa construção social é, fundamentalmente a mídia, que apresenta imagens, práticas e atitudes nas quais aprendemos a nos encaixar (Silveirinha, 2004).

Em vista disso, devemos contrapor retratos que sejam simplistas ou reprodutores de opressão, para elaboração de formas mais abrangentes e engajadas. Assim, teremos a garantia

de ação integrada entre as instâncias governamentais e midiáticas, amplificando a eficácia das campanhas, como também assegurando um olhar democrático e inclusivo sobre o fenômeno das violências. Sem ignorar a operacionalização da lógica excludente que experimentamos com o patriarcado e sua relação simbiótica – com o racismo, capitalismo, etarismo e tantas outras – que subjuga nossos corpos, sem considerar nossas subjetividades.

Os números e seus crescimentos, sejam de agressões ou de feminicídios, independente da forma que a violência é apresentada, não devem ser tratados unicamente como estatística. Estamos lidando com vidas, famílias e singularidades por trás de cada notícia que é veiculada na televisão, rádio ou internet. A ordem social que está naturalizada por boa parte da população não favorece nenhum de nós e elimina novos horizontes em que a gente possa esperar. Logo, as iniciativas que possuem potencial de comunicação com o público geral não podem estar restritas aos períodos festivos.

As campanhas possuem um potencial de alcançar pessoas em seus territórios de formas distintas, visando recursos como outdoor, rádio, televisão, podcast e outras. Todavia, ainda se nota que essas ações estão circunscritas na capital do estado que possui cerca de quatro centenas de municípios. Além de não abarcar a pluralidade das violências e das mulheres/meninas afetadas pelo fenômeno, com o perigo de estigmatizar quem sofre essas violações. Por conseguinte, necessitando de uma avaliação das ações de modo que convoque a população baiana para educar e prevenir.

Todavia, não podemos desprezar o efeito positivo que essas campanhas publicitário-midiáticas possuem de trazer a temática para o centro do debate. Através das imagens e discursos que circulam no cotidiano, podem suscitar reflexões e tomadas de consciência fundamentais para o desenvolvimento coletivo de iniciativas eficazes para o combate. A expansão dessa via de informação pode favorecer ainda mais que movimentos de denúncias aconteçam, entretanto, não se pode negligenciar a rede de atenção – na capital ou fora dela.

O interior do estado carece de um olhar mais atento e crítico para o tema das violências contra mulheres, com a capacitação das equipes de forma continuada. Partindo do pressuposto que a qualificação de profissionais é uma via essencial para promover saúde, educar e combater opressões. Além de considerar que ainda são lugares onde as masculinidades estão em desequilíbrio mais intenso e não vislumbram novos modelos ou formas de existir. Como também se configura num cenário que muitos se conhecem e isso inibe denúncias por parte da

vítima. À vista disso, o diálogo precisa ser técnico/conceitual, mas também prático em busca de conscientizar e consolidar as políticas.

A investigação desenvolvida diante das entrevistas favoreceu a percepção de como a interseccionalidade ainda não é uma ferramenta analítica bem compreendida pelas agentes institucionais e de comunicação. Não ponderando que essas categorias se sobrepõem e por isso funcionam de maneira unificada. Haja visto que as mulheres negras elaboram e usam como respostas aos desafios experienciados, contrapondo decisivamente a universalização do ser mulher. Sendo assim, pode identificar, avaliar, dar respostas e potencializar o ativismo por essa ótica (Collins; Bilge, 2020).

Por conseguinte, o saber acadêmico necessita estar à serviço das transformações sociais. Reforçando que a gente se torne representantes de si próprias, sem destinar esse trabalho a uma estrutura social que não nos reconhece, nem legitima ou faz isso de forma problemática e reducionista (Silveirinha, 2004). Tendo mulheres nas organizações, instituições e meios de comunicação como um bom presságio da diferença que podemos fazer culturalmente, não apenas no nosso estado, mas no Brasil também.

Examinando as entrevistas detalhadamente e buscando ampliar as percepções, percebo como o tema me instiga e convoca a dialogar com outras referências. Diante das bibliografias feministas e antirracistas, encontrei produções engajadas que extrapolam minha área de conhecimento, revelando a potência da interdisciplinaridade do programa. Aprofundando o estudo das políticas públicas e suas relações com a mídia, além das representações na comunicação.

Os objetivos específicos foram alcançados na dissertação, tendo no primeiro capítulo a descrição das agendas no Tempo Presente, com destaque aos últimos cinquenta anos, instituições, das ações educativas e preventivas em relação às políticas públicas voltadas para as mulheres. Abordando os caminhos compostos de conquistas e retrocessos, movidos de ameaças e resistências coletivas no mais diversos setores da sociedade. Além de averiguar as atuações institucionais e sociais da promoção de direitos das mulheres.

No segundo capítulo foi contemplado o objetivo de identificar estratégias para o enfrentamento às violências contra às mulheres no âmbito federal e estadual. Busquei situar as invisibilidades das políticas públicas destinadas às mulheres e violências sobrepostas que ainda são naturalizadas. Ressaltei a importância de identificar/diferenciar as formas em que acontecem, incluindo a discussão sobre a violência psicológica e o trabalho da Psicologia.

Enquanto no último capítulo, mapeei as campanhas publicitário-midiáticas da SPM veiculadas na Bahia que versavam sobre as violências contra as mulheres, com recorte temporal do decênio de atuação.

Apresentei o trabalho em rede feito pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e a importância de sua criação. Identifico as campanhas e ações que foram desempenhadas, além da representação utilizadas em suas peças publicitárias. A denúncia que acontece na exposição das VCM em meios de comunicação e como a educação proporciona uma perspectiva mais preventiva. O destaque da campanha de Masculinidade Tóxica pelo investimento financeiro que foi feito pelo governo da Bahia e inquietação acerca do orçamento como elemento de maior dificuldade no alcance das ações.

A incorporação da agenda de gênero nas políticas públicas foi fruto das lutas dos movimentos de mulheres e feministas, as quais são impactadas pelos retrocessos constantes. Durante a pesquisa foi possível compreender que não há garantias para grupos excluídos no Brasil e que o temor é constituinte da existência de quem se opõe aos modelos hegemônicos e vistos como padrão a ser seguido. O advento da pandemia de Covid-19 coloca uma lupa nas desigualdades que constituem não só o país, mas o mundo. Logo, acentuando como o debate é urgente, mas a ação também.

Considerar os impactos na saúde das mulheres, seja das violências, seja da sobrecarga pelo cuidado e/ou dos cargos de quem movimenta a rede de enfrentamento e proteção, demonstra o que Emicida canta “Tudo que nós tem, é nós”. Visto que somos maioria nessas posições e precisamos nos cuidar coletivamente/individualmente. Ademais, sem isso, não haverá força e/ou resistência possível para formação de ações de prevenção e combate. Deve-se lembrar que adoecidas, iremos contribuir para manutenção desse sistema que não quer nos enxergar, tampouco escutar e acolher.

Os avanços obtidos nesse caminho de altos e baixos são resultados de diálogos e manifestações, das inquietações e silêncios experimentados. Por aquelas que vieram antes, as que estão no presente e as que irão chegar no futuro – espero que breve. Que a nossa capacidade de se reinvenção seja incorporada nos movimentos feministas em sua pluralidade e não permita que a esperança deixe de ser verbo para nós. Por fim, espero seguir os caminhos de construção com e pela educação para ser a ponte de transformações sociais que sobrepõem os tempos e estações.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 4, p. 40-41, dez 2006. ISSN 0009-6725.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Governo gastou apenas R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 126,4 milhões previstos com políticas para mulheres. **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/668512-governo-gastou-apenas-r-56-milhoes-de-um-total-de-r-1264-milhoes-previstos-com-politicas-para-mulheres/>>. Acesso em: 13 fev 2023.

ALMEIDA, S. de S. Essa Violência mal-dita. In: Almeida, S. de S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

AMADO, J.; FERREIRA, S. A entrevista na investigação educacional. In: AMADO, J. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. 2ª. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2014. Cap. 3, p. 207-290.

ANTUNES, R. . **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, R. M. D. **ORÇAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: análise da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres entre 2012 e 2015**. Departamento de Gestão de Políticas Públicas - Universidade de Brasília. Brasília , p. 82. 2018.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Articulando a luta feminista nas políticas públicas**. AMB. Brasília, p. 52. 2009.

AZEVEDO, M. AS POTENCIALIDADES DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA E A ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA. In: DENEGA, A.; ANDRADE, D. S. H. (.). **Gênero na psicologia: transversalidades**. 1. ed. Salvador: CRP-03, 2020. p. 46-58.

BADINTER, E. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, mai/ago 2014.

BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. de. A transversalidade de gênero nas Políticas Públicas. **Revista do Ceam** , Brasília , v. 2, n. 1ª, p. 35-46, jan/jun 2013.

_____; _____. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. D.; MENEZES, A. M. D. Violência Contra as Mulheres: A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília: **Cadernos Agende**, v. 5, p. 147-172, 2004a.

_____; _____. Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão com base na rotina das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da região Centro-Oeste. In: BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. D.; MENEZES, A. M. D. (. Violência Contra as Mulheres: A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília: **Cadernos Agende**, v. 5, 2004. **Cadernos Agende**, Brasília, v. 5, p. 35-52, dez 2004b.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARSTED, L. L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBER, C. M. B.; TAVARES, M. S. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 17-40.

BECKER, C. et al. MANIFESTAÇÕES E VOTOS AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NA PRIMEIRA PÁGINA DE JORNAIS BRASILEIROS. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, p. 18, jan 2017.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, set 2003. ISSN 0103-4014.

BOITEMPO. bell hooks - autora. **Boitempo**, s.d. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/bell-hooks-1372>>. Acesso em: 01 fev 2023.

BONFIM, G. G. D. S.; PESSOA, C. D. F. VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: A NECESSIDADE DO COMBATE EFETIVO AO CRIME COMO FORMA DE EVITAR A OCORRÊNCIA DAS DEMAIS VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER. **Anais da XII Mostra Científica da Faculdade Estácio de Vitória – FESV**, Vitória, dez 2021. 239-258.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas - SP, n. 26, p. 329-376, jan/jun 2006.

BRASIL. **Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: autonomia e igualdade para as**. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, p. 130. 2013.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 20 de mai. 2022.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **GOV.BR**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2021>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

_____. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, p. 26. 2005.

_____. **Política Nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde. Brasília, p. 82. 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 260p. (Série Documentos)

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. 74p.

CABRAL, E. M.; VIEIRA, C. M. C. TÉCNICAS QUALITATIVAS DE PRODUÇÃO DE DADOS: CARACTERÍSTICAS E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO. **Revista de Ciências Humanas e Artes**. Campina Grande, v20, n. 1, p. 98-124, jan./jun. 2014.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: VULNERABILIDADE PROGRAMÁTICA EM TEMPOS DE SARS-COV-2/ COVID-19 EM SÃO PAULO. **Psicologia e Sociedade**, v. 32, p. 1-20, abr 2020. ISSN 1807-0310.

CANNONE, L. A. R. REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA. In: DENEGA, A. M., et al. **Gênero na psicologia: transversalidades**. 1. ed. Salvador: CRP-03, 2020. p. 19-30.

CARNEIRO, A. J. As mulheres do 8 de março. In: RUBIM, L. **Miradas: Gênero, Cultura e Mídia**. Salvador: EDUFBA, v. 10, 2014. p. 23-42.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados [online]**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. ISSN 1806-9592.

_____. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARVALHO, F. A. D.; FURLAN, C. C. A (RE) INVENÇÃO DA MULHER POLÍTICA SUBMISSA: GÊNERO E SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA NA ERA BOLSONARO. **Feminismos**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 1-30, mai-dez 2022. ISSN 2317-2932.

CAVALCANTI, V. R. S. Violência(s) sobreposta(s): Contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, I. (). **Violência doméstica e de gênero: Uma abordagem multidisciplinar**. Lisboa: Pactor, 2018. p. 97-122.

_____; SILVA, A. C. D. Em que ponto estamos: urgências, emergências e pautas de educação e direitos humanos. In: GUIMARÃES, F.; NEWTON, P. C. & B. R. S. (). **Direitos Humanos: Desafios e perspectivas no mundo contemporâneo**. Campina Grande: Ed. UEPB, 2018. p. 114-124.

_____. ENTRE A HISTÓRIA E O VALOR: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS. **Rev. FAPAD**, Curitiba-PR, v. 1, p. 01-19, out 2021. ISSN 2764-2313.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre a mulher e violência. In: CARDOSO, R. (Org). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. 2016.

_____; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, p. 268. 2022. (978-65-89369-29-5).

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5. n.2, p. 1-20, 2005.

CRENSHAW, K. W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRUZ, S. U. D. **CORPOS EM EVIDÊNCIA: Imagens da mulher nas propagandas de cerveja**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFBA. Salvador, p. 142. 2008.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, P. B. de.(Org.). **Descolonizar o feminismo [recurso eletrônico]: VII Sernegra**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, p. 32-51, 2019. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/jpzU5>>. Acesso em 06 mai. 2022.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. VIOLÊNCIA E GÊNERO: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 166-211, fev 2008.

DEBONI, M. A.; SILVA, L. V. F. LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 191-206, abr./jun. 2018.

DIAS, I.; CAVALCANTI, V. Violência e Gênero: A interseção das desigualdades sociais. In: TAVARES, M. S.; SOUZA, Â. M. F. D. L. **Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 179-203.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan. 2004.

FERNANDEZ, B. P. M. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros.. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 3, p. 559-583, jul 2018. ISSN 1809-4538.

FERREIRA, V. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos. In: TAVARES, T.; FERREIRA, V. (Orgs.). Políticas de igualdade. **Ex Aequo(Revista da Associação Portuguesa de Estudo sobre as Mulheres)**, Coimbra, n. 2/3, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. FBSP, IPEA, IJSN. São Paulo, p. 104. 2021. (2764-0361).

FRANCO, M. A. C.; TAVARES, M. S. POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: a (não) materialização da Lei 11.30/2006 em contextos rurais baianos. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 191-202, jan-abr 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GOVERNO DA BAHIA. **PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES 2013-2015**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Salvador, p. 88. 2014.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. D. (). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 103-133.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis - SC, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

_____, B. Alisando o Nosso Cabelo. **Rev. Gazeta de Cuba - Unión de escritores y Artista de Cuba**, La Habana, p. 8, jan-fev 2005.

_____, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan/abr 2015.

_____, B. A importância do movimento feminista. In: HOOKS, B. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 27-33.

HOPCKE, R. H. **Guia para a Obra Completa de C.G. Jung**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

INESC. **Nota técnica: análise do orçamento das políticas públicas**. Instituto de Estudos Socioeconômicos. Brasília , p. 7. 2022.

INSTITUTO ODARA. Instituto Odara. **Odara Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>>. Acesso em: 10 jan 2023.

IPEA. 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres é marcada pela exigência da manutenção das conquistas de gênero. **Participação em Foco**, 2015. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conferencias/1376-conferencia-nacional-genero-mulheres-mulher>>. Acesso em: 20 jan 2023.

_____. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Site do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada**, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>>. Acesso em: 10 fev 2023.

JONG, L. C.; SADALA, M. L. A.; TANAKA, A. C. D. A.. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 4, p. 744–751, dez. 2008.

JUNG, C. G. **O Eu e o Inconsciente**. 6ª. ed. Petrópolis-RJ: Vozes , 1987.

JUNG, E. **Animus e Anima**. 1ª. ed. São Paulo: Cultrix , 2006.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 13–34, jul. 2006.

KELLNER, D. **A Cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KILOMBA, G. **MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO: EPISÓDIOS DE RACISMO COTIDIANO**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KIMMEL, M. S. Masculinidade como homofobia: Medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero. **Equatorial**, Rio Grande do Norte, v. 3, n. 4, p. 97-124, 2016. ISSN 2446-5674.

LAURETIS, D. T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. (). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

LEI que criminaliza stalking é sancionada. **AGÊNCIA SENADO**, 05 abr. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/05/lei-que-criminaliza-stalking-e->>. Acesso em 01 fev. 2023.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, jul-dez 2008.

LIMA E SOUZA, Â. M. F. D. Sobre gênero e ciência: Tensões, avanços e desafios. In: SOUZA, A. B. E. Â. M. F. D. L. E. **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 15-28.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 67-77, jan-jun 2005.

LOBO, J. C. UMA OUTRA PANDEMIA NO BRASIL: AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ISOLAMENTO SOCIAL E A "INCOMUNICABILIDADE DA DOR". **Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, RS, v. 8, n. 1, p. 20-26, jan-jun 2020.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014.

MACEDO, M. DOS S.. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 385-399, mai. 2008.

MACHADO, I. V. **DA DOR NO CORPO À DOR NA ALMA: UMA LEITURA DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA DA LEI MARIA DA PENHA**. 2013. 282 p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009. p. 9-29.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (orgs). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 184 p., 2013.

MOTA-RIBEIRO, S. Corpos visuais: imagens do feminino na publicidade. In: MACEDO, A. G.; GROSSEGESSE, O. **Re-presentações do corpo**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2003. p. 115-132.

NASSER, Y. B. D. N. A identidade corpo-psique na psicologia analítica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2^a, p. 325-338, ago 2010.

NEGRÃO, T. Saúde e violência de gênero: necessário monitoramento. In: SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. 1^a. ed. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 109-144.

NOGUEIRA, E. E.; SIMÕES, E.; SANI, A. I. Análise de campanhas publicitárias institucionais no combate à violência doméstica. **Estudos em Comunicação**, n°35, p. 1-25, dez. 2022.

OLIVEIRA, A. C. D. C. AGENDAS DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL (1980-2016). **Revista Feminismos**, v. 5, n.2/3, mai-dez. 2017.

OLIVEIRA, A. P. G.; CAVALCANTI, V. R. S. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 39-51, abr. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 mar. 2022.

OLIVEIRA, F. A.; SANTOS, N. D. J. O DISCURSO SOBRE MASCULINIDADE TÓXICA EM UMA CAMPANHA PUBLICITÁRIA GOVERNAMENTAL. **Revista do GELNE**, Natal, v. 24, n. 1, p. 136-147, jun 2022.

OMS. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Organização Mundial da Saúde. Genebra, p. 380. 2002.

ONU Mulheres Brasil. **ONU Mulheres**, 2018. Disponível em:

<<https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-bahia-faz-campanha-contra-a-violencia-de-genero-no-carnaval/>>. Acesso em: 10 jan 2023.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PENTEADO, C. C.; FORTUNATO, I. MÍDIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: Possíveis caminhos exploratórios. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 129-142, fev 2015.

PEREIRA, L. H. Corpo e psique: da dissociação à unificação - algumas implicações na prática pedagógica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 151-166, jan/abr 2008.

PERNAMBUCO. **Mulheres Semeando Cidadania: caderno de políticas públicas**. Secretaria Especial da Mulher. Recife, p. 156. 2008.

RAGO, M. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. **Verve**, v. 6, p. 279-296, 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/5015>>. Acesso em 09 jun. 2021.

_____. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, p. 21-42, 1998.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Linha do Tempo dos 30 Anos da Rede Feminista de Saúde. **Rede Feminista de Saúde**, 2023. Disponível em: <<https://www.redesaude.org.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 11 fev 2023.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RIOS, F.; SOTERO, E. Apresentação: Gênero em perspectiva interseccional. **Plural**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2019.159740. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159740>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ROSARIO, L. G. B. R.; GOMES, M. T. P. C. M.; TOMÉ, D. L. S. A. ENTRE A SUB-REPRESENTAÇÃO E O TOKENISMO: UMA ANÁLISE DO GÊNERO E DA RAÇA NAS ELEIÇÕES DE 2020 NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 4-21, ago 2022. ISSN 2236-451X.

RUA, M. D. G. **Políticas Públicas**. 1. ed. Brasília: CAPES/UAB, v. 1, 2009.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, ago 2001.

_____. H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2015.

_____. H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna (Coleção Polêmica), 1987.

_____. H. I. B.; ALMEIDA, S. S. D. **Violência de gênero: Poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANCIONADA Lei Mariana Ferrer, que protege vítimas de crimes sexuais em julgamentos. **AGÊNCIA SENADO**, 23 nov. 2021. Disponível em

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/23/sancionada-lei-mariana-ferrer-que-protege-vitimas-de-crimes-sexuais-em-julgamentos>>. Acesso em 01 fev. 2023.

SANTOS, A. C. W. D.; MORÉ, C. L. O. O. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Santa Catarina, v. 31, n. 2, p. 220-235, 2011.

SANTOS, H. M. D. A importância de discutir gênero na Psicologia. In: ANDRADE, D. S. V.; , H. M. D. (). **Gênero na Psicologia: articulações e discussões**. Salvador: CRP-03, 2013. p. 19-34.

SARDENBERG, C. O que torna as leis de enfrentamento da violência doméstica mais eficazes? **Revista Feminismos** , Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-26, mai-ago 2013.

SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. Introdução. In: SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. (Orgs.). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento [online]**. Salvador: EDUFBA, v. 19, p. 7-16, Coleção Bahianas, 2016.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 297-325, 1998.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO E A SOBRECARGA DA MULHER-MÃE NA PANDEMIA. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SILVA, L. L. D.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. D. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - comunicação, saúde e educação**, Botucatu - SP, v. 11, n. 21, p. 93-103, jan/abr 2007.

SILVA, V. D. V. As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de gênero na contemporaneidade. **Feminismos**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 17-25, abr 2019.

SILVEIRINHA, M. J. Representadas e Representantes: as mulheres e os Media. **Revista Media e Jornalismo**, Coimbra, n. 5, p. 9-30, set/mar 2004. ISSN 2183-5462.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M.. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007.

SOUSA, R. F. D. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 9-29, jan 2017.

SPM/PR. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, p. 74. 2011.

SPM-BA. Masculinidade tóxica é tema de campanha do Governo da Bahia. **Políticas para as Mulheres**, 2019. Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/05/2408/Masculinidade-toxica-e-tema-de-campanha-do-Governo-da-Bahia.html>>. Acesso em: 13 jan 2023.

_____. Bahia registrou nove feminicídios por mês em 2022, apontam dados da SSP. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, 2023. Disponível em:

<<http://www.mulheres.ba.gov.br/2023/01/3665/Bahia-registrou-nove-feminicidios-por-mes-em-2022-apontam-dados-da-SSP.html>>. Acesso em: 02 fev 2023.

_____. Zap Respeita As Mina realiza mais de sete mil atendimentos nos últimos dois anos. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, 2023. Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2023/01/3658/Zap-Respeita-As-Mina-realiza-mais-de-sete-mil-atendimentos-nos-ultimos-dois-anos.html>>. Acesso em: 10 Fevereiro 2023.

TAVARES, M. S. Apresentação - Políticas de enfrentamento à violência contra a mulher: 10 anos da Lei Maria da Penha. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 112-115, jan- abr 2016.

TEIXEIRA, M. R. R.; CAVALCANTI, V. R. S. VIOLÊNCIAS SOBREPOSTAS NA PANDEMIA: O MACHISMO QUE MATA, AS AGENDAS E OS ENFRENTAMENTOS NO BRASIL. In: CAVALCANTI, V. R. S. (). **Inovação e Gênero: em busca de um mundo inclusivo**. Ponta Grossa-PR: Atena, 2021. Cap. 1, p. 1-14.

VÁSQUEZ, C. G. As herdeiras do colonialismo na América Latina. In: RUBIM, L. (). **Miradas: Gênero, Cultura e Mídia**. Salvador: EDUFBA, v. 10, 2014. p. 61-74.

VERGÈS, F. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VIEIRA, A. V. C. **MULHERES À PARTE: A TRAJETÓRIA DAS JORNALISTAS QUE SAEM DA PROFISSÃO NO BRASIL (2012-2017)**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Departamento de Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, p. 243, 2021.

VIEIRA, C. A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: Questões relativas à sua fidelidade e validade. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, v. XXXIII, n. 2, p. 89-116, 1999. ISSN 1647-8614.

VILELA, L. F. (). **Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito**. Secretaria de Estado de Saúde. Brasília, p. 68. 2008.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N.. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. 1-5, 2020.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de Mulheres Negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 8-17, mar-jun 2010.

ZANELLO, V. Prefácio. In: DENEGA, A. M., et al. **Gênero na psicologia: transversalidades**. 1. ed. Salvador: CRP-03, 2020. p. 07-09.

APÊNDICES

a. Declaração de compromisso anti-plágio

Eu, Vanessa Oliveira Cordeiro Silva, matrícula 2020112723 e estudante do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia, declaro que o trabalho em versão impressa e digital apresentado é componente final da avaliação de mestrado, compondo-se de pesquisa original, ademais de confirmar que todas as citações e as referências, bem como uso de dados primários e secundários (quando existentes) estão corretamente identificadas.

Tal procedimento indica autoria e responsabilidades para os devidos fins e efeitos, podendo ser incluído como prova junto à UFBA. Declaro que o material é original, resultado da investigação realizada por mim e que a utilização de contribuições ou textos de autores alheios estão devidamente referenciadas, obedecendo aos princípios e regras dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar, sendo informadas no Regimento Interno da Pós-Graduação dessa instituição.

Salvador, 10 de março de 2023.

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva

b. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada participante,

A senhora está sendo convidada a participar da pesquisa “**NA CONTRAMÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES: CONSTRUÇÃO EDUCATIVO-PREVENTIVA A PARTIR DAS CAMPANHAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA BAHIA**”, desenvolvida por Vanessa Oliveira Cordeiro Silva, discente do Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob orientação da Professora Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como as ações educativas e preventivas se matizam a partir das campanhas publicitário-midiáticas em relação as políticas públicas voltadas para as mulheres na Bahia. Sua relevância se justifica pela divulgação do tema sobre as violências contra as mulheres a partir das campanhas publicitário-midiáticas das políticas públicas para mulheres na Bahia. Vossa participação consistirá em ser entrevistada, respondendo às questões elaboradas previamente pelas investigadoras, com base em um roteiro que contém perguntas relacionadas ao tema-objeto estudado e terá duração prevista de aproximadamente 40 minutos. A entrevista será gravada para posteriores transcrições e gravações.

O convite a sua participação se deve por integrar grupo de agentes institucionais, da rede e/ou de comunicação das campanhas publicitário-midiáticas. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizada de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE

Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Para garantir a proteção emocional e psicológica de participantes, haverá o cuidado em manter a privacidade no momento da entrevista - com escolha de um lugar apropriado para coleta - e ofertar o amparo psicológico ou assistencial, caso necessário, sendo encaminhado para o atendimento especializado oferecido, pela psicóloga Karina Mascena Deprá Ferrari, inscrita no CRP 03/21268, e-mail: karinamdferrari@gmail.com

GUARDA DOS DADOS E MATERIAL COLETADOS NA PESQUISA

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

BENEFÍCIOS

Consiste na ampliação do conhecimento sobre as ações educativas e preventivas das campanhas publicitário-midiáticas de políticas públicas para mulheres na Bahia, trazendo resultados

parciais e finais caracterizados pela produção e difusão de conhecimento adstritos ao desenvolvimento da modalidade mestrado acadêmico.

RISCOS OU DESCONFORTOS

Pode haver desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e/ou vídeo; mobilizações afetivas por evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre o fenômeno das violências contra as mulheres e alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função das reflexões sobre o tema da pesquisa. Ademais, por conta da pandemia de Covid-19, existe o risco de contágio, mas os cuidados serão tomados com uso de máscara e distanciamento adequado. Em caso de sintomas gripais ou suspeita de contágio, a entrevista será reagendada. Por conseguinte, a pesquisadora compromete-se a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, a senhora poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo, sendo devolvidas anotações até então realizadas, sem que sofra qualquer penalização ou prejuízo (Res. 466/12 e 510/16 CNS/MS);
2. As informações fornecidas poderão, em etapas futuras, ser utilizadas para trabalhos científicos-acadêmicos e que sua identificação será feita de acordo com sua anuência e aprovação prévia (constante nesse Termo), assegurando-lhe total anonimato, confidencialidade e sigilo quanto à identidade, processo e relações de intimidade (caso seja indicado);
3. Sua participação não lhe causará nenhum custo financeiro e nenhum ônus (caso tenha alguma despesa em decorrência da entrevista, a mesma será ressarcida);
4. Essa pesquisa está em conformidade com a Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, e foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP;
5. Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para a finalidade desse estudo e, após gravação sob seu consentimento serão transcritas e devidamente guardadas e trabalhadas pelas investigadoras por até cinco anos;

Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará consigo e a outra com a investigadora responsável pela coleta de dados. Todas as páginas deverão ser rubricadas pela participante da pesquisa e pela pesquisadora, com ambas as assinaturas apostas na última página. Caso desista da entrevista, a pesquisadora assumirá a responsabilidade de interromper e excluir os dados coletados até o momento da declaração de não anuência.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da UFBA – CEEP. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses das participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a

pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações da participante da pesquisa

Rua Augusto Viana- SN, 4º andar da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, Bairro do Canela, Salvador-Bahia, Telefone (71) 32837615, e-mail do CEP (cepee.ufba@ufba.br)

Em caso de dúvida ou qualquer outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva – Telefone: (75) 99177-3318 ou vanessaocs@ufba.br

Universidade Federal da Bahia – **Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo** - Rua Professor Aristίδes Novis, 197 - Federação, Salvador - BA, 40210-909. Telefone: (71) 3283-6447 para melhores esclarecimentos caso necessário.

Eu, _____, Portadora do R.G. _____ aceito, voluntariamente, o convite de participar dessa pesquisa. Declaro que entendi os objetivos, condições, riscos e benefícios e concordo em participar espontaneamente, autorizando a gravação através de entrevista.

Assinatura da participante da pesquisa

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva

Assinatura da Pesquisadora

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva

Salvador-BA, XX de XXXX de 2022

c. Roteiro de Entrevistas

Por tratar de uma metodologia qualitativa, as perguntas serão panorâmicas e flexíveis somente como roteiro orientador (e de retomada de eixo central), tendo a possibilidade de recuperá-las e refazê-las ao longo da entrevista, se for necessário. Portanto, as questões primordiais estão circunscritas por categorias indicativas (ações da política pública, elaboração das campanhas, educação e violências contras às mulheres).

Conforme indicado na Resolução 466/12 (item IV.1.a) e 510/16, como pessoa autorizada, observante empírica de convivência social buscar-se-á momento prévio de primeira sondagem “em condição e local mais adequados para que o esclarecimento seja efetuado, considerando, para isso, as peculiaridades da convidada, a participar da pesquisa e sua privacidade”. Isso se dará em local e horário estabelecido pela entrevistada. Ao confirmar participação e consentimento, enquadrados em todos os aspectos de inclusão e exclusão, serão convidadas para data e horário (estabelecido entre ambas), passando a leitura e validação do TCLE e do guia de perguntas apresentado.

Ponto inicial: Explicar o objetivo da investigação e introdução geral, fazendo a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), solicitando a assinatura do mesmo. Deixar claro a confidencialidade da narrativa, garantida pela assinatura do Termo de responsabilidade e compromisso na utilização de dados pela pesquisadora. Em seguida, iniciar gravação informando data e horário.

Ponto de identificação: Coletar os dados sociodemográficos da entrevistada – Idade, Gênero, Definição sexual, Estado civil, Classe social (segundo IBGE), Raça ou Cor (segundo IBGE)⁷⁰, Escolaridade, Profissão e Religião.

Roteiro de Perguntas: Tratar de questões sobre a Secretaria e construção das campanhas.

- **Secretárias de Políticas para as Mulheres**

- 1) Nos 10 anos de atuação da SPM, como avalia o desenvolvimento da Secretaria? Quais os maiores avanços e desafios?
- 2) De que forma as campanhas publicitário-midiáticas estão contribuindo no enfrentamento às violências?

⁷⁰ Para classe e raça ou cor foi explanada a categorização do IBGE: classes A,B,C,D/E, enquanto raça ou cor branca, amarela, preta, parda e indígena.

- 3) Como as campanhas publicitário-midiáticas são planejadas pela equipe? De que forma a educação está presente na elaboração dessas campanhas?
 - 4) A campanha “Respeita as Mina” ficou concentrada em festas? O que a Secretaria promoveu para chegar lá?
 - 5) De que modo a Secretaria avalia as ações nas cidades localizadas no interior da Bahia?
 - 6) A partir das suas experiências e vivências, como se sente trabalhando com essa temática?
- **CRAM no interior da Bahia**
 - 1) Como você avalia o impacto das campanhas publicitário-midiáticas de violências contra as mulheres da SPM-BA no interior?
 - 2) Como se deu a relação da Secretaria com o Centro de Referência?
 - 3) Quais os desafios que você tem enfrentado dentro da rede?
 - 4) A partir das suas experiências e vivências como mulher, de que maneira se sente trabalhando com essa temática?

d. Créditos da autora

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva

Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA) - bolsista CAPES. Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário UniRuy. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Integrante do Grupo de Trabalho em Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP/CRP-03). Atua como psicóloga clínica com público-alvo de mulheres e pessoas LGBTQIA+. Desde 2020, é voluntária do coletivo feminista Escuta Ética atendendo gratuitamente mulheres em situações de violências e vulnerabilidade econômica.